

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

LUCIANA RIBEIRO DE MELO

ALFABETIZAÇÃO DOS SURDOS NA ABORDAGEM BILÍNGUE

Taubaté
2020

LUCIANA RIBEIRO DE MELO

ALFABETIZAÇÃO DOS SURDOS NA ABORDAGEM BILÍNGUE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação, da Universidade de Taubaté, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Inclusão e Diversidade Sociocultural.

Orientadora: Prof^a Dr^a Juliana Marcondes Bussolotti.

Taubaté
2020

LUCIANA RIBEIRO DE MELO

ALFABETIZAÇÃO DOS SURDOS NA ABORDAGEM BILÍNGUE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação, da Universidade de Taubaté, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Educação

Área de Concentração: Inclusão e Diversidade Sociocultural.

Orientadora: Prof^a Dr^a Juliana Marcondes Bussolotti.

Data: Taubaté, 10 de julho de 2020

Resultado: Aprovada

BANCA EXAMINADORA:

Prof. **Profa. Dra. Juliana Marcondes Bussolotti** Universidade de Taubaté

Assinatura

Prof. **Profa. Dra. Suelene Regina Donola Mendonça** Universidade de Taubaté

Assinatura



Prof. **Profa. Dra. Elizabete Cristina Costa Renders (Membro Externo)** Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Assinatura



Dedico este trabalho a

Maurício Santana de Melo (marido amado, companheiro, dedicado e atencioso), por ter tido a paciência e por ser meu porto seguro.

Yasmim R. de Melo e Higor Ribeiro (filhos), presente de Deus, amor sem fim, minha vida.

Minha orientadora Juliana Bussolotti, que trilhou comigo nesta jornada, muito dedicada, paciente dando todo suporte.

Aos professores que não mediram esforços para o aprendizado na pesquisa.

Enaida R. Gomes (amiga), que sempre acreditou no meu potencial e sempre esteve disposta a ajudar nesta empreitada.

Aos amigos e companheiros do mestrado que comungaram e ajudaram a vencer os desafios para alcançar este objetivo.

AGRADECIMENTOS

Esta Dissertação de Mestrado é fruto de vários estímulos e contribuições de muitas pessoas, muitos amigos, às quais registro aqui o meu reconhecimento:

Às Professoras Dr^a. Edna Maria Querido de Oliveira Chamon, e Dr^a. Ana Maria Gimenes Corrêa Calil pelo acolhimento na Universidade. A todo carinho e amor dispensados em cada momento vivido nesta empreitada.

A todos os professores do Programa de Mestrado Acadêmico Profissional em Educação, pela paciência em ensinar os caminhos da pesquisa, em especial à carinhosa e dedicada professora Dr^a. Juliana Marcondes Bussolotti, pelo dinamismo e perseverança em minhas orientações.

A todos os professores que compuseram a Banca de Qualificação e Defesa, pela solícita aceitação do convite, disponibilidade da presença e contribuições teóricas.

Aos profissionais gestores e professores do Ensino Fundamental I que se propuseram a construir para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos amigos do mestrado, do trabalho e de meu convívio diário, pela motivação e incentivos recebidos do decorrer dos anos de estudo.

Aos meus familiares pelo incentivo e, em especial, ao meu companheiro e parceiro Maurício Santana de Melo, minha eterna gratidão, o meu porto seguro, meu cúmplice.

Por fim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a finalização deste trabalho.

“Deficiente” é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino. “Surdo” é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês. “Mudo” é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

Deficiências – Mário Quintana.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo investigar a abordagem bilíngue no contexto escolar de duas crianças surdas do Ensino Fundamental, em uma escola de um município do Litoral Norte Paulista. As angústias decorrentes de anos lecionando como professora de apoio a surdos no ensino bilíngue em diversas séries, levaram a que surgisse a pergunta que originou tal investigação: Como é desenvolvida a abordagem bilíngue na L1 e L2 (Libras/língua portuguesa) no contexto escolar? Nesta pesquisa, de abordagem qualitativa, foi utilizada como instrumento para a coleta de dados a análise documental dos cadernos de registro das atividades dos surdos desde o 1º ano do Ensino Fundamental. A pesquisa constituiu-se num estudo de caso por se tratar de uma investigação da vida acadêmica de dois alunos surdos que estudam, na mesma escola desde o 1º ano, tendo passado pela fase de alfabetização. Foram analisados os relatórios bimestrais elaborados pelos professores bilíngues (Libras/língua portuguesa), professores regentes e a especialista do Atendimento Educacional Especializado. O questionário foi aplicado aos profissionais do Ensino Fundamental I, no ano de 2019, que lecionaram no 4º e no 5º ano, sendo eles: uma especialista do Atendimento Educacional Especializado, uma professora regente do 4º ano, uma professora bilíngue (Libras/língua portuguesa) do 4º ano, uma professora regente do 5º ano, uma professora bilíngue (Libras/língua portuguesa) do 5º ano, duas coordenadoras e a diretora, num total de oito profissionais. O estudo foi construído a partir de um panorama legal e político-pedagógico dos paradigmas do atendimento aos estudantes surdos, contextualizando a proposta bilíngue (BRASIL, 2005). A fundamentação teórica sustenta a análise dos dados. A dissertação apresenta uma análise pois espera-se sempre o máximo de rigor em uma pesquisa a partir das informações dos documentos (pesquisados,) a respeito da alfabetização de dois alunos surdos, dentro de abordagem bilíngue (Libras/língua portuguesa) e o desenvolvimento da pedagogia visual. No questionário notou-se que a gestão preocupa-se com a socialização e comunicação com surdos. As relações com os surdos são consolidadas a partir da Libras, que se configura como protagonista, restando à língua portuguesa um papel menos expressivo. Tendo em vista a necessidade de haver propostas para o desenvolvimento pedagógico dos alunos surdos do Ensino Fundamental, encontra-se em anexo propostas com atividades que promovam a socialização e o desenvolvimento na abordagem bilíngue, além de atividades que promovam o desenvolvimento da escrita dos alunos surdos.

Palavras-chave: inclusão dos surdos, educação bilíngue, Libras.

ABSTRACT

The present study aimed to investigate the bilingual approach in a school context, of two deaf children in elementary school, in a school in a municipality on the North Coast of São Paulo. The anguish resulting from years teaching as a support teacher for the deaf in bilingual education in several grades, led to the questions that originated such an investigation: How is the bilingual approach developed in L1 and L2 (Libras/portuguese language) in the school context? In this research, with a qualitative approach, the documentary analysis of the notebooks recording the activities of the deaf since the 1st year of Elementary School was used as an instrument for data collection. The research was a case study because it is an investigation of two deaf students who have been studying at the same school since the 1st year, having gone through the literacy phase. Bimonthly reports prepared by bilingual teachers (Libras/portuguese language), conducting teachers and a specialist in Specialized Educational Service were analyzed. The questionnaire was applied to Elementary School professionals, in 2019, who taught in the 4th and 5th grades, namely: a specialist in Specialized Educational Service, a regente teacher in the 4th year, a bilingual teacher (Libras/Portuguese language) of the director, in total of 8 (eighth) professionals. The study was built from a legal and political pedagogical panorama, of the paradigms of care for deaf students, contextualizing the bilingual proposal (Brasil, 2005). The theoretical foundation supports the data analysis. The dissertation presents an analysis because it is Always expected the maximum rigor in a research from the information of the documents (researched) about the literacy of two deaf students, within a bilingual approach (pounds/portuguese language) and the development of visual pedagogy. In the questionnaire, it was noted that management is concerned with socializing and communicating with deaf are consolidated based on the pounds, which are configured as protagonists, leaving the Portuguese language with a less expressive role. In view of the need to have proposals for the pedagogical development of deaf students in elementar school, there are attached proposals with activities that promote socializatin and development in a bilingual approach, in addition to activities that promote the development of writing for deaf students.

Key-words: inclusion of the deaf, bilingual education, Libras.

LISTA DE SIGLAS

AEB- Atendimento Educacional Bilíngue
AEE- Atendimento Educacional Especializado
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BDTD- Biblioteca digital brasileira de Teses e Dissertações
CAA- Comunicação Alternativa e Aumentativa
CAPE- Nucleo de Apoio Pedagógico Especializado
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CEB- Câmara de Educação Básica
CFB - Constituição Federal do Brasil
CEP/UNITAU – Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté
CNE – Conselho Nacional de Educação
DOAJ- Directory of Open Access Journals
EAPE - Espaço de Apoio Pedagógico Especializado
ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente
EDAC - Educação de Deficientes da Audiocomunicação
FENEIDA - Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo
FENEIS- Federação nacional de educação e integração dos surdos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
INES- Instituto Nacional de Educação de Surdos
LBI- Lei Brasileira de Inclusão
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais
MEC- Ministério da Educação
ONU - Organização das Nações Unidas
PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE- Plano Nacional de Desenvolvimento
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SEDUC – Secretaria da Educação
SciELO -*Scientific Eletronic Library*
SULP – Surdos Usuários da Língua Portuguesa

UFABC- Universidade Federal do ABC de Santo André

UFC- Universidade Federal do Ceará

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCAR- Universidade Federal de São Carlos

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UNB- Universidade de Brasília

UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas

UNITAU - Universidade de Taubaté

UNISANTOS – Universidade Católica de Santos

USP- Universidade de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – Matrículas de surdos no Brasil..... | 14 |
| Figura 2 - Alfabetização dos surdos no Brasil | 15 |
| Figura 3 - O Lúdico e o Absurdo no Ensino..... | 34 |
| Figura4 - Etapas que constituem a Pré-análise de Bardin..... | 58 |
| Figura 5 - Mapa mental- desenvolvimento na L1 e alfabetização na L2..... | 63 |
| Figura 6 - Caderno de registro, desenvolvimento da escrita do aluno surdo 1, nas séries iniciais..... | 65 |
| Figura7 - Caderno de registro, desenvolvimento da escrita do aluno surdo 2, nas séries iniciais..... | 66 |
| Figura 8 -- Registro de atividades relacionadas a apropriação da escrita do aluno surdo 1..... | 67 |
| Figura 9 - Registro das atividades relacionadas a apropriação da escrita do aluno surdo 2..... | 68 |
| Figura 10 - Registro da atividade do aluno surdo 2 no 5º ano..... | 69 |

LISTA DE QUADROS E TABELAS

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1: Periódicos..... | 24 |
| Quadro 2: Periódicos Sistemas Integrados da Biblioteca da UNITAU/SophiA..... | 25 |
| Quadro 3: Artigos e Dissertações sobre profissionais da Libras..... | 26 |
| Quadro 4: Panorama de Teses e Dissertações CAPES e BDTD..... | 26 |
| Quadro 5: Da consulta das Teses Selecionadas..... | 27 |
| Quadro 6: Etapas e procedimentos da pesquisa..... | 40 |
| Quadro 7: Dados sociodemográficos dos sujeitos da pesquisa..... | 53 |
| Quadro 8: A língua portuguesa como segunda língua dos surdos..... | 61 |
| Quadro 9: Alfabetização de dois alunos surdos na L2..... | 71 |

Sumário

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1.INTRODUÇÃO - TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO..... | 11 |
| 1.1. Problema | 12 |
| 1.2. Objetivos | 13 |
| 1.2.2. <i>Objetivos específicos</i> | 13 |
| 1.3. Delimitação do estudo | 13 |
| 1.4. Relevância do estudo / justificativa..... | 15 |
| 1.5. Organização da Dissertação..... | 16 |
| 1.6 Município origem da pesquisa | 17 |
| 2. REVISÃO DE LITERATURA..... | 22 |
| 2.1. Breve histórico da política pública na educação dos surdos no Brasil..... | 29 |
| 3. METODOLOGIA DA PESQUISA..... | 39 |
| 3.1. O tipo de pesquisa utilizado | 41 |
| 3.2 População / Amostra | 43 |
| 3.3 Instrumentos utilizados para coleta de dados | 45 |
| 3.3.1 Pesquisa documental | 46 |
| 3.4 Aspectos éticos e os procedimentos para Coleta de dados..... | 46 |
| 3.4.1 <i>Coleta dos documentos</i> | 48 |
| 3.4.2 Procedimentos para a análise dos dados dos questionários..... | 48 |
| 4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISES E DISCUSSÃO..... | 52 |
| 4.1 Caracterização da amostra..... | 52 |
| 4.2 Resposta do questionário dos participantes da pesquisa | 54 |
| 4.3 Formação inicial e continuada dos professores participantes da pesquisa | 56 |
| 4.4 Experiência Profissional dos participantes da pesquisa | 59 |
| 4.5 Formação – prática docente na abordagem bilíngue na L1 e L2..... | 60 |
| 4.6 Recursos didáticos expostos nos cadernos de registro | 64 |
| 4.7 Análise dos relatórios dos professores de apoio dos alunos surdos e do EAPE..... | 70 |
| 5.CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 73 |
| REFERÊNCIAS..... | 75 |
| APÊNDICE I – OFÍCIO | 81 |
| APÊNDICE II – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO | 82 |
| APÊNDICE III- MEMORANDO nº 001/2019..... | 83 |
| APÊNDICE IV – MEMORANDO 181/2019 | 84 |

| | |
|------------------------------------------------------------------|----|
| APÊNDICE V- INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS..... | 85 |
| ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)..... | 88 |
| Continuação do Parecer: 3.784.127 | 92 |
| ANEXO C- PROPOSTA PEDAGÓGICA..... | 94 |

1. INTRODUÇÃO - TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO

No decorrer dos anos em que atuei com alunos surdos em várias séries, emergiram em mim angústias, indagações e reflexões quanto à defasagem na aprendizagem dos surdos, tanto na comunicação por sinais quanto na escrita da língua portuguesa. A partir delas, parti em busca das respostas para o que se configurou como a problemática do projeto desta pesquisa, questionando-se: como é desenvolvida a abordagem bilíngue na L1 e L2 (Libras/língua portuguesa) no contexto escolar? Com este objetivo, procedi a uma análise dos documentos e cadernos de registros existentes na escola com dados sobre a aprendizagem dos alunos surdos desenvolvidas no decorrer da vida acadêmica.

Fundamentada no entendimento da educação como um direito humano, através da pesquisa busquei saber como se desenvolveu a abordagem bilíngue (Libras/língua portuguesa) na construção da escrita dos alunos surdos durante a vida acadêmica no Ensino Fundamental. A pesquisa foi realizada no ano letivo de 2019. A escola a ser pesquisada é de um Município no Litoral Norte Paulista, por ter sido esta a localidade de minha atuação profissional, durante vários anos, em diversas escolas, ambientes de onde emergiu a problemática mencionada acima. Outro fator que contribuiu para a escolha deste município foi o fato de os alunos surdos estudarem na mesma escola desde o 1º ano do Ensino Fundamental.

A língua é o meio de comunicação e o maior recurso que o homem possui para viver em sociedade; é através dela que influenciemos e provocamos as mudanças necessárias para construir um mundo no que respeita às relações entre pessoas ouvintes ou surdas, sendo que as últimas dependem de um meio de comunicação diferente: os surdos utilizam a língua de sinais para serem compreendidos e entendidos na sociedade.

A inclusão dos surdos na perspectiva da educação inclusiva foi projetada desde a Constituição Federal de 1988 à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 1996, que, em seu artigo 3º, inciso I, prima pela “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996) e propõe mudanças significativas no sistema educacional. A política de educação bilíngue para estudantes com surdez (BRASIL, 2005) oportunizou a troca de conhecimentos das duas línguas L1 e L2 nas práticas educativas inclusivas.

Estudando em salas também com ouvintes, estes alunos surdos necessitam do apoio de um professor bilíngue (Libras/língua portuguesa), por demandarem um aprofundamento específico que lhes permita compreender o conteúdo transmitido e que dê ao professor a

segurança de que eles entenderam a informação a eles passada. Além da dificuldade para entender as atividades propostas nas aulas, os alunos surdos enfrentam também obstáculos com relação à cooperação e comprometimento familiar com suas tarefas escolares de casa, possivelmente por serem filhos de pais ouvintes que não possuem uma língua partilhada.

Motivada por uma trajetória pessoal e considerando o contexto do trabalho e o cotidiano do professor, esta pesquisa mostra-se importante para permitir identificar os saberes que são construídos ao longo da vida acadêmica dos alunos surdos, com base na reflexão sobre as práticas e metodologias desenvolvidas pelos docentes quanto à abordagem bilíngue (Libras/língua portuguesa) no contexto escolar e na alfabetização dos surdos na L2. Tais práticas e metodologias podem ser analisadas a partir dos conteúdos dos cadernos de registros das atividades dos alunos surdos matriculados na escola foco da pesquisa, desde o 1º ano do Ensino Fundamental, sendo que no ano de 2019 havia um aluno surdo no 4º ano e um no 5º ano, e também a partir dos relatórios dos profissionais que nela lecionaram, nos quais consta em qual fase da aprendizagem os alunos surdos se encontravam, de acordo com o ano e série.

Finalmente, espera-se que esta pesquisa possa originar estudos eficazes e capazes de provocar constantemente o exercício de reflexão sobre o direito dos cidadãos à educação.

1.1. Problema

Uma vez que é conhecido o fato de que o processo de alfabetização dos alunos surdos acontece de modo diferente por depender de uma comunicação visual motora e que é um processo contínuo que antecede e perpassa o período de escolarização, o sucesso do seu desempenho depende fundamentalmente, entre outros fatores, do preparo do professor alfabetizador e do apoio do professor bilíngue (Libras/língua portuguesa), dos recursos disponíveis e das práticas docentes desenvolvidas e aperfeiçoadas no decorrer de sua trajetória profissional. Emergiram em mim angústias, indagações e reflexões quanto à aprendizagem dos alunos surdos, tanto na comunicação por sinais quanto na escrita da língua portuguesa.

Considerando que a escola é uma parte do sistema educacional sob a perspectiva da inclusão e que se devem propor alternativas a fim de promover relações efetivas de ensino e aprendizagem no processo de alfabetização a todos os alunos, e diante, pois, desta complexidade sistemática, questiona-se: como é desenvolvida a abordagem bilíngue na L1 e L2 (Libras/língua portuguesa) no contexto escolar?

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo geral

Investigar em que fase do processo de alfabetização encontram-se dois alunos surdos incluídos em sala de ouvintes e como se dá o desenvolvimento da aprendizagem na abordagem bilíngue na L1 (Libras) e L2 (língua portuguesa) no contexto escolar do Ensino Fundamental Regular em uma escola de um município do Litoral Norte Paulista.

1.2.2. Objetivos específicos

- Analisar as produções escritas dos alunos surdos a partir do 1º ano do Ensino Fundamental.
- Descrever as ações desenvolvidas para alfabetizar os alunos surdos na L2.
- Discutir como foi a abordagem bilíngue no contexto escolar com base na análise de registros documentais desde o 1º ano do Ensino Fundamental.

1.3. Delimitação do estudo

A pesquisa tem como objetivo deste estudo investigar, descrever e discutir o desenvolvimento e a abordagem bilíngue na L1 (Libras) e L2 (língua portuguesa) no contexto escolar de dois estudantes surdos incluídos em sala de ouvintes do Ensino Fundamental em uma escola de um Município do Litoral Norte Paulista.

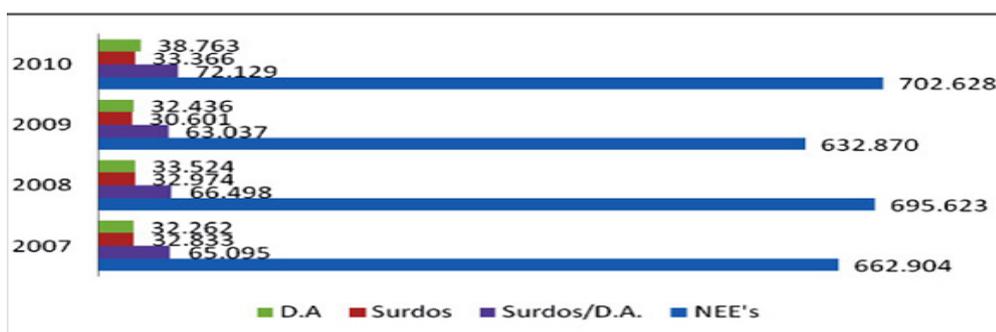
A opção por este município para a realização da pesquisa deu-se primeiramente por ser a cidade onde a pesquisadora reside e trabalha, o que facilitou o acesso aos documentos necessários para o desenvolvimento da pesquisa de campo, e também por esta lecionar como professora de apoio bilíngue (Libras/língua portuguesa) em diversas séries e escolas do mesmo Município.

Os docentes participantes da pesquisa por meio de um questionário são efetivos e do processo seletivo da rede municipal de educação, com formação no Ensino Superior, sendo eles professores regentes, professores bilíngues (L1 e L2) especialistas na área e detentores de experiência profissional. Participaram também a especialista da sala do Espaço de Apoio Pedagógico Especializado (EAPE) no Ensino Fundamental, a diretora e duas coordenadoras, constituindo, assim, um grupo heterogêneo.

Atualmente, o município escolhido para a pesquisa possui 48 escolas públicas mantidas pela prefeitura, sendo 25 escolas de Educação Infantil e 23 escolas de Ensino Fundamental, atendendo no total cerca de 14.800 alunos, além de creches conveniadas, 8 escolas estaduais de Ensino Médio, 1 escola técnica e 2 faculdades. A escolha da escola deu-se pela abertura desta à pesquisa e por nesta realidade existirem dois alunos surdos, um do 4º ano e um aluno do 5º ano, que frequentam esta mesma escola desde o 1º ano do Ensino Fundamental.

O referido município está localizado na Região Metropolitana do Vale do Paraíba, especificamente no Litoral Norte Paulista. De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), este município evidencia o crescimento de matrículas de surdos no país, em comparação com o número de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE's), no período de 2007 a 2010, conforme figura 1.

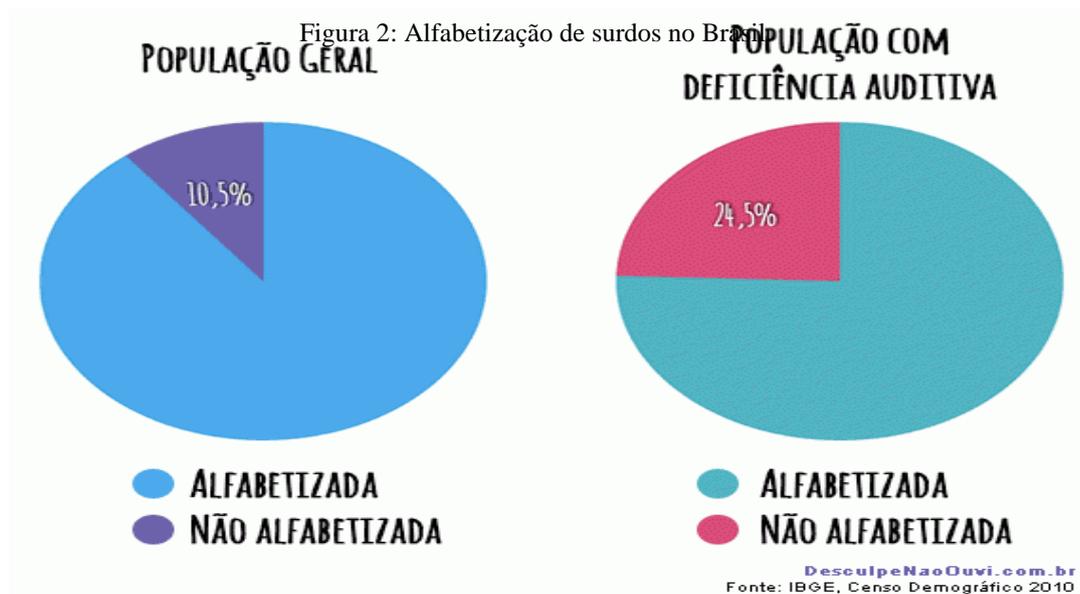
Figura 1: Matrículas de surdos no Brasil.



Fonte: MEC/Inep. Censo escolar da Educação Básica: microdado

Em análise da figura acima, percebe-se que houve uma queda de 2008 para 2009 e um salto quantitativo no ano de 2010, tanto nas matrículas dos alunos surdos quanto nas dos com deficiência auditiva. Esse aumento pode ser uma consequência da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.

Pressupondo que boa parte deste percentual de crianças surdas não está efetivamente alfabetizada nas duas línguas, verifica-se, conforme os dados abaixo, a relevância da pesquisa.



Fonte: Censo 2010 – Tabela 1.3.11 (pg. 139)

Analisando a figura acima tendo em vista o Brasil, pode-se perceber um dado importante, que é a diferença de alfabetização entre a população com surdez e a população geral. Enquanto **89,5%** da população geral, com 5 anos de idade ou mais, era alfabetizada, apenas **75,5%** dos surdos tinham sido alfabetizados segundo o Censo de 2010.

1.4. Relevância do estudo / justificativa

Este estudo mostra-se importante no sentido de entender como é desenvolvida a abordagem bilíngue na L1 e L2 (Libras/língua portuguesa) em um contexto escolar específico, de dois alunos surdos para que se possa então compreender essa realidade escolar e buscar soluções para as angústias sobre a alfabetização, bem como saber em que medida utiliza-se uma pedagogia visual podendo-se fazer uma reflexão sobre o desenvolvimento pedagógico de cada surdo.

Nesse estudo, porém, observam-se aspectos problemáticos quanto a alfabetização dos alunos surdos sendo de fundamental importância compreender a realidade a ser estudada sobre como é desenvolvida a abordagem bilíngue na L1 e L2 (Libras/língua portuguesa), podendo ter resultados e análises relevantes para este estudo analisando os documentos, relatórios dos professores dos referidos alunos, entre outros, que descrevem o desenvolvimento acadêmico da criança surda ao chegar no 5º ano, quanto ao desenvolvimento e comunicação nas duas línguas L1 e L2 dos alunos surdos.

Desta forma podemos fazer uma reflexão sobre a vida acadêmica dos alunos surdos nos anos anteriores, pois no município os alunos têm atendimento no Espaço de Apoio Pedagógico Especializado (EAPE) sendo este professor responsável em analisar o processo de desenvolvimento da aprendizagem junto ao professor regente e professor bilíngue, esta devolutiva é descrita via relatórios e documentos sendo desenvolvido em cada bimestre pelos professores.

A questão da inclusão dos surdos no Ensino Regular em sala de ouvintes tem despertado um interesse significativo dos profissionais que atuam com alunos surdos, que tentam difundir e aprimorar as pesquisas por meio de artigos, dissertações, teses, livros e seminários, na busca de respostas sobre a forma de ensinar, quais são as inovações no campo da pedagogia visual, entre outros, para desenvolver a alfabetização de alunos surdos, o que, além de ser um processo individualizado, deve ser contínuo, a partir de bases teóricas consistentes, pois nos ambientes escolares acontecem sistematicamente as experiências dos alunos surdos com o universo da leitura e escrita.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, espera-se que tanto seus elementos – por exemplo, as revisões bibliográficas, a própria coleta e análise dos dados – como o estudo em seu todo venham colaborar para o desdobramento de investigações acerca de sua problemática, de modo a contribuir com a formação de estudantes, profissionais da área, pesquisadores e demais interessados no tema.

Em relação ao Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação da UNITAU, no município de Taubaté, a pesquisa pretende contribuir para o conhecimento e estudos futuros quanto à pedagogia visual no processo de alfabetização dos estudantes surdos e o desenvolvimento da aprendizagem, dentro de abordagem bilíngue na L1 e L2 (Libras/língua portuguesa).

1.5. Organização da Dissertação

O presente trabalho está organizado na seguinte forma: Introdução, Revisão de Literatura, Metodologia, Análise e Discussão, Resultados Esperados, Referências Bibliográficas, Apêndices e Anexos.

No primeiro capítulo, aborda-se a introdução e objetivos do trabalho: expõe-se o assunto principal da pesquisa; em seguida, apresenta-se o problema que norteia a pesquisa. São expostos também o objetivo geral e os específicos, a delimitação do estudo e a justificativa.

O segundo capítulo tem como objetivo apresentar as fundamentações iniciais do trabalho, quanto às políticas públicas de educação inclusiva, a partir da Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDBEN) e as reflexões teóricas a respeito do tema da Lei de Libras, aquisição da escrita dos surdos, o ensino da língua portuguesa aos alunos surdos, a atribuição do professor bilíngue (Libras/língua portuguesa) e por fim o panorama da pesquisa.

O terceiro capítulo trata das metodologias da pesquisa, que se subdivide em: tipo de pesquisa, população, instrumentos da pesquisa, procedimentos para a coleta de dados e análise de dados.

No quarto capítulo, os resultados obtidos evidenciando o que foi possível analisar e encontrar respostas à questão norteadora do estudo, de acordo com os objetivos propostos.

Finalizando apresentando as considerações finais sobre o estudo realizado além das propostas pedagógicas para desenvolver a socialização e a alfabetização dos alunos surdos incluídos em salas de ouvintes.

Foi feita uma articulação dos resultados com as teorias, buscando evidenciar respostas ao problema e uma explicação de várias coisas.

1.6 Município origem da pesquisa

O município onde foi realizada a pesquisa possui 23 (vinte e três) escolas de Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, das quais em 9 (nove) delas ocorre a inclusão de alunos surdos no Ensino Regular, em salas de ouvintes, com apoio de professor bilíngue (Libras/português).

Os docentes regentes nas salas de aula com alunos ouvintes e surdos organizam e promovem a aprendizagem junto ao professor de apoio bilíngue (Libras/português) que desenvolvem atividades específicas de forma individual e coletiva, visando à melhoria da prática educativa no processo de ensino-aprendizagem das duas línguas, com relação ao aprofundamento dos conhecimentos teóricos, contribuindo para a consecução da Política Educacional da Inclusão, utilizando a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de mediação e comunicação.

Ações desenvolvidas na escola pelos professores regentes e bilíngues (Libras/português):

- Intermediar as relações entre os alunos e professores e entre surdos e ouvintes na escola;

- Entregar um relatório bimestral ao professor especialista do EAPE com um *feedback* do processo de ensino-aprendizagem, que será apresentado no Conselho de Classe;
- Registrar em um caderno, diariamente, as ações desenvolvidas. Este será posteriormente arquivado na sala de recursos, sendo acompanhado semanal ou mensalmente pelo professor especialista do EAPE;
- Ministrando aula prática de Libras aos colegas de classe, no mínimo uma hora-aula semanalmente;
- Sinalizar espaços físicos, materiais e pessoas quando necessário;
- Participar e estimular o aluno surdo em atividades dentro e fora da sala de aula comum;
- Não substituir ou realizar outras funções nos dias em que o aluno estiver presente, salvo em casos eventuais e previamente comunicados;
- Ficar à disposição da escola quando o aluno estiver ausente;
- Seguir recomendações da equipe multidisciplinar.

Quanto aos documentos que constam na Secretaria de Educação (Seduc), sobre a **Missão** da educação no Município é: “Assegurar um ensino de qualidade, atendendo à diversidade em seu compromisso de democratização, desenvolvendo habilidades, competências e valores humanos que promovam a sustentabilidade e respeito à pluralidade cultural, possibilitando a todos os alunos o exercício de uma cidadania plena”.

Visão de futuro

Ser uma rede de educação inovadora em suas propostas, práticas pedagógicas e na formação de cidadãos conscientes e autônomos, por meio da universalização da boa qualidade de ensino, respeito às peculiaridades culturais e humanização do processo educativo.

Valores

- Educação centrada na aprendizagem;
- Desenvolvimento de habilidades e competências;
- Respeito às diversidades;
- Ética e profissionalismo;

- Formação e valorização dos profissionais da educação;
- Compromisso e transparência na gestão pública e democrática;
- Uso correto dos recursos públicos.

Objetivos estratégicos

1. Ampliar o desenvolvimento do sistema municipal de ensino;
2. Promover a formação humanizada do profissional da educação;
3. Modernizar e consolidar a gestão democrática;
4. Inovar o programa permanente de avaliação.

Diante do que foi exposto, e da missão, visão, valores e objetivos estratégicos, compreende-se que a região da pesquisa possui uma Secretaria Municipal de Educação que visa à abordagem inclusiva e formação dos profissionais acadêmicos, garantindo a eles condições salariais, recursos físicos e tecnológicos, para que exerçam plenamente suas funções e possam qualificar-se permanentemente.

A inclusão no Ensino Regular precisa atender a todas as deficiências, fazendo-se necessário um profissional capacitado e qualificado para que ocorra o processo ensino-aprendizagem. Isto se mostra um desafio, pois poucos alunos contam com o apoio de um professor especializado, o que exige que o professor regente tenha que utilizar meios outros para chegar aos objetivos pretendidos para os alunos ditos “normais” e os com necessidades especiais na mesma sala e série.

Contratação de profissionais:

O município contrata anualmente os professores bilíngues para serem apoio dos alunos surdos em sala de ouvintes no Ensino Regular. Nesta contratação, o professor necessita passar, no final do ano, por um processo seletivo, que se dá em dois momentos: uma avaliação escrita, como eliminatória para quem atingir menos de 50% de acertos, e a segunda avaliação, que é para saber se o professor sabe comunicar-se em Libras. Após esta fase, os professores recebem uma lista que contém os nomes dos alunos surdos e em qual escola estão matriculados. O professor bilíngue (Libras/português) denominado no Município como intérprete de Libras, faz a escolha; deste modo, os alunos surdos não permanecem com o mesmo professor do ano anterior “2018”, sendo então o professor de apoio ao aluno surdo todo ano diferente, tendo que se adaptar as metodologias aplicadas pelo especialista do ano corrente.

Apesar de existir uma atribuição legal que visa garantir uma aprendizagem significativa ao aluno surdo, a terminologia utilizada na contratação dos profissionais especializados que lecionam com alunos surdos é professor Intérprete de Libras. Quanto ao professor intérprete de Libras, em 2010 “esta profissão” foi regulamentada pela Lei nº 12.319/2010 (BRASIL, 2010), que dispõe sobre a sua formação e suas atribuições funcionais. O art. 2º afirma que “O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa. Já em relação à formação dos profissionais intérpretes de (Libras/língua portuguesa), conforme a mesma lei e o disposto em seu art. 4º, Parágrafo Único, “a formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III (deste artigo). O art. 4º, em seu inciso III, também dispõe que os profissionais tenham cursos de formação continuada promovidos por instituições de Ensino Superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Na contratação do professor de apoio dos alunos surdos, o termo utilizado por este município é “Professor Intérprete de Libras”. Processo Seletivo Simplificado para a contratação em caráter temporário, conforme dispõe o art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988. As contratações pelas Leis Complementares nºs 094/2008, 146/2011, 198/2015 e 203/2015 e demais legislação pertinente. Professor de Educação Básica I, Intérprete de Libras. Formação exigida: Graduação com Licenciatura Plena em Pedagogia e Habilidades em Libras; ou Curso Normal Superior de Formação de Professores com Habilidades em Libras. Carga horária: 18 horas + 2 horas de HTPC + 2 horas de HTPI + 5 horas de HTPL.

Por sua vez, o Decreto 5.626/2005, em seu art. 22, § 1º, afirma, com relação à educação bilíngue: “São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo”.

O professor de apoio dos alunos surdos, alocado dentro da definição de escola e classes bilíngues, é o profissional que garantirá aos alunos surdos acesso a essas duas línguas. No contexto nacional da educação de surdos, da formação de educadores bilíngues que sejam falantes se especializando em Libras/língua portuguesa, e também das propostas didáticas que contemplem aprendizagem das duas línguas. O Decreto 5.626/2005 define estratégias para a construção de educação bilíngue, aponta os caminhos para essa nova possibilidade de

organização educacional, sendo então a formação de professores bilíngue apresentada de forma bem genérica

A abordagem bilíngue (Libras/português) no processo de apropriação da escrita dos surdos incluídos no Ensino Fundamental em sala de ouvintes encontra alguns desafios devido a comunicação ser visual. Veremos que podemos ter outros desdobramentos, discussões sobre metodologias e abordagens de ensino que facilitam o processo de aprendizagem, bem como reflexões sobre as práticas educacionais propostas pelos professores intérpretes de Libras, que podem ser aplicadas aos surdos de forma a desenvolver a alfabetização no processo de ensino aprendizagem.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo apresenta a base teórica que fundamenta o tema desta pesquisa. Tal suporte teórico constitui uma parte de toda a literatura existente sobre as políticas públicas da educação inclusiva e acerca da educação de surdos no Brasil. Através dele, faz-se uma análise histórica das primeiras produções relativas à educação dos surdos no Brasil, desde seus primeiros formatos até as que foram produzidas no contexto das universidades atuais.

As legislações e políticas públicas, nas últimas décadas, intensificaram os debates em defesa dos direitos de cada cidadão nas mais diversas áreas de convívio social, indo ao encontro do que é proposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que garante o direito à igualdade (art. 5º) e aborda sobre o direito à educação, visando o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 205).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 206, inc. I, aponta os princípios para o ensino, destacando a “igualdade e condições de acesso e permanência na escola”. Já no art. 208, inc. III, aborda o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência”. Por sua vez, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) destaca que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inc. V). Sendo assim, a legislação brasileira garante a todos o direito à educação e o acesso à escola. Desta forma, todas as escolas devem atender às necessidades dos seus estudantes, não podendo excluir nenhum indivíduo.

A Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) têm em comum o atendimento a todos os estudantes; assim, os estudantes com deficiência estudam junto aos demais nas classes comuns do ensino regular, incluindo deste modo todos os que antes eram segregados. Neste contexto histórico, a educação especial estava longe de atingir um patamar de qualidade, quando então, com a Declaração de Salamanca, as políticas de inclusão passaram a mobilizar todos os países para assumirem as políticas da educação inclusiva.

Mais tarde no Brasil, tais princípios se consolidaram Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996, que prescreve que as crianças “portadoras de necessidades educativas especiais” devem ter sua escolaridade atendida, fundamentalmente, pela escola regular, de modo a promover a abordagem inclusiva. A Política Nacional de

Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) tem como meta garantir o acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais ao sistema regular de ensino brasileiro. O que se propõe é uma mudança paradigmática na educação brasileira, pois a educação especial deixa de ter o caráter substitutivo e ganha transversalidade que demanda ampliação de recursos e de estruturas e novas abordagens pedagógicas nas escolas. Neste cenário, as políticas para educação de surdos também ganham outra dinâmica quanto aos termos da consideração da língua como fator de inclusão.

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Libras como língua, como parte da identidade cultural das “comunidades de pessoas surdas do Brasil”, foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626, em 22 de dezembro de 2005, que apresenta uma diferença de conceito em relação ao que se denominava surdo, visto agora como aquele que, por ter perda auditiva, também interage por meio de experiências visuais, manifestando, desta forma, sua cultura pelo uso da Libras. O Decreto nº 5.626 considera que as pessoas com perdas auditivas podem possuir perdas bilateral, parcial ou total; assim, de modo a garantir um atendimento educacional especializado, é essencial que os profissionais da educação tenham conhecimentos específicos sobre a surdez e a língua de sinais, para que os estudantes não sejam prejudicados.

Quanto à orientação pedagógica da escolarização bilíngue para surdos, o Decreto nº 5.626 estabeleceu sua norma legal. Em seu art. 22, determina que as instituições federais de ensino responsáveis pela Educação Básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

- I. Escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
 - II. Escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos outros alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras – Língua Portuguesa.
- § 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

As classes e escolas bilíngues com Libras como L1 e língua portuguesa na modalidade escrita como L2, segundo informações do Decreto nº 5.626, superam de modo radical as classes e escolas especiais para surdos, porque abandonam a deficiência como critério de seleção e “agrupamento” dos alunos, passando a adotar os critérios linguístico, psicológico, antropológico e pedagógico da língua; seu objetivo pedagógico passa a ser o de ensinar e instruir os alunos, tanto surdos quanto ouvintes, na mesma base curricular comum do sistema

educacional geral do país, com uma mesma língua de instrução, acessível a alunos surdos e ouvintes e que oportuniza ao aluno que é surdo o acesso pleno ao conhecimento.

Um panorama das produções acadêmicas existentes e conforme as políticas públicas de inclusão pode ser delineado a partir de várias pesquisas publicadas sobre a inclusão dos surdos nos educacionais; desta forma, com o intuito de verificar as dissertações e teses que tratam da alfabetização dos surdos na L2, foram utilizadas palavras-chaves ligadas ao tema estudado: “alfabetização”, “surdos”, “surdos Libras”, “surdos língua portuguesa”, “surdos bilíngues”, termos esses utilizados permitir um entendimento mais específico, direcionado e claro das ideias exploradas.

No levantamento sobre as reflexões e conceitos existentes na área da pesquisa, foram utilizadas as palavras-chave: “inclusão dos surdos”; “educação bilíngue” e “Libras”. Para a revisão da literatura, foram consultados os bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da *Scientific Electronic Library* (SciELO), Feneis. (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) e BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações). Neste sentido, pôde-se observar a ocorrência de constantes reflexões sobre a formação dos profissionais que trabalham com Libras e de análises sobre a escrita dos surdos no Brasil.

O quadro 1 abaixo permite perceber a pertinência e a relevância da pesquisa nesta área do conhecimento.

Quadro 1: Periódicos

| PALAVRAS-CHAVE | CAPES | BDTD | DOAJ | SCIELO |
|--------------------------|-------|------|------|--------|
| Surdos | 2279 | 1588 | 788 | 310 |
| Surdos Libras | 536 | 782 | 272 | 107 |
| Surdos Bilíngues | 178 | 42 | 2 | 53 |
| Surdos língua portuguesa | 287 | 477 | 105 | 32 |

Fonte: Quadro elaborado pela autora – maio/2019.

O conhecimento científico pode ser transmitido por canais formais – aqueles com informações já estabelecidas ou comprovadas através de estudos, como livros, periódicos, entre outros.

A educação dos surdos no Brasil se desenvolveu com diversas críticas, entre elas, às relativas ao processo de apropriação da escrita, o quadro abaixo mostra a relevância desta pesquisa.

Quadro 2: Periódicos – Sistema Integrado de Bibliotecas da UNITAU/SophiA.

| PALAVRAS-CHAVE | Artigos de periódicos | Livros | Dissertações BDTD- UNITAU |
|--------------------------|-----------------------|--------|---------------------------|
| Surdos | 93 | 33 | 1 |
| Surdos Libras | 27 | 9 | 4 |
| Surdos bilíngues | 22 | 1 | - |
| Surdos língua portuguesa | 7 | 7 | - |

Fonte: Quadro elaborado pela autora – março/2020.

O quadro acima mostra que a Unitau possui um grande acervo de livros relacionados a educação dos surdos. A busca direcionada à palavra-chave “surdos bilíngues” teve como resultado a localização de 22 artigos e 1 livro que tratam de abordagem bilíngue ligada à alfabetização de surdos na L2.

Quadro 3: Artigos e Dissertações selecionadas sobre profissionais da Libras.

| Selecionadas | Autor | Instituição | Disponível em: |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|----------------|
| Alfabetização de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação? | Roberto Fonseca | UNISANTOS | CAPES |
| História da alfabetização: leitura e escrita para surdos | Kleyver Tavares Duarte | UFU | SciELO |
| Prática pedagógica na educação de surdos: o entrelaçamento das abordagens no contexto escolar | Claudia Regina Vieira Karina Soledad Maldonado Molina | UFABC | SciELO |
| Processo de produção de materiais didáticos bilíngues do Instituto Nacional de Educação de Surdos | Bruno José Betti Galasso Monica Raquel de S. Lopez Rafael da Mata Severino Roberto Gomes de Lima Dirceu Esdras Teixeira | USP | SciELO |
| Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues? | Sylvia da Silveira Nunes Ana Lúcia Saia | UNITAU | SciELO |

| | | | |
|--|-------------------------|--|--|
| | Larissa Jorge Silva | | |
| | Soraya D'Angelo Mimessi | | |

Fonte: Quadro elaborado pela autora – julho/2019.

Das análises realizadas no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram feitos levantamentos de acordo com a pesquisa.

Quanto ao levantamento das teses e dissertações do quadro abaixo, foram selecionadas consideradas relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

Quadro 4: Panorama de teses e dissertações selecionadas na CAPES e BDTD.

| TESES/DISSERTAÇÕES | | BDTD | | | | | | | |
|--------------------|--------|------|---------|-------|-----|--------|--------|-----|-----|
| PALAVRAS-CHAVE | CAPES | UFSC | UNICAMP | UFRGS | USP | PUC-SP | UFSCAR | UNB | UFC |
| SURDOS | 404 | 75 | 40 | 28 | 23 | 21 | 20 | 19 | 18 |
| BILINGUISMO | 152 | 31 | 26 | 17 | 13 | 6 | 3 | 10 | 3 |
| LIBRAS | 265 | 50 | 17 | 50 | 39 | 12 | 19 | 46 | 50 |
| PORTUGUÊS SURDOS | 249583 | 10 | 7 | 2 | 4 | 6 | 2 | 13 | 7 |

Fonte: Quadro elaborado pela autora – julho/2019.

O trabalho partiu de uma perspectiva de estudos sobre a alfabetização dos surdos no Ensino Fundamental. Por ocasião da pesquisa, tais alunos estavam incluídos no Ensino Regular, em sala de ouvintes, onde a língua predominante é a oral, o que dificulta o processo de aprendizagem do aluno surdo, por este depender de outro meio de comunicação, a língua brasileira de sinais. Periódicos analisados no banco de dados da BDTD nortearam e fundamentaram a pesquisa. Da consulta às teses selecionadas, foram destacados os seguintes trabalhos, conforme o Quadro a seguir:

Quadro 5: Da consulta das teses selecionadas, foram destacados os seguintes trabalhos

| Selecionadas | Autor | Instituição | Disponível em: |
|---------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|-----------------------|
| Educação bilíngue para surdos: reflexões a partir de uma experiência pedagógica | Claudia Regina Vieira | USP | BDTD |
| Sobre o modo de Relação do surdo com a língua portuguesa escrita | Lucimar Bizio | PUC-SP | BDTD |
| Ensino de língua portuguesa para surdos: das políticas as práticas pedagógicas | Simone Gonçalves de Lima da Silva | UFSC | BDTD |

Fonte: elaborado pela autora outubro - 2019

Silva (2008), em sua Dissertação de Mestrado em Educação, aborda a questão do “Ensino de língua portuguesa para surdos: das políticas as práticas pedagógicas”. Desenvolveu sua tese numa Escola denominada como Pólo, pela Política de Educação de Surdos do Estado de Santa Catarina. Tendo como princípio reconhecer e estimular a concretização das prioridades estabelecidas pelas comunidades surdas. Composto por surdos, pais, professores, profissionais e intérpretes, tinha como objetivos congregar as representações dos surdos no Estado de Santa Catarina; propor e acompanhar as políticas públicas no Estado e encaminhar as prioridades da comunidade surda aprovadas pelo Fórum. Os saberes surdos que se esperava encontrar nas aulas de língua portuguesa não foram constatados, a cultura surda, o jeito visual dos surdos de apreender o conhecimento, o uso da linguística contrastiva português-Libras, não foram evidenciados e nem são conhecidos pelo professor da disciplina. Analisou-se também as dificuldades para o ensino de português em salas mistas ouvintes/surdos. As análises demonstraram que são necessários estudos mais profundos sobre o ensino da língua portuguesa a partir de uma concepção de segunda língua e a língua de sinais como a primeira língua.

Bizio (2015), em sua Dissertação de Mestrado em Educação, analisou “Sobre o modo de relação do surdo com a língua portuguesa escrita”. Pesquisa na abordagem qualitativa teve como objetivo tecer reflexões sobre o tema e tem como objetivo colocar em discussão a complexidade envolvida na questão da escrita do surdo, discute também o modo como o bilinguismo para o surdo concebe a relação língua de sinais e língua portuguesa. No desenvolvimento deste trabalho tem como tema central estudos sobre a surdez, inclusive no campo da pedagogia, pois para a autora, a escolarização possibilita a entrada do surdo no universo da escrita do português. Discute também, o modo como o Bilinguismo para os surdos concebe a relação do surdo com a língua de sinais e com a língua portuguesa. A discussão foi

realizada a partir do diálogo com uma Língua, afetada pela Psicanálise lacaniana conforme proposto no Interacionismo Brasileiro, desenvolvido por Claudia Lemos (1992, 2002, 2006). A pesquisadora tinha como meta, buscar recursos alternativos como método que possibilitassem também ao professor, enfrentar suas próprias dificuldades no contato com os sujeitos surdos.

Vieira (2017), em sua tese de Doutorado em Educação, no trabalho sobre “Educação Bilíngue para surdos: reflexão a partir de uma experiência pedagógica”, fez um estudo de caso com abordagem qualitativa que teve como objetivo refletir e analisar as práticas pedagógicas construídas a partir de uma proposta bilíngue para Educação de surdos. Nesse estudo, a autora utilizou questionários. A tese apresenta uma análise a em profundidade quanto as interações e da existência da Libras, enquanto língua de ensino e comunicação, ao mesmo tempo em que expressa o espaço no qual isso ocorre, que se configura como protagonista, restando ao português o papel menos expressivo, na composição de um tipo de bilinguismo em que os falantes não detêm do mesmo grau de proficiência nas duas línguas. Constatou-se em sua pesquisa a preponderância do uso da Libras como língua de comunicação e de instrução, o empoderamento do surdo e de sua identidade, o papel do interlocutor usuário fluente da Libras, para a consolidação da língua por parte da criança e de adultos surdos desempenhando o papel de modelo possível a ser seguido. A proposta para o desenvolvimento e aquisição de conhecimentos e conceitos da Língua Portuguesa, parte dessa língua utilizando imagens ou recursos para compreensão.

Lodi e Muttão (2018), em artigo publicado na Revista: Psicologia Escolar e Educacional, SP. Número especial, 2018. Pesquisaram revisões sistemáticas de teses e dissertações sobre, “ Formação de Professores e educação de surdos”, a revisão dos trabalhos teve como objetivo compreender como a formação de professores para a educação de surdos foi discutida em teses e dissertações no período de 1995 a 2014. O procedimento metodológico foi pesquisa bibliográfica, a Revisão Sistemática da Literatura. Para o acesso aos trabalhos, foi realizada uma busca online nas bibliotecas de Programas de Pós-graduação em Educação, avaliados pelas CAPES com conceito igual ou superior a cinco. Foram encontradas 35 pesquisas, escritas entre os anos de 2009 e 2014. A análise dos estudos apontou para a discussão e reflexão de dois grandes períodos: do que trata das extintas habilitações específicas em Educação de Deficientes da Audiocomunicação e do que discute uma nova configuração de formação do professor, regente e especialista. Concluíram que, para a maioria dos estudos, as especificidades da educação de surdos não têm sido contempladas na formação inicial, ao restringir a formação do professor à disciplina Libras.

Através dos trabalhos selecionados dos periódicos pesquisados, foram elencados autores para subsidiar e nortear o presente estudo, podendo desta forma colaborar para a revisão de literatura, mas antes disso são apresentados outros aspectos relacionados a educação de surdos, além de nortear e fundamentar visões pesquisadas pelos estudantes sobre a temática abordada nesta pesquisa, colaborando teoricamente para o desenvolvimento deste.

2.1. Breve histórico da política pública na educação dos surdos no Brasil

Ao abordar um breve histórico das políticas públicas na educação dos surdos no Brasil, faz-se necessário relatar, mesmo que brevemente, a história da política pública de inclusão garantida pela legislação em diferentes áreas.

A atenção à educação especial teve seus primeiros marcos no período imperial, com a criação dos primeiros institutos especializados para atender pessoas com deficiência, anos depois, na República, surgiu em 1961 a primeira Lei Federal que indicava a necessidade de serviços de educação especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024/1961, que previa o direito dos excepcionais à educação, preferencialmente no sistema de ensino regular (BRASIL, 1961).

Em 1973, o Ministério da Educação e Cultura criou o Centro Nacional de Educação Especial, que passou a ser responsável pela organização e criação das primeiras políticas especiais para atendimento das pessoas com deficiência.

A educação especial desenvolveu-se no Brasil com muitas críticas, como por exemplo, a segregação dos alunos em salas e escolas especiais, a falta de acessibilidade, as práticas dos profissionais, entre outras. Esta situação passou a ser ressignificada diante de novas pesquisas e legislações que se intensificaram a favor da educação, como a proposta da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), organizada na cidade do Rio de Janeiro em 11 de dezembro de 1954, como Apae Educadora (Dolci, 2005).

Quanto às políticas públicas inclusivas, que têm por função promover programas e ações que visam assegurar os direitos educacionais de alunos surdos na rede regular de ensino, é necessário analisar de que forma os documentos legais garantem a acessibilidade do aluno surdo ao currículo e ao aprendizado de qualidade.

Na década de 1980, surgiram vários movimentos sociais no Brasil, inspirados na redemocratização do direito de ser diferente, transformando as pessoas com deficiência em

agentes ativos na busca de mudanças sociais e gerando, assim, novas concepções sobre deficiência.

Os surdos reivindicaram o direito de utilizar a mímica, que na época era o meio que alguns surdos utilizavam para se comunicar, se deu através da iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que proclamou 1981 Ano Internacional das Pessoas Deficientes, sob o tema “Participação Plena em Igualdade”. O propósito era despertar a atenção da sociedade em reconhecer e efetivar os direitos das pessoas com deficiência.

Até 1983, o movimento reunia pessoas com todos os tipos de deficiência, quando então ocorreu uma separação, com a formação, por diferentes grupos, de federações nacionais. Os surdos decidiram prosseguir suas lutas de modo independente, concluindo que deveriam pleitear em função de suas particularidades, surgindo assim o movimento social surdo, a partir de associações de surdos organizadas.

Nota-se que, nesse momento histórico, a reivindicação pela linguagem mímica ou simplesmente mímica já era uma das bandeiras dos ativistas surdos dentro do movimento das pessoas com deficiência. Todavia, a comunicação em sinais utilizada pelos surdos ainda era apresentada como uma linguagem, e não como uma língua, e assim o direito ao seu uso não se baseava em argumentos linguísticos ou culturais. Os ativistas surdos justificavam a reivindicação com os mesmos argumentos utilizados pelos ativistas das demais deficiências, como condição de igualdade de oportunidades, na vida social, política, econômica e cultural do país. Nesse sentido, o direito ao uso da linguagem mímica era visto basicamente como um meio de garantir, às pessoas surdas não oralizadas, o acesso à informação, à educação e ao atendimento nas instituições públicas e privadas (Brito, 2013, p. 104).

As reivindicações dos surdos não tratavam de identidade e cultura surda ligadas à língua de sinais e, sim, de direitos humanos, sendo este o meio de garantir às pessoas surdas uma participação social de igualdade de oportunidades em relação às pessoas ouvintes.

De acordo com Brito (2013, p. 240), o movimento social surdo organizou diversas passeatas na busca de direitos; uma delas foi no Rio de Janeiro, em 1984, pela qual buscava-se o cumprimento da lei que determinava a inserção de legendas em português nos programas de televisão. Nesta época, os surdos se organizaram social e politicamente e, em meio às disputas, organizaram uma chapa, tendo no grupo pessoas surdas em sua maioria, para concorrer às eleições para a presidência da Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo (Feneida), fundada por profissionais ouvintes ligados à área da surdez. Os militantes surdos ganharam as eleições e em 1987 renomearam a instituição para Federação Nacional de Educação dos Surdos (Feneis); a língua de sinais ganhou mais espaço, tornando-se um meio de

comunicação e expressão, e o estatuto da Feneis foi reelaborado para corresponder às necessidades dos surdos.

Através da Feneis, os militantes surdos fizeram reivindicações ao governo tendo como metas principais a educação de surdos, o preparo dos surdos para o mercado de trabalho, serviços gratuitos para surdos quando necessitassem de intérpretes, cursos de Libras para ouvintes, capacitação de instrutores surdos de Libras, entre outras. Aos poucos, ganhou corpo sua reivindicação de que o ensino ocorresse em língua de sinais; criaram-se campanhas para oficializar a Libras. Também aos poucos, ganhou força a defesa da língua de sinais nas categorias da vida social, pois a oficialização desta língua faz parte dos direitos humanos, de modo a garantir a participação ativa das pessoas surdas na sociedade.

Ainda segundo Brito (2013, p. 87), na primeira metade do ano de 1990, houve uma guinada bastante significativa no movimento social surdo brasileiro, a qual colaborou para agrupar recursos humanos e materiais para gerar ações, como por exemplo, as passeatas para lutar por seus direitos, aproveitando as oportunidades oferecidas pelos movimentos de pessoas com deficiência neste período.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, instituiu-se o Estado de Direito e o entendimento da educação como direito também de todas as pessoas com deficiência, ocorrendo então as matrículas preferencialmente na rede regular de ensino, com a possibilidade do atendimento educacional especializado nas escolas especiais.

No final de 1993, foi divulgado pela Feneis um documento chamado “As comunidades surdas reivindicam os seus direitos linguísticos”. Sua intenção era comprovar as particularidades linguísticas da língua de sinais, mostrando que é uma língua organizada, com regras gramaticais que lhe conferem o *status* de meio de comunicação e de interação entre seus usuários:

[...] são consideradas como línguas naturais, porque são próprias das comunidades de surdos que as desenvolveram e as utilizam para transmitir e trocar ideias e sentimentos, podendo ser adquiridas naturalmente como língua materna. Fica, portanto, plenamente estabelecido o caráter linguístico da língua de sinais como uma condição sem a qual não faz sentido reivindicar o seu reconhecimento oficial pelo Estado brasileiro (Brito, 2013, p. 209).

As políticas públicas desempenharam e continuam desempenhando funções importantes para a ampliação das práticas inclusivas na educação brasileira. Desde a Declaração de Salamanca, elaborada durante a Conferência Mundial de Educação Especial, há um comprometimento das nações para que a educação das pessoas com necessidades especiais se desenvolva no ensino regular. Os propósitos foram conforme a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, que, em seu art. 3º, inciso I, prima pela “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996). A educação especial deixou assim de ter caráter substitutivo e passou a ter caráter transversal por meio do Atendimento Educacional Especializado, desde a Educação Infantil até a Educação Superior (BRASIL/MEC, 2008). As políticas para a educação dos surdos passaram então a ter outra dinâmica nos termos da consideração da língua como fator de inclusão.

É neste contexto que se inicia a elaboração do processo legislativo para criar a Lei de Libras, nº 10.436, sancionada em 24 de abril de 2002, reconhecendo então a língua de sinais como meio legal de comunicação e expressão. Seu art. 1º afirma que “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais e outros recursos de expressão a ela associados”. E ainda relatando sobre as reivindicações mais importantes das comunidades surdas, esta lei assim dispõe no parágrafo único de seu art. 1º:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos da comunidade de pessoas surdas no Brasil (Brasil, 2002).

Com a criação da Lei de Libras, os direitos da comunidade surda foram garantidos, podendo então a língua de sinais ser utilizada como meio oficial de comunicação e expressão entre surdos e ouvintes em qualquer ambiente social.

Quanto ao ensino bilíngue para surdos, este aparece no Brasil na década de 90, porém somente com o Decreto nº 5.626/2005, conforme seu art. 22, o ensino bilíngue começaria a ocorrer em escolas bilíngues ou em classes bilíngues. O bilinguismo preconiza então o uso e ensino da Libras e língua portuguesa, respeitando as diferenças. A abordagem bilíngue para os surdos busca reconhecer as especificidades linguísticas e culturais do aprendiz com surdez, usuário da língua de sinais. Houve ainda o Decreto nº 7.611/2011, que dispôs sobre a inclusão da pessoa surda no Ensino Regular, em escola comum, garantindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em três momentos pedagógicos: Atendimento Educacional Especializado em Libras; Atendimento Educacional Especializado para o ensino de Libras e Atendimento Educacional Especializado para o ensino de língua portuguesa.

Uma das metas da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL/MEC, 2008) propõe a educação na abordagem bilíngue (Libras/língua portuguesa) para surdos nas escolas comuns.

A Lei de Libras, nº 10.436/2002, dispõe sobre a legalidade de comunicação e expressão na Língua brasileira de sinais, reconhecendo-a como a primeira língua dos surdos

brasileiros. A regulamentação desta nova proposta para a educação de surdos ocorreu por meio do Decreto nº 5.626/2005, que regulamentou a formação do professor de Libras e do instrutor de Libras, normatizando as questões do uso e da difusão da Libras e da língua portuguesa para o acesso de pessoas surdas à educação (BRASIL, 2005).

A língua portuguesa é a língua oficial do país; é utilizada na comunicação dos ouvintes e por meio dela se realizam as interações sociais básicas, desde a família à escola e o trabalho. Isso impõe a necessidade do uso social do português em ambientes formais, que assume o *status* de segunda língua para os surdos brasileiros, sendo obrigatório no processo de escolarização dos surdos. Essa situação caracteriza formalmente a condição bilíngue dos surdos brasileiros.

A abordagem bilíngue para os surdos tem colaborado para o conhecimento do valor das línguas (Libras e português), respeitando-se as diferenças e buscando-se reconhecer e valorizar as especificidades linguísticas e culturais do aprendiz com surdez, usuário da língua de sinais. Para SKLIAR (1999), a “Educação Bilíngue de surdos envolve a criação de ambientes linguísticos para a aquisição da Libras como primeira língua (L1) por crianças surdas, no tempo de desenvolvimento linguístico esperado e similar ao das crianças ouvintes, e a aquisição do português como segunda língua (L2)”.

O aprendizado dos alunos surdos dar-se-á através da imagem, um recurso para transmitir conhecimento e desenvolver o raciocínio.

As imagens podem retratar momentos históricos, um evento, um acontecimento específico, uma ação, histórias em quadrinhos, entre outros. Segundo Anne Rowe (1996) *apud* SILVA, KAUCHAKJE e GESUELI (2003, p. 172), a narrativa é construída pelo “autor/ilustrador por meio de uma série de estratégias de composição que emprestam muito da linguagem cinematográfica e dos desenhos em animação”; o desafio é representar pictograficamente as narrativas; neste sentido, o ilustrador utiliza-se de fragmentação para indicar uma sequência de eventos, como, por exemplo, abordado no livro *Clown*, de Quentin Blake, figura 3 abaixo:

Figura 3: O Lúdico e o Absurdo no Ensino



Fonte: Quentin Blake, *Clown*. Monselice, Itália: CameloZampa, outubro- 2018.

A leitura e a interpretação das imagens são importantes recursos para o desenvolvimento da escrita, pois os alunos podem perceber visualmente as sequências das cenas. É sempre bom lembrar que as linguagens da pintura, das artes visuais e audiovisuais ensinam algo de muito importante: o sentido, o significado das coisas, não está só nelas, mas na relação que é estabelecida com elas. Assim, o que cada expressão artística quer dizer não tem tanta importância, pois já está dito pelo autor da obra. Essa relação cognitiva do homem com as coisas pode, caso se queira, transcender as artes e, de certa forma, centrar o conhecimento mais no homem e menos nas teorias ou conceitos. Ver e ouvir o que é dito por meios audiovisuais podem se constituir em um método de conhecer o próprio homem e a sua humanidade, para além dos filmes, programas de tevê, fotografias, pinturas, músicas

Para o aluno surdo, aprender a perceber as interfaces dos signos, compreender o humor nas histórias e imagens, são pontes para fazer o mesmo na segunda língua, que é a desenvolvida nas escolas de ouvintes.

A língua de sinais é denominada como modalidade gestual ou visual-motora, sendo a informação linguística recebida pelos olhos e produzidas pelas mãos; e apesar de ser diferente

das línguas orais devido à percepção e produção, o termo “fonologia” tem sido usado para os estudos dos elementos básicos da língua de sinais.

Para Quadros e Karnopp (2004, p. 48), a língua de sinais “contém os mesmos princípios subjacentes de construção que as línguas orais, no sentido de que tem um léxico, isto é, um conjunto de símbolos convencionais, e uma gramática, isto é, um sistema de regras que regem o uso desses símbolos”. As autoras afirmam ainda que há hipóteses de que a forma das línguas de sinais é determinada pela gramática universal inata e pela interação entre a percepção visual e a produção motora, e que há também diversos estudos das línguas de sinais em geral que reconhecem a importância da linguagem para o entendimento da natureza e do conhecimento linguístico:

Assim, durante os últimos 30 anos, fonologistas procuraram estabelecer as unidades formacionais dos sinais e o conjunto de traços distintivos de tais unidades, detalhando aspectos da representação fonológica e discutindo modelos teóricos propostos para línguas naturais. Além disso, tentaram testar um conjunto de construtos teóricos a fim de determinar a validade de modelos fonológicos contemporâneos e de seus princípios universais aplicáveis às línguas de sinais (Quadros; Karnopp, 2004, p. 50).

Conforme os estudos relatados pelas autoras, as mãos são articuladores primários das línguas de sinais; movimentam-se no espaço ou em frente ao corpo, podendo ser articulada uma só mão ou ambas. Quando o sinal é articulado com uma só mão, esta é a mão predominante do sujeito.

Segundo Novaes (2014, p. 49), temos hoje juridicamente o conceito da Língua brasileira de sinais (Libras), com o sistema linguístico de natureza visual-motora e estrutura gramatical própria”, para transmitir ideias, fatos, conceitos, entre outros. De acordo com Felipe (2001), os sinais surgem da combinação dos seguintes parâmetros: configuração das mãos, ponto de articulação, movimento, orientação/direção e expressão facial e/ou corporal, e os surdos ainda utilizam-se de classificadores em suas interações. Quadros (2006) define que classificadores são:

Sinais que utilizam um conjunto específico de configurações de mãos para representar objetos incorporando ações. Tais classificadores são gerais e independem dos sinais que identificam tais objetos. É um recurso bastante produtivo que faz parte das línguas de sinais (QUADROS, 2006, p. 21).

A diferença entre as línguas orais e as de sinais quanto ao nível fonológico é difícil de ser estabelecida, pois muitos tópicos sobre a fonologia das línguas de sinais continuam sendo pesquisados. Os traços distintivos nas línguas de sinais visam atingir o mesmo nível de adequação descritiva atualmente disponível para línguas orais.

A língua de sinais é completamente independente das línguas faladas, e o sistema de comunicação criado com finalidades pedagógicas uma comunicação simultânea, utilizado pelos professores intérpretes de Libras, de acordo com a Lei nº 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, e conforme o estabelecido pelo governo federal, deve garantir aos estudantes surdos o “[...] acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas, modalidades de educação, desde a educação infantil até o ensino superior” (art. 14).

Se a maioria dos surdos tem acesso exclusivamente ao que é visual, o ensino da língua portuguesa deve estar atento a esse quesito. A modalidade escrita da língua portuguesa deve ser ensinada tendo a Libras, que é uma língua visual e acessível a todos os surdos, como língua de instrução. Ninguém aprende uma segunda língua sem se apoiar, ainda que internamente, na sua primeira língua. Definir a metodologia de ensino a ser adotada na aula de língua portuguesa como L2 para surdos não é uma questão apenas didático-pedagógica, é uma questão curricular, metodológica e, acima de tudo, linguística. Dizer que a língua portuguesa é segunda língua para a maioria dos surdos brasileiros não é uma simples questão de denominação, é uma questão que envolve um novo paradigma, um novo jeito de ensinar e de aprender a ler e escrever; precisa estar sustentado em uma política não apenas educacional, mas em uma política, sobretudo, linguística, com base na ampla e suficiente legislação estabelecida sobre os direitos linguísticos dos surdos. Segundo Freire,

Ler é adentrar nos textos, compreendendo-os na sua relação dialética com os seus contextos e o nosso contexto. O contexto do escritor e o contexto do leitor. Ao ler eu preciso estar informando-me do contexto social, político, ideológico, histórico do autor (FREIRE, 1982, p. 4).

De acordo com o autor, a leitura é constituída de um reconhecimento e atribuição de significado, sendo este no caso do aluno surdo, entendido por outra língua, que é a Libras; sendo assim, são necessários a compreensão e o entendimento do que se lê – é preciso ir além de simplesmente fazer uma leitura, deve haver criticidade na interpretação da leitura. De acordo com Freire (1982), a leitura é uma fonte de conhecimentos que servem de grande estímulo e motivação para que a criança goste da escola e de estudar. Além da satisfação pessoal, ela contribui para a construção de modelos relacionados às formas de escrita e tem como finalidade a formação de leitores com função de escritores. O espaço de construção da leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo, a partir dos seus conhecimentos linguísticos.

Freire (1996, p. 14) assim fala sobre o papel do educador: “a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo”. A citação acima mostra que tanto no discurso quanto na prática as ações pedagógicas dos educadores estão voltadas para a aprendizagem e o aprimoramento do conhecimento de seus educandos.

A educação bilíngue precisa acontecer principalmente na Educação Básica, para que o aluno surdo possa compreender o mundo e tenha condições de prosseguir com seu processo de aprendizagem escolar com mais clareza, de modo a desenvolver-se com mais confiança e tranquilidade na sociedade e no meio em que vive, no que diz respeito à comunicação e a apropriação da escrita no Ensino Regular em sala de ouvintes. Essa educação

Envolve pelo menos duas línguas no contexto educacional. As diferentes formas de proporcionar uma educação bilíngue a uma criança em uma escola dependem de decisões político-pedagógicas. Ao optar-se em oferecer uma educação bilíngue, a escola está assumindo uma política linguística em que duas línguas passarão a coexistir no espaço escolar; além disso, também será definido qual será a primeira língua e qual será a segunda língua, bem como as funções que cada língua irá representar no ambiente escolar. Pedagogicamente, a escola vai pensar em como estas línguas estarão acessíveis às crianças, além de desenvolver as demais atividades escolares. As línguas podem estar permeando as atividades escolares ou serem objetos de estudo em horários específicos dependendo da proposta da escola. Isso vai depender de “como”, “onde”, “quando” e “de que forma” as crianças utilizam as línguas na escola QUADROS (2006, p. 18).

Segundo a autora, a educação bilíngue (Libras/português) é necessária, sendo a primeira língua do surdo a Libras e a segunda língua a língua portuguesa; as atividades escolares precisam estar integradas para o melhor desenvolvimento pedagógico do discente, tanto na modalidade oral-auditiva quanto na visual-espacial. Cabe à escola desenvolver projetos que integrem os alunos surdos ao grupo escolar, favorecendo a socialização.

De acordo com a LBI, faz-se necessário que as escolas tenham atitudes que viabilizem a socialização, a acessibilidade e a comunicação; por fim, que colaborem para a efetiva participação social da pessoa com deficiência, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

O ensino de Libras permanece inexistente na sala de aula “comum”, sendo transferido apenas para o Atendimento Educacional Especializado, que se define estritamente como complementar ou suplementar. Em outras palavras, o aprendizado da e na língua materna do surdo se torna complementar em sua instrução, objeto de um atendimento educacional no contraturno; e a língua portuguesa, por lei sua segunda língua, impõe-se como primeira língua, língua de instrução e objeto de estudo específico no turno principal e no contraturno.

Em outra publicação do Ministério da Educação, em coedição com a Universidade Federal do Ceará, intitulada “Abordagem bilíngue na escolarização da pessoa com surdez” (2010), que teve distribuição gratuita de 60 mil exemplares como orientação teórico-pedagógica para os AEEs para alunos surdos, a secundarização da Libras é reafirmada quando ali se diz: “No momento do AEE para o ensino da língua portuguesa escrita o professor não utiliza a Libras, a qual não é indicada como intermediária nesse aprendizado”. Ou seja: nem mesmo no AEE a Libras se torna primeira língua de instrução dos alunos surdos (sequer língua de acesso à língua portuguesa), e ainda se orienta que seja evitada.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa de estudo de caso favorece conhecimentos pela aplicação de práticas e por envolver verdades e interesses locais. Foram utilizados como procedimentos de pesquisa o levantamento bibliográfico e a análise documental. O levantamento bibliográfico, como afirma Gil (2002, p. 45), apresenta vantagens ao “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. A pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos.

O elemento mais importante para a identificação de uma pesquisa é o procedimento adotado para a coleta de dados. Neste sentido, a pesquisa apresentou caráter descritivo, tendo sido realizado de análise, registro e interpretação dos fatos, constituindo-se de caso, que consistiu o detalhado e exaustivo de dois alunos surdos, de maneira que permitisse seu amplo e eficaz conhecimento.

O delineamento de uma pesquisa refere-se ao planejamento e sua forma, ou seja, é a estratégia ou plano geral que determina as operações necessárias para fazê-la. É a fase na qual o pesquisador estará preocupado fundamentalmente com os meios técnicos de investigação (GIL, 2002). A abordagem do problema da pesquisa caracteriza-se como qualitativa.

Para Gil (1991, p. 42), a pesquisa tem um caráter pragmático, é “um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para os problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Complementando o raciocínio de Gil, os autores Lakatos e Marconi (2011) afirmam que para que os objetivos de uma pesquisa sejam atingidos, o pesquisador conta com os métodos científicos, que contemplam o conjunto de operações ou processos mentais a serem empregados em uma investigação. Neste sentido, a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa utilizado foi fenomenológica, hipotético-dedutiva, dialética, indutiva e dedutiva.

Como pesquisa bibliográfica, foram reunidos os instrumentos teóricos da revisão de literatura, com a finalidade de orientar a pesquisa, de modo a oferecer subsídios para a discussão e interpretação dos resultados alcançados.

Nesta seção mostram-se os procedimentos metodológicos do tipo de pesquisa utilizado, bem como se descrevem a população objeto de estudo, os instrumentos de pesquisa e, por fim, os procedimentos para a coleta de dados.

No quadro abaixo, são apresentados as etapas e procedimentos que foram executados durante a pesquisa.

Quadro 6: Etapas e procedimentos da pesquisa.

| ETAPAS | PROCEDIMENTOS |
|--------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Definição da pesquisa | Definição do lugar; definição do problema; definição do objetivo geral; definição dos objetivos específicos. |
| 2. Definição dos participantes | O critério para a escolha das crianças surdas foi o fato de ambas estudarem na mesma escola desde o 1º ano do Ensino Fundamental. |
| 3. Elaboração do método | Local selecionado para procedimentos e ferramentas da coleta dos materiais qualitativos. |
| 4. Preparação para a coleta de dados/materiais | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Revisão de literatura; ✓ Definição de roteiro para a coleta de dados; ✓ Elaboração do roteiro do questionário. |
| 5. Procedimentos administrativos e éticos | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Autorização da instituição; ✓ Aceite do Orientador; ✓ Autorização do CEP/CAAE: 26502019.4.0000.5501 ✓ Assinaturas dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido. |
| 6. Coleta de dados ao término deste percurso | Análise de documentos (relatórios e cadernos de registro dos alunos surdos); questionários. |
| 7. Tratamento dos dados | Análise dos questionários; formatação dos questionários. |
| 8. Análise dos dados | Análise das classes/categorias, de acordo com o referencial teórico. |
| 9. Discussão dos resultados | Discussões fundamentadas na revisão de literatura sobre surdez, alfabetização dos surdos na L2 e abordagem bilíngue. |
| 10. Devolutiva aos participantes e proposta para futuras pesquisas | Entrega de um resumo expandido para os participantes, bem como a apresentação oral e discussão com a equipe de profissionais especialistas e professores que atendem as crianças surdas do município escolhido. |

Fonte: Adaptação de modelo elaborado por Dias (2013).

As ações propostas foram realizadas ao término deste percurso formativo de Mestrado Profissional em Educação e têm como objetivo apresentar os resultados da pesquisa e dialogar sobre as ações e propostas que contribuem para o desenvolvimento social numa abordagem bilíngue (Libras/português), além de propostas para o desenvolvimento da escrita dos alunos surdos.

A pesquisa é baseada em proporcionar *insights* produzidos pela compreensão do universo (contexto) em que está ocorrendo a investigação da problemática estudada e pesquisada.

Para o desenvolvimento deste estudo, utilizou-se abordagem qualitativa, justificada pela complexidade do objeto e suas particularidades. Ressalte-se que a palavra “qualitativa” implica ênfase em processos e significados que não são rigorosamente examinados ou mediados em termos de “quantidade, e muito menos generalizáveis”. Gil (1991, p. 20).

Na análise documental, foi indispensável ter presente muito mais do que descrever um objeto e a subjetividade do sujeito, pois buscou-se conhecer trajetórias de vida, experiências sociais de sujeitos cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados, Gil (1991, p. 22) com base no exposto acima, foi efetuada uma análise de relatos, obtidos por meio de questionário para os professores especialistas e professores regentes das salas. Não foi possível, porém, aplicar questionário aos pais dos alunos. Adiante serão explicitados, detalhadamente, todos os tópicos da estrutura da presente pesquisa.

O procedimento de estudo desta pesquisa foi análise reflexiva dos relatórios e documentos fornecidos pela escola, além dos questionários sobre as práticas docentes desses professores nas ações de alfabetização dos surdos.

O embasamento teórico da pesquisa bibliográfica em fontes diversas e sua conduta interpretativa serviram para a fundamentação e organização didática dos objetivos propostos, sendo a pesquisa de campo o ponto de convergência entre os saberes sistematicamente organizados e a prática desenvolvida no contexto escolar, possível de ser observada e analisada nas etapas da pesquisa.

Para descrever a metodologia utilizada, serão abordadas separadamente as práticas metodológicas que fundamentaram o fazer investigativo, na sequência: 3.1) o tipo de pesquisa utilizado; 3.2) a população amostra; 3.3) os instrumentos utilizados para a coleta dos dados; 3.4) os aspectos éticos e os procedimentos para a coleta dos dados.

3.1. O tipo de pesquisa utilizado

Um estudo de caso caracteriza-se por descrever um evento ou caso de uma forma longitudinal. O caso consiste geralmente no estudo aprofundado de uma unidade individual, tal como uma pessoa, um grupo de pessoas, uma instituição, um evento cultural etc. Quanto aos tipos de casos em estudo, estes podem ser exploratórios, descritivos ou explanatórios (YIN, 1993).

Para Yin (2015), o estudo de caso é utilizado quando se deseja entender um fenômeno da vida real em profundidade, envolvendo importantes condições contextuais. Dentro desse

olhar, foram analisadas diversas perspectivas de um mesmo fenômeno e o desenvolvimento dos dois alunos surdos em uma determinada realidade.

Conforme Yin (2015, p. 39),

O estudo de caso é uma investigação empírica que (a) investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade em seu contexto de vida real, especialmente quando; (b) os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes.

Para Lüdke e André (1986), o estudo de caso tem como estratégia de pesquisa um estudo simples e específico; mas também pode ser complexo e abstrato, mas sempre bem delimitado. Pode ser semelhante a outros, mas é também singular, pois tem um interesse próprio, único e particular. Os casos sob estudo que são investigados por meio desse tipo de pesquisa têm características de casos naturais, ricos em dados descritivos, com um plano aberto e flexível que focaliza a realidade de modo complexo e contextualizado.

Por se tratar de um estudo de caso, o método de pesquisa utilizado neste trabalho teve como foco a interação entre fatores e eventos ocorridos dentro de um cenário específico e estipulado.

Tendo em vista, os objetivos propostos, houve o compromisso de conhecer o contexto social, a partir do manuseio e leitura de documentos oficiais da secretaria da escola, que serão apresentados detalhadamente, bem como pelo contato com os grupos de participantes, seja por meio de documentos das crianças surdas matriculadas na instituição escolar e que são atendidas pelo EAPE, ou através dos professores que atuam com essas crianças, os especialistas que as atendem, os professores bilíngues (Libras/língua portuguesa), as coordenadoras e a diretora da unidade.

Foram utilizados alguns instrumentos para a coleta de dados: questionários enviados por e-mail para a gestão escolar, professores pedagogos, professores bilíngues. Com a coleta de dados, foi possível a obtenção e identificação das informações necessárias para chegar aos objetivos da pesquisa.

O primeiro passo após o levantamento de dados foi a aplicação dos questionários a dois professores regentes do Ensino Fundamental Regular, um do 4º ano e outro do 5º ano, aos professores de apoio bilíngue (Libras/língua portuguesa) que apoiaram os professores regentes, a uma especialista da sala do EAPE, a duas coordenadoras e à diretora da escola. O questionário foi dividido em duas partes, uma para a gestão escolar, com quinze questões, e outra para os professores regentes e especialistas, com 14 questões quanto à formação profissional e socialização com crianças surdas na escola, enriquecendo a coleta através desse instrumento.

O segundo passo foi analisar os documentos e relatórios, de modo a poder verificar as fases da alfabetização na L1 e L2 dos alunos surdos e categorizá-las e, por fim, analisar as escritas das crianças desde o 1º ano do Ensino Fundamental.

As pesquisas exploratórias são úteis para o diagnóstico de situações, para a exploração de alternativas ou descoberta de novas ideias; também são consideradas descritivas, pois têm a finalidade de descrever a característica de uma dada população ou fenômeno. É o caso desta dissertação, em que busca-se descrever as características dos alunos surdos através das análises dos relatórios dos atendimentos e históricos, o que a transforma num estudo de caso: “Embora o planejamento da pesquisa exploratória seja bastante flexível, na maioria dos casos assume a forma de [...] estudo de caso” (Gil, 2002, p. 41).

É certo afirmar, conforme o autor, que no campo da pós-graduação há muito para ser investigado e publicado quanto às experiências e vivências dos problemas cotidianos na escola.

O foco no decorrer da pesquisa foi analisar documentos e relatórios, descrever as produções escritas de duas crianças surdas do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental em um município do Litoral Norte de São Paulo, analisando o processo de alfabetização e a abordagem bilíngue na L1 e L2; ambos frequentam a escola desde o 1º ano do Ensino Fundamental. Foram submetidos aos professores e a gestão os questionários sobre o desenvolvimento educacional e a socialização dos alunos surdos, sendo estas pessoas envolvidas no processo de aprendizagem dos mesmos. Embora a língua portuguesa não se constitua língua estrangeira para o grupo sociocultural de surdos, na medida em que as relações que eles vivenciam em seu cotidiano são também perpassadas por língua dos ouvintes, ela tem sido assim tratada e imposta, historicamente, nos processos educacionais de alunos surdos.

A amplitude e profundidade da pesquisa estão baseadas em fontes primárias e secundárias, aliando o produto da pesquisa, adquirido junto ao público-alvo, aos saberes registrados nas diversas fontes bibliográficas, tornando possível o aprofundamento dos conhecimentos no desenvolvimento do trabalho de investigação.

3.2 População / Amostra

O município onde foi realizada a pesquisa possui 23 (vinte e três) escolas de Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, das quais em 9 (nove) delas ocorre a inclusão de alunos surdos no Ensino Regular, em salas de ouvintes, com apoio de professor intérprete (Libras/língua portuguesa).

A escolha da instituição escolar foi motivada, em um primeiro momento, pelo relacionamento consciencioso e cortês estabelecido entre a pesquisadora, a professora especialista do EAPE e a equipe gestora, o que gerou afinidade, fazendo com que a proposta de realização da pesquisa tenha sido apoiada e aceita prontamente.

A equipe gestora foi incluída nesta amostra em função da importância do seu envolvimento nas atividades pedagógicas desenvolvidas pelos professores em sala de aula, pelos professores bilíngues (Libras/língua portuguesa) e pela especialista do EAPE (Espaço de Apoio Pedagógico Especializado).

O processo de seleção dos elementos levou em consideração aspectos da pesquisa qualitativa, cuja preocupação diz respeito ao seu contexto e ao público-alvo. Teve menor importância a preocupação com dados de exatidão estatística, embora nos estudos de campo existam, muito provavelmente, amostras de dimensões que permitam ser analisadas estatisticamente.

A amostra deste estudo, relativamente pequena, foi selecionada para maximizar a produção de informações devidamente amparadas pelos estudos de revisão bibliográfica. Os dados institucionais disponíveis indicaram uma realidade a ser conhecida mais de perto quanto à alfabetização dos alunos surdos e à abordagem bilíngue na L1 e L2 no Ensino Fundamental.

Trata-se de uma amostragem intencional, não probabilística, denotando uma situação em que todos os elementos da população-alvo envolvidos na problemática estudada e todos os documentos analisados fazem parte da amostra, ou seja, buscou-se analisar documentos, cadernos de registro e relatórios dos professores especialistas acerca da alfabetização na L2 das duas crianças surdas do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, do município escolhido para a pesquisa, e como foi desenvolvida a abordagem bilíngue, sendo aplicado questionário às equipes atuantes, aos gestores, professores regentes e professores especialistas responsáveis pelos cadernos de registro e pelos relatórios sobre os alunos surdos, desenvolvidos no decorrer do ano letivo de 2019, bem como uma análise dos demais cadernos de registro dos anos anteriores e relatórios dos profissionais que foram docentes nesses anos. Além de relatarem e documentarem a vida acadêmica dos alunos surdos, quem possuem uma gama de informações sobre o processo de aprendizagem desde o 1º até o 5º ano do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) nesses anos.

O intuito desta pesquisa foi o de que as informações advindas das fontes secundárias fossem complementadas com os resultados obtidos através da aplicação dos instrumentos de coleta de dados possíveis de serem analisados.

No que respeita à aplicação dos questionários, foram utilizados os seguintes critérios: dois professores regentes no Ensino Fundamental, duas professoras de apoio bilíngues (Libras/língua portuguesa), sendo estes contratados como professores intérpretes de Libras, uma professora especialista, duas coordenadoras e a diretora da escola, um total de oito profissionais participantes, sendo estes os que atendem os (dois) alunos surdos objetos da pesquisa, matriculados em sala de ouvintes, um no 4º ano e outro no 5º ano. Quanto à alfabetização na L2 em contexto escolar, foram efetuados o levantamento e a análise dos dados dos cadernos de registro e relatórios referentes a esses alunos.

Todas as oito profissionais convidadas mostraram-se disponíveis a contribuir com respostas ao questionário, enviado por e-mail. No final do ano letivo de 2019, a equipe gestora entregou os documentos necessários para o levantamento de dados, de modo a poder-se concluir a pesquisa. Os participantes residem atualmente no município selecionado para a pesquisa.

3.3 Instrumentos utilizados para coleta de dados

O instrumento para a coleta de dados (Apêndice V) questionário conforme cada grupo de participantes (Apêndice VI).

. Através deste instrumento, foi possível a obtenção e identificação das informações necessárias para atingir os objetivos da pesquisa. A seguir são apresentados detalhes sendo os participantes: a diretora da escola, duas coordenadora, uma especialista do Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma professora regente do 4º ano, uma professora bilíngue (Libras/língua portuguesa) do 4º ano, uma professora regente do 5º ano, uma professora bilíngue (Libras/língua portuguesa) do 5º ano, perfazendo o total de oito profissionais do ano letivo de 2019

O questionário tinha perguntas abertas, através das quais buscou-se identificar as ações que efetivamente contribuíram para o desenvolvimento dos dois alunos surdos. O roteiro prévio constituiu-se para nortear o conhecimento e a possibilidade de responder às questões que fundamentaram o problema da pesquisa, permitindo conhecer a percepção dos participantes quanto ao desenvolvimento escolar dos alunos surdos.

Os principais acervos utilizados nesta pesquisa foram: documentos legais municipais da educação inclusiva dos alunos surdos, documentos elaborados pelos profissionais especialistas, relatórios dos professores bilíngues e professora do Espaço de Apoio Pedagógico Especializado (EAPE), além todos os relatórios que permitissem recuperar os avanços

conquistados pelas crianças quanto ao processo de alfabetização e à abordagem bilíngue da L1 e L2 no Ensino Fundamental (1º ano ao 5º ano).

3.3.1 Pesquisa documental

No que se refere ao estudo documental, inicialmente o propósito era obter subsídios para compreender o processo de alfabetização e a abordagem bilíngue na L1 e L2, através da leitura dos relatórios dos professores especialistas e dos cadernos de registro das atividades dos dois alunos surdos, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, arquivados na escola. Os dois alunos objetos da pesquisa estudam na mesma escola e, no ano de 2019, um deles estava cursando o 4º ano e o outro, o 5º ano.

Nesta pesquisa, a análise documental foi de extrema importância, pois, verificou-se que de fato os alunos surdos vêm se desenvolvendo em relação à alfabetização e à abordagem bilíngue na L1 e L2 no percurso escolar porém com defasagens quanto ao conteúdo a ser desenvolvido no ano série.

Vale ressaltar que, neste ano de 2020, os alunos estão sendo acompanhados por outros profissionais, tanto o professor regente quanto aos especialistas, e um dos alunos surdos seguiu para outra escola do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, o que, embasado nos registros e quanto ao analisado no questionário realizado o aluno não está totalmente alfabetizado na L2 e com defasagem na L1 e que segundo Lüdke e André (1986), o uso da técnica de análise documental apresenta vantagens e desvantagens; no entanto, recomenda-se o seu emprego quando o pesquisador se coloca frente a três situações elementares: diante de acesso a dados problemáticos; quando se pretende comprovar e validar informações obtidas por outras técnicas de coleta; e quando o intuito do pesquisador é estudar o problema sob a ótica da própria expressão dos indivíduos quanto ao que foi desenvolvido na abordagem bilíngue no decorrer dos anos de estudos, como se deu a apropriação da escrita, além de desenvolver propostas pedagógicas que desenvolvam o conteúdo defasado na vida acadêmica dos alunos surdos.

3.4 Aspectos éticos e os procedimentos para Coleta de dados

Respeitando os princípios éticos para pesquisas que envolvem seres humanos, esta pesquisa foi encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisas Humanas (CEP) da Universidade de Taubaté (UNITAU) e aprovada em dezembro de 2019 (Anexo C), com CAAE: 26502019.4.

0000.5501. Os participantes foram informados quanto aos objetivos da pesquisa, seus riscos e sigilo dos dados utilizados para os fins desta pesquisa (dissertação e publicações que dela resultarem).

A pesquisa começou a partir da busca de referenciais teóricos que a fundamentassem. Após a fundamentação teórica, teve início a organização do material, atendendo às exigências da complexidade que envolve uma pesquisa científica. Iniciou-se também a preparação da documentação oficial exigida pela Secretaria de Pós-Graduação da Universidade de Taubaté (UNITAU). Por ocasião da preparação dos documentos oficiais, foram providenciados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO A), ficando garantido a todos os participantes o sigilo da sua identidade e a liberdade de poderem deixar o presente estudo a qualquer tempo.

Primeiramente, a pesquisadora apresentou-se na Secretaria Municipal de Educação e protocolou um Ofício (Apêndice I), mostrando a declaração de confirmação de matrícula, de modo a comprovar que era aluna regularmente matriculada no Mestrado Profissional em Educação da UNITAU (Universidade de Taubaté), e descrevendo o objetivo, os instrumentos e os sujeitos da pesquisa, juntamente com o Termo de Autorização (Apêndice II). Tendo havido receptividade favorável, o Termo de Autorização foi digitalizado e anexado junto à Plataforma Brasil.

Foi então realizado, pessoalmente, um primeiro contato com o público-alvo eleito para a pesquisa, ocasião em que foi feito verbalmente na unidade escolar em que os alunos surdos estudam. A diretora, coordenadoras aceitaram e todos os procedimentos necessários foram realizados. Feito isso, a pesquisadora dedicou-se ao contato com os profissionais da escola, para convidando a participar da pesquisa como será visto a seguir.

O primeiro contato com a especialista do Espaço de Apoio Pedagógico Especializado (EAPE) que prontamente aceitou. Esta especialista atende as crianças na própria escola, o que facilitou o acesso da pesquisadora aos relatórios e cadernos de registro das atividades do Ensino Fundamental, com registros desde o 1º ano.

O segundo contato com as professoras regentes e professoras de apoio dos alunos surdos, que aceitaram realizar a aplicação do questionário que ocorreu via e-mail, em janeiro de 2020, devido ao recesso escolar. A mesma forma de aplicação do questionário foi efetuada com a diretora, as duas coordenadoras, que lecionaram no ano letivo de 2019.

Vale aqui ressaltar que ambos alunos surdos já tinham sido atendidos por outros profissionais no decorrer da vida acadêmica, desde o 1º ano até o 5º ano, sendo encaminhados

ao professor do EAPE responsável pelos atendimentos na escola, em cada ano, contendo informações bimestrais acerca do processo de alfabetização e da abordagem bilíngue da L1 e L2, relativas ao ano de 2019.

3.4.1 Coleta dos documentos

Logo que a pesquisa foi aprovada, a pesquisadora, de posse de um Ofício encaminhado pela Universidade de Taubaté, dirigiu-se à Secretaria de Educação de um município do Litoral Norte de São Paulo, com vistas a obter autorização para o acesso aos registros documentais da escola necessários para a pesquisa, a saber, os relatórios dos profissionais que atenderam as crianças objetos do estudo e os cadernos de registro de atividades dessas crianças, autorização que foi obtida.

Faz-se pertinente retomar os objetivos que nortearam o percurso desta pesquisa: identificar o embasamento teórico contidos nos cadernos de registros dos alunos surdos referentes ao desenvolvimento bilíngue e a apropriação da escrita, mencionadas nos cadernos de registro das atividades dos alunos objetos da pesquisa, e o desenvolvimento na abordagem bilíngue da L1 e L2; conhecer as intervenções metodológicas presentes nas práticas docentes desenvolvidas com os alunos surdos quanto ao que consta em registro documental – um matriculado no 4º ano e outro, no 5º ano, de modo a ser possível descrever a vida acadêmica desses alunos.

Após o deferimento do pedido de autorização para o acesso à documentação, foram entregues à pesquisadora todos os cadernos de registro de atividades e os relatórios sobre os dois alunos surdos referentes aos anos anteriores a 2019, para análise nos meses de novembro e dezembro de 2019; os cadernos de registro e relatórios de 2019, foram entregues em dezembro, ao final do ano letivo, para análise no final do ano e início de janeiro de 2020. Em 6 de fevereiro, a pesquisadora retornou ao local para devolução do material.

3.4.2 Procedimentos para a análise dos dados dos questionários

Inicialmente, foi apresentado o questionário, de acordo com a pesquisa nomeados da seguinte forma: (1) perfil dos pesquisados envolvendo; (2) relações interpessoais professor/aluno – a partir da análise da observação dos profissionais; (3) formação inicial e continuada; (4) Formação e prática docente quanto à alfabetização dos alunos surdos, quanto:

(a) metodologia em alfabetização; (b) desenvolvimento na abordagem bilíngue da Libras e língua portuguesa.

Tomou-se todo cuidado na formulação das perguntas, para que fossem compreendidas claramente pelos respondentes e pesquisador.

As informações enviadas por e-mail serão armazenadas durante cinco anos pela pesquisadora, sendo inutilizadas posteriormente.

Os dados coletados nesta pesquisa, questionário e dos cadernos de registro, além dos relatórios dos especialistas, informam como ocorreram as práticas educativas contidas nos cadernos de registro quanto às ações desenvolvidas para que os alunos surdos se apropriassem da escrita da língua portuguesa dos dois alunos surdos, utilizando a abordagem bilíngue na L1 e L2 no Ensino fundamental do (1º ano ao 5º ano) incluídos em sala de ouvintes.

Para Bardin (2011, p. 37), “Não se trata de um instrumento a análise de documentos: cadernos de registros e relatórios dos professores, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”. Considerando o exposto acima, nesta pesquisa a análise do questionário e dos documentos possibilitou compreender o processo de alfabetização e a utilização e desenvolvimento na abordagem bilíngue da L1 e L2 dos surdos.

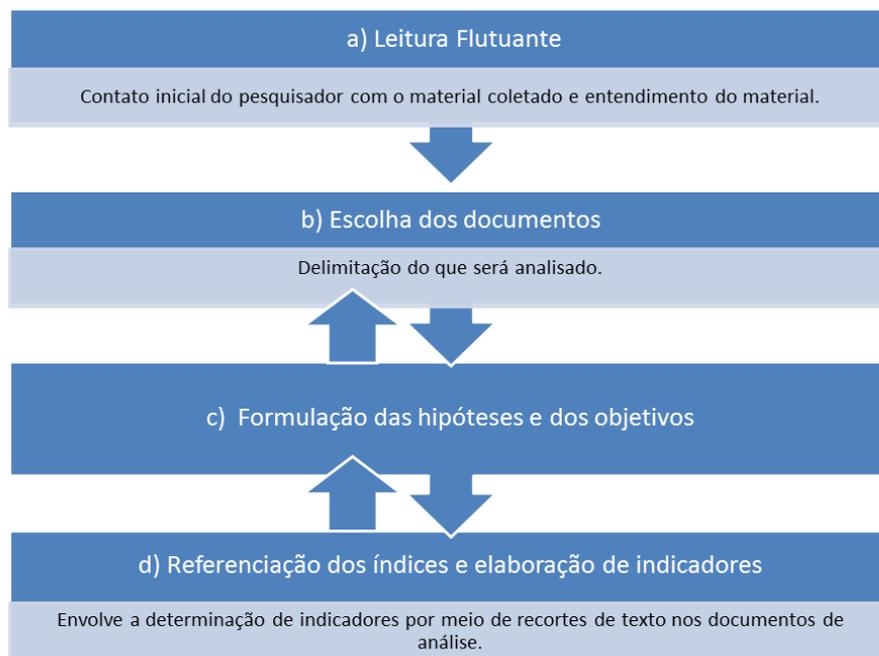
Entende-se que é relevante o aprofundamento da coleta de informações dos documentos, para a obtenção de dados mais ricos no que se refere à compreensão do problema de pesquisa, caracterizado por um sentido mais pessoal, portanto subjetivo; daí o aporte da natureza qualitativa. Espera-se que essa pesquisa possa colaborar com os professores participantes na construção dos saberes pedagógicos, de modo a efetivar o sentido da formação e análise no desenvolvimento bilíngue na L1 e L2 no Ensino Fundamental, estimulando os profissionais que lecionam com alunos surdos, para que adotem o caminho da investigação e pesquisa junto a suas práticas.

Nesta pesquisa, foi utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin (2011) para analisar os discursos provenientes das questões. De acordo com Campos (2009, p. 611) [...] “a análise de conteúdo é compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento”, conforme a pesquisa feita pela pesquisadora.

As autoras Vosgerau, Pocrifka e Simonian (2016) explicam que através da pré-análise é que se origina o corpo da pesquisa; trata-se do momento em que se organiza o material a ser analisado, de modo a torná-lo operacional, ocorrendo, simultaneamente, a sistematização das

ideias preliminares. Ainda de acordo com as autoras, constituem a Pré-Análise de Bardin quatro etapas, explicadas na figura abaixo:

Figura 4: Etapas que constituem a Pré-Análise de Bardin



Fonte: Adaptado pela autora a partir dos estudos de Bardin (2011).

A pesquisadora discorreu sobre a importância da participação dos professores regentes e professores bilíngues (Libras/língua portuguesa) na pesquisa, a fim de que o estudo pudesse ser validado.

O questionário foi enviado por e-mail aos oito profissionais participantes devido o recesso escolar e todos responderam. O objetivo desta etapa foi de obter dados que tornasse possível a realização de uma análise sobre o desenvolvimento dos alunos surdos nas séries em que estudaram em 2019, quanto ao aprendizado, a socialização, a alfabetização e ao desenvolvimento da abordagem bilíngue com os alunos surdos, proporcionando aprofundamento das investigações.

Nos cadernos de registros, foi possível analisar o desenvolvimento pedagógico dos dois alunos surdos no decorrer da vida acadêmica desde o 1º ano do Ensino Fundamental, proporcionando melhor entendimento das práticas utilizadas no cotidiano escolar e quais foram as atividades propostas para o desenvolvimento da escrita na língua portuguesa, contando as fases da escrita em que os alunos surdos estão atualmente, pois verificou-se que em várias atividades houve a intervenção do professor de apoio na escrita, já o desenvolvimento bilíngue

foi descrito pelos professores se era utilizado a datilologia ou não para o entendimento da escrita dos alunos surdos.

Quanto aos relatórios dos profissionais que lecionaram com os alunos surdos desde o 1º ano do Ensino Fundamental, fizeram registros bimestrais explicando as fases do desenvolvimento pedagógico dos alunos surdos, relataram sobre a socialização e o desenvolvimento bilíngue (Libras/língua portuguesa) no processo de ensino aprendizagem na vida acadêmica no decorrer dos anos e como se encontrava esse desenvolvimento nas séries finais do Ensino Fundamental do 1º ao 5º Ano.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISES E DISCUSSÃO.

Este tópico descreve os dados obtidos na pesquisa, as análises e sua discussão; descreve também as metodologias e práticas pedagógicas adotadas e relatadas nos documentos disponibilizados.

Para a elaboração do questionário, foram utilizados cinco termos-chave: perfil dos participantes; quanto a idade, formação inicial e continuada, tempo de experiência profissional na educação, que contribuíram para subsidiar a análise qualitativa, proporcionando a identificação do perfil dos educadores da instituição, sua formação inicial e continuada, sua experiência e trajetória profissional e sua formação voltada à prática educativa na alfabetização e na da abordagem bilíngue da L1 e L2 com relação aos dois alunos surdos do Ensino Fundamental.

4.1 Caracterização da amostra

A apresentação dos dados da pesquisa teve início com a caracterização dos sujeitos. Para tanto, foram apresentados os aspectos referentes às suas especificidades sociodemográficas, especialmente no que diz respeito a idade, gênero, graduação, pós-graduação, tempo de atuação na educação, desafios relacionados à inclusão dos alunos surdos em sala de ouvintes, tempo de atuação nos anos iniciais e, por fim, cargo/função desempenhado na escola. Posteriormente, os dados foram tabulados e analisados, a fim de melhor compreender quem eram esses sujeitos e então contextualizá-los perante a temática, por meio do questionário.

O quadro a seguir apresenta, então, as características dos oito professores que participaram do estudo, cujo exercício profissional está ligado à docência, orientação educacional, orientação pedagógica e direção da unidade escolar selecionada.

Quadro 7: Dados sociodemográficos dos sujeitos da pesquisa.

| Sujeitos x sexo | Idade | Graduação | Pós-Graduação | Tempo na instituição | Desafios/dificuldades |
|---------------------------------|---------|-----------------------|--------------------------------------|----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| diretora | 44 anos | Pedagogia História | Pós em Psicopedagogia | 12 anos | Todos os funcionários saberem se comunicar por sinais . |
| 1ª coordenadora | 42 anos | Pedagogia | Pós em Psicopedagogia | 21 anos | Iniciar o ano letivo com professor bilíngue (Libras/língua portuguesa) contratado por meio de processo seletivo |
| 2ª coordenadora | 54 anos | Pedagogia | Pós em Gestão Escolar | 4 anos | Aprender Libras e a comunicação com os pais dos alunos surdos |
| Professora especialista do EAPE | 41 anos | Pedagogia | Pós em Psicopedagogia | 19 anos | Ampliar a comunicação em Libras |
| Professora regente – 4º ano | 56 anos | Pedagogia | Pós em Psicopedagogia | 22 anos | Comunicação com os surdos |
| Professora bilíngue – 4º ano | 40 anos | Pedagogia | Pós em Libras e Educação Especial | 10 meses | Aceitação familiar e capacitação do grupo docente |
| Professora regente – 5º ano | 22 anos | Pedagogia | Pós em Educação Especial | 10 meses | Comunicação e defasagem na aprendizagem |
| Professora bilíngue – 5º ano | 35 anos | Pedagogia | Pós em Libras e AEE | 2 anos | A comunicação com eles e para eles |

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados coletados do questionário contribuíram para subsidiar a análise de investigação qualitativa na qual se insere este estudo, proporcionando a identificação do perfil dos educadores dentro da instituição e sua trajetória pessoal e profissional. Para a elaboração do questionário, foram utilizados cinco termos-chave: perfil dos participantes; quanto a idade, formação inicial, pós graduação e tempo de experiência profissional na educação.

Ao analisar o quadro 7, percebe-se que todos os educadores são formados em Pedagogia; todos têm pós-graduação, sendo, em sua maioria, psicopedagogos e especialistas em Libras; a maioria deles trabalha há mais de dez anos na escola pesquisada; e em sua maior parte, relatam os desafios e dificuldades relacionadas à comunicação com os surdos.

4.2 Resposta do questionário dos participantes da pesquisa

Quanto aos participantes da pesquisa, identificou-se que todos são do sexo feminino, uma vez que, não havia professores do sexo masculino atuando no 4º e no 5º ano nas salas de ouvintes com surdos do Ensino Fundamental e também na equipe gestora. Um estudo exploratório sobre o professor brasileiro, realizado em 2017 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação (MEC), traz que o percentual de docentes é predominantemente feminino, ou seja, mais de 2,2 milhões de professores dão aulas na Educação Básica brasileira, e a grande maioria é formada por mulheres. Cerca de 80% dos docentes são do sexo feminino, sendo que mais da metade delas possui 40 anos de idade ou mais (BRASIL, 2018). No que se refere à idade, foram identificadas nesta pesquisa duas faixas etárias: de 22 a 35 anos de idade (duas professoras) e de 40 a 50 anos de idade (quatro professoras), entre 51 a 59 anos de idade (duas professoras), resultado que se assemelha ao obtido pela pesquisa do Inep/MEC:

Os dados do estudo apresentam como resultado uma média de idade dos docentes de 37,8 anos, o que, considerado o panorama internacional, coloca os professores brasileiros como relativamente mais jovens. A grande maioria dos docentes dos países pertencentes à Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e os de alguns países da União Europeia, por exemplo, têm mais de 40 anos de idade. Segundo Siniscalco (2017), os professores representam cerca de 1,7% (61 milhões) da população mundial entre 16 e 64 anos de idade, sendo que, nos países mais pobres, estão concentrados em faixas etárias mais jovens. No Brasil, há uma concentração significativa desses profissionais nas faixas de 26 a 35 anos e de 36 a 45 anos (33,6% e 35,6% do total, respectivamente). Os professores jovens, com até 25 anos, somam 8,8% do total. Com mais de 45 anos se encontram 21,9% dos docentes (BRASIL, 2018).

Pode-se perceber pelo quadro 9 que os professores da instituição no ano de 2019 eram do sexo feminino e com idades acima dos 22 anos até 56 anos, situação que vai ao encontro dos dados obtidos pela pesquisa do Inep/MEC.

Com relação ao domínio da Libras pelos professores, o questionário dos professores bilíngues (Libras/língua portuguesa) apontou que o aluno surdo do 4º ano sabe se comunicar em Libras 60%, sabe escrever seu nome incompleto de modo que ainda falta ser totalmente alfabetizado nessa língua. Já o aluno do 5º ano sabe Libras 80%, e é capaz de escrever seu nome completo com autonomia, porém a escrita de outras palavras precisam ser datilografadas para registrar a palavra ou atividade proposta.

Segundo Santana (2007, p. 180), em relação ao bilinguismo ou comunicação total,

Propõe-se a língua de sinais como primeira língua, mas, muitas vezes, a teoria não corresponde à prática. As duas línguas são utilizadas simultaneamente, assemelhando-se ao bimodalismo proposto pela comunicação total. Embora a proposta do bilinguismo procure distanciar-se da comunicação total, em muitos momentos ele é, de fato, confundido com ela, por um motivo ou por outro.

A autora afirma que, embora o bilinguismo tenha sido amplamente difundido no Brasil, as experiências com a educação bilíngue, ou seja, língua de sinais utilizadas simultaneamente com a língua portuguesa, assemelhando-se ao bimodalismo proposto pela comunicação total. De acordo com o questionário dos professores, na escola pesquisada os professores regentes utilizam nas aulas a língua portuguesa oralmente e na escrita, e os professores bilíngues sabem e se comunicam em Libras, utilizam a comunicação por sinais de modo a desenvolver as duas línguas no contexto escolar.

Em relação à pergunta de se a escola está preparada para receber esses alunos surdos com uma equipe que conhece sua língua e cultura própria, a diretora respondeu que “não, e a principal dificuldade ainda é a não formação em Libras de todos que compõem o quadro de funcionários da escola, apesar de muitos terem buscado a formação neste ano de 2019, projeto proposto pela Secretaria de Educação, oferecendo curso básico de Libras totalmente gratuito para os funcionários das escolas do município e para os familiares dos sujeitos surdos”. Ainda registrou que “sinto que nunca conseguimos envolver as famílias nesse processo”, pois, no questionário, relatou que as famílias são muito distantes e que isso talvez seja devido a os pais dos alunos serem ouvintes e não utilizarem a Libras como meio de comunicação com seus filhos, o que acaba dificultando o desenvolvimento cognitivo deles.

A presença do professor bilíngue (Libras/língua portuguesa) é de suma importância. O intérprete pode atuar como intermediário nas relações pedagógicas entre professor e aluno, e isto para qualquer disciplina.

Sobre a questão de a escola receber ou não a matrícula desses alunos surdos, caso a lei não obrigasse, a diretora respondeu que os receberia sim. E sua justificativa foi: “Entendemos que a diversidade é fundamental para construirmos relações de respeito, igualdade de direitos, percepções diversas de mundo, entre tantas outras coisas”.

Segundo Novaes (2014, p. 63), em relação ao direito à educação,

A escola ideal que acolhe a toda uma diversidade é uma escola desenvolvida, em nossos dias, por uma política educacional que procura a prática do aprendizado em contato com as diferenças e os arraigados conceitos, como socialização e trocas de experiências. Tudo isto ocorre em um contexto escolar, entre livros, matérias, teorias e agora línguas totalmente diferentes em suas modalidades, que são forçadas a

conviverem pacificamente, em detrimento, muitas vezes, de sua valorização interacionista, contextualizada por fatores linguísticos, sociais e históricos.

Relacionando os modelos educacionais para surdos a diretora da escola, e indo ao encontro de Novaes (2014), pode-se concluir que é necessária a compreensão por meio de comunicação que possibilite a inter-relação dos sujeitos no sistema de inclusão escolar.

4.3 Formação inicial e continuada dos professores participantes da pesquisa

Historicamente a formação dos professores para a educação de surdos não foi uma preocupação no Brasil. A partir da década de 1970, os cursos de Pedagogia passaram a oferecer em sua grade curricular habilitações específicas na área de Educação Especial, dentre elas, a habilitação em Educação de Deficientes da Audiocomunicação (EDAC), voltada para a educação de surdos. Tinha o objetivo de o professor habilitado garantir condições para que o aluno tivesse um bom desenvolvimento da linguagem oral, base para que as disciplinas escolares fossem ministradas da mesma forma como se trabalhava com os alunos ouvintes (Pereira, 2000). O foco da formação dos professores para surdos priorizava práticas de treinamento auditivo e de reabilitação da fala.

Após algumas décadas, começaram os estudos sobre a Língua Brasileira de Sinais. Ocorreram várias discussões sobre a educação bilíngue para surdos, já implantada em alguns países da Europa, América do Sul e nos Estados Unidos, que reconheciam a educação bilíngue como um direito dos surdos. Em (1994), com a promulgada da Declaração de Salamanca, influenciou na elaboração das políticas educacionais no Brasil. Novas políticas linguística e educacional começaram a ser delineadas para os alunos surdos, decorrentes da luta reivindicatória empreendida desde 1996 pelas comunidades de surdos. O primeiro fruto desta luta deu-se com o reconhecimento da Lei de Libras, nº 10.436/2002. Após quase três anos, o Decreto nº 5.626/2005 definiu e defendeu a educação bilíngue, além de orientar em quais espaços deveria ser implantada. O decreto determinou a inclusão desta língua como disciplina curricular e obrigatória nos cursos de formação de professores; as instituições de Ensino Superior determinariam a carga horária e o currículo mínimo a ser trabalhado nesta disciplina, abordando o ensino na modalidade escrita do português como segunda língua para os pedagogos.

Em 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (Brasil, 2007), que teve como um dos principais pontos a formação de professores e a valorização dos

profissionais da educação. No entanto, o PDE não apontou nenhuma especificidade quanto à formação dos professores para a educação especial e nem para a educação de surdos. A nova Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), publicada no ano seguinte, reconheceu a educação inclusiva como uma ação política, social e pedagógica em defesa do direito de todos à educação, direcionando as ações da educação especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), responsável por disponibilizar recursos e serviços e orientar os processos de ensino e de aprendizagem dos alunos com deficiência nas salas regulares. Para a formação dos profissionais do AEE, prevê-se “formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área” (Brasil, 2008, p. 11), entre eles, aqueles relacionados ao ensino da Libras.

No Plano Nacional de Desenvolvimento (PNE) de 2014, Lei nº 13.005/2014, foi assegurada formação em nível superior a todos os profissionais da Educação Básica, obtida em cursos de licenciatura na área em que atuam (Meta 15); investimento em formação continuada, considerando as necessidades, demandas e contextos dos sistemas de ensino; e formação, na pós-graduação, para 50% dos professores (Meta 16). Nele, no entanto, nada consta sobre uma formação específica aos professores de surdos. Prevê-se, apenas, na estratégia 4.16, o incentivo à inclusão, nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem para o atendimento educacional aos alunos com deficiência, tratados de forma bastante genérica.

Na revisão de teses e dissertações feita por Lodi e Muttão (2018), as pesquisas que abordaram a formação continuada “discutiram, em sua maioria, a formação do professor regente, realizada em serviço”, por considerarem que a formação inicial não estava atendendo às necessidades dos alunos surdos. Esses autores comentam também que, para Alves (2010), que analisou o currículo de um curso de Pedagogia em uma instituição do interior do estado do Rio de Janeiro, a nova formação de professores poderia favorecer, pelo menos potencialmente, um processo formativo multiculturalmente orientado, desde que esta valorizasse a pluralidade cultural dos alunos e promovesse reflexões que viessem a questionar as relações de poder responsáveis pela produção de desigualdades, estereótipos e preconceitos. Esta visão da autora vai ao encontro da condição que deveria ser oferecida aos surdos no espaço escolar, desde que reconhecidos a partir da diversidade social, cultural e linguística deles constitutiva. No entanto, as análises realizadas apontaram o contrário, na medida em que os aspectos multiculturais têm tido pouca importância nos cursos e, quando ocorrem, aparecem de forma desvinculada da

prática. Os currículos são construídos a partir de uma somatória desarticulada de disciplinas, fato que demonstra pouca clareza sobre as necessidades formativas impostas hoje a um professor frente à diversidade constitutiva das salas de aula.

Em relação à formação acadêmica inicial/graduação dos participantes da pesquisa, todos têm curso superior com formação em Pedagogia. Numa sociedade caracterizada por constantes mudanças, tanto o fundamento epistemológico quanto os princípios pedagógicos implicam novos papéis para alunos e educadores, em qualquer esfera, desde a pré-escola até o nível superior. É nesse contexto que se perfaz a concepção e a urgência sobre a formação de professores, pois é algo que deve ser pensado como um processo ininterrupto que não deve se esgotar com a conclusão de um curso.

O quadro 7 também indica que todas as professoras possuem pós-graduação – a maioria delas em Libras e em Atendimento Educacional Especial. Essas professoras buscaram o aprimoramento de seus conhecimentos através de novos cursos. Todas são formadas em Pedagogia como primeira licenciatura, partindo do princípio de que parte da formação está relacionada à prática em sala de aula, além do estágio supervisionado.

Dos sujeitos professores pesquisados através do questionário, observou-se que uma professora possui uma segunda graduação, em História.

No que diz respeito à formação do professor regente para atuar com alunos surdos incluídos em salas de ouvintes, conforme pesquisado por Lodi e Muttão (2018) sobre a formação dos professores educadores de surdos, Zanata (2004) defendeu que esta deveria envolver estratégias de ensino, visando a um processo contínuo de ações e reflexões, por meio de programas colaborativos de formação continuada, realizados em serviço, no ambiente escolar, a fim de ser possível aos professores refletirem sobre as práticas pedagógicas, tornando-se, gradualmente, independentes para o desenvolvimento dos processos educacionais. A pesquisa de Tsukamoto (2010) apontou o pouco conhecimento dos professores sobre cultura surda e a não compreensão de que a Libras é a língua que possibilita aos surdos o pleno desenvolvimento linguístico-cognitivo-sociocultural, tornando-se, portanto, o elemento unificador para o processo educacional e para a aprendizagem da segunda língua: o português escrito.

Uma das contribuições da pesquisa de Lodi e Muttão (2018) foi verificar que a oferta de um espaço para reflexão e discussão, junto aos profissionais de educação de várias regiões do país, teve uma proposta de formação por meio da Libras EaD. E que, para Mourão (2009), os professores preocupavam-se com a formação e buscavam discussões teóricas que

contribuíssem com sua atuação; no entanto, acreditavam que bastava saber Libras que as questões relativas ao ensino do aluno surdo seriam solucionadas e que o avanço tecnológico dos últimos anos havia possibilitado formas novas para fomentar o processo de formação continuada dos professores.

4.4 Experiência Profissional dos participantes da pesquisa

A experiência profissional se faz relevante, pois possibilita um melhor trabalho nas ações docentes, partindo-se do princípio de que se deve conhecer o educando para que ele possa ser respeitado em sua diversidade sociocultural. No que diz respeito à formação dos participantes da pesquisa e o tempo de atuação como professores no Município varia de 10 (dez) meses a 22 anos de experiência em Educação Especial. Gatti (2016, p. 168-169) faz sobre a experiência profissional algumas considerações:

Os professores desenvolvem sua profissionalidade tanto pela sua formação básica e na graduação como nas suas experiências com a prática docente, pelos relacionamentos interpares e com o contexto das redes de ensino. Esse desenvolvimento profissional parece, nos tempos atuais, configurar-se com condições que vão além das competências operativas e técnicas, aspecto muito enfatizado nos últimos anos, para configurar-se como uma integração de modos de agir e pensar, implicando num saber que inclui a mobilização de conhecimentos e métodos de trabalho, como também a mobilização de intenções, valores individuais e grupais, da cultura da escola; inclui confrontar ideias, crenças, práticas, rotinas, objetivos e papéis, no contexto do agir cotidiano, com seus alunos, colegas, gestores, na busca de melhor formar as crianças e jovens, e a si mesmos.

Nesse sentido, as professoras participantes buscam aprimorar suas ações educativas ao longo de sua experiência profissional, submetendo a uma reflexão contínua o seu fazer pedagógico em sala de aula, inovando e aprimorando os seus saberes.

Conforme o questionário da pesquisa, todos os professores são pedagogos e com pós-graduação em diversas áreas da Educação, porém somente os professores bilíngues (Libras/língua portuguesa) e o professor do EAPE têm pós-graduação em Libras e Educação de Surdos. De acordo com o Decreto nº 5.626/2005, quanto à formação do professor bilíngue de (Libras/língua portuguesa,) esta deve ser realizada por meio de cursos de educação profissional, extensão universitária e cursos de formação continuada, promovidos por instituições de Ensino Superior, conforme o art. 18. Neste sentido, os profissionais pesquisados estão em conformidade com o decretado pelo governo, ofertando atendimento às necessidades linguísticas e educacionais dos alunos surdos e possibilitando o uso da língua de sinais durante o seu período escolar.

A implantação de programas educacionais bilíngues em escolas regulares, a exemplo das atuais políticas de formação inicial e continuada de professores, objetiva o preparo dos professores e demais profissionais da educação bilíngues para atuarem no Atendimento Educacional Bilíngue (AEB), de maneira a propiciar condições aos surdos possam desenvolver suas potencialidades, permitindo-lhes agir socialmente de forma autônoma e com dignidade.

4.5 Formação – prática docente na abordagem bilíngue na L1 e L2

Em relação ao termo “Formação prática docente na abordagem bilíngue na L1 e L2 dos alunos surdos”, pode-se destacar a formação inicial dos participantes Pedagogia e a pós-graduação em Libras, o que reflete favoravelmente para a prática docente do educador.

Partindo-se do pressuposto de que o embasamento teórico para as práticas educativas é fundamental para que ocorra o avanço do saber, da aprendizagem dos alunos surdos, a partir das interações e comunicações estabelecidas entre professor e alunos surdos dependem de fatores socioculturais e ideológicos da duas línguas: da língua portuguesa em relação à Libras, deve-se levar em conta os contextos bilíngues, até onde os alunos sabem e como relacionam as línguas, para aprender a língua escrita da língua portuguesa implica também aprender o que é ler e produzir textos escritos, e que uma forma de propiciar este processo é possibilitar, aos alunos, práticas de leitura e de produção textual em Libras, para que, posteriormente, este conhecimento seja posto em diálogo com a L2.

Westphal (1995) *apud* Quadros (1997, p. 87) apresenta duas questões pedagógicas bastante comuns no ensino de língua para surdos:

(a) se desconhecemos qual é a ordem natural de aquisição, como fazemos para determinar quais as estruturas linguísticas que devem aparecer no *input* de que necessitam os estudantes na sala de aula?; (b) se desconhecemos exatamente em que nível linguístico os alunos estão (e na sala de aula encontramos diferentes níveis), como fazemos para cobrir eficientemente as estruturas linguísticas que devem aparecer no *input*?

Na busca de respostas para as questões abordadas na citação, os professores devem estar embasados teoricamente quanto aos procedimentos utilizados para a educação de surdos. Além das metodologias utilizadas para o desenvolvimento linguístico, em Libras e em português, é preciso atentar para os conteúdos. No ensino de uma segunda língua, utilizar situações do dia a dia é fundamental, pois uma boa inclusão escolar de surdos é aquela na qual

o professor bilíngue está presente em todas as disciplinas, em que os saberes dos surdos são evidenciados. O ato de ensinar é bastante complexo para ser exclusivamente traduzido em tempo real. A tradução compromete a qualidade do ensino, a relação de mediação entre professor e aluno – não basta traduzir, é preciso interagir com o aluno.

Com base em Willians (1991) *apud* Quadros (1997, p. 90), a seguir são apresentados alguns pontos importantes a serem observados durante a preparação das aulas de língua portuguesa como segunda língua para surdos, em relação aos apontados por Willians:

Quadro 8: A língua portuguesa como segunda língua para surdos.

| Para preparação das atividades propostas pelo professor: | Pontos apontados por este estudo para preparação das aulas de língua portuguesa como segunda língua para surdos: |
|------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (a) o interesse dos alunos; | (a) o interesse dos alunos; |
| (b) a idade dos alunos (aumento do grau de dificuldade); | (b) o nível de linguagem (detectado pelo professor através da interação e sondagem); |
| (c) a iniciativa das crianças; | (c) a iniciativa dos alunos; |
| (d) o uso da linguagem pelas crianças (recepção e produção); | (d) o uso da linguagem pelos surdos (onde, quando, como); |
| (e) o <i>input</i> linguístico (escrito e oral); | (e) o <i>input</i> linguístico (escrito e visual – dado pelo professor na língua de sinais); |
| (f) o domínio conceptual (habilidades conceituais das crianças); | (f) o conhecimento de mundo do aluno; |
| (g) a promoção do processo de aprendizagem. | (g) a promoção do processo de aprendizagem. |

Fonte: Critérios apontados por Willians (1991) *apud* Quadros (1997, p. 90).

Percebe-se o quanto é importante investir em formação continuada; o professor deve ter como base conhecimentos gerais para a docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita o aprofundamento do caráter interativo e interdisciplinar nas salas comuns do ensino regular dos surdos em salas de ouvintes, nas salas de recursos, de modo a ofertar serviços e recursos de qualidade na educação dos sujeitos surdos.

Novaes (2014) comenta sobre a importância do Decreto nº 5.626/2005, que regulamentou a Lei 10.436/2002, a Lei de Libras. no capítulo VI do Decreto, trata sobre “A Garantia do Direito à Educação das Pessoas Surdas ou com Deficiência Auditiva”. Em seu

artigo 22, determina que as instituições de ensino responsáveis pela Educação Básica devem garantir a inclusão de alunos surdos com deficiência auditiva, por meio da organização de:

- I- Escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
- II- Escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras. (Novaes, 2014, p. 73).

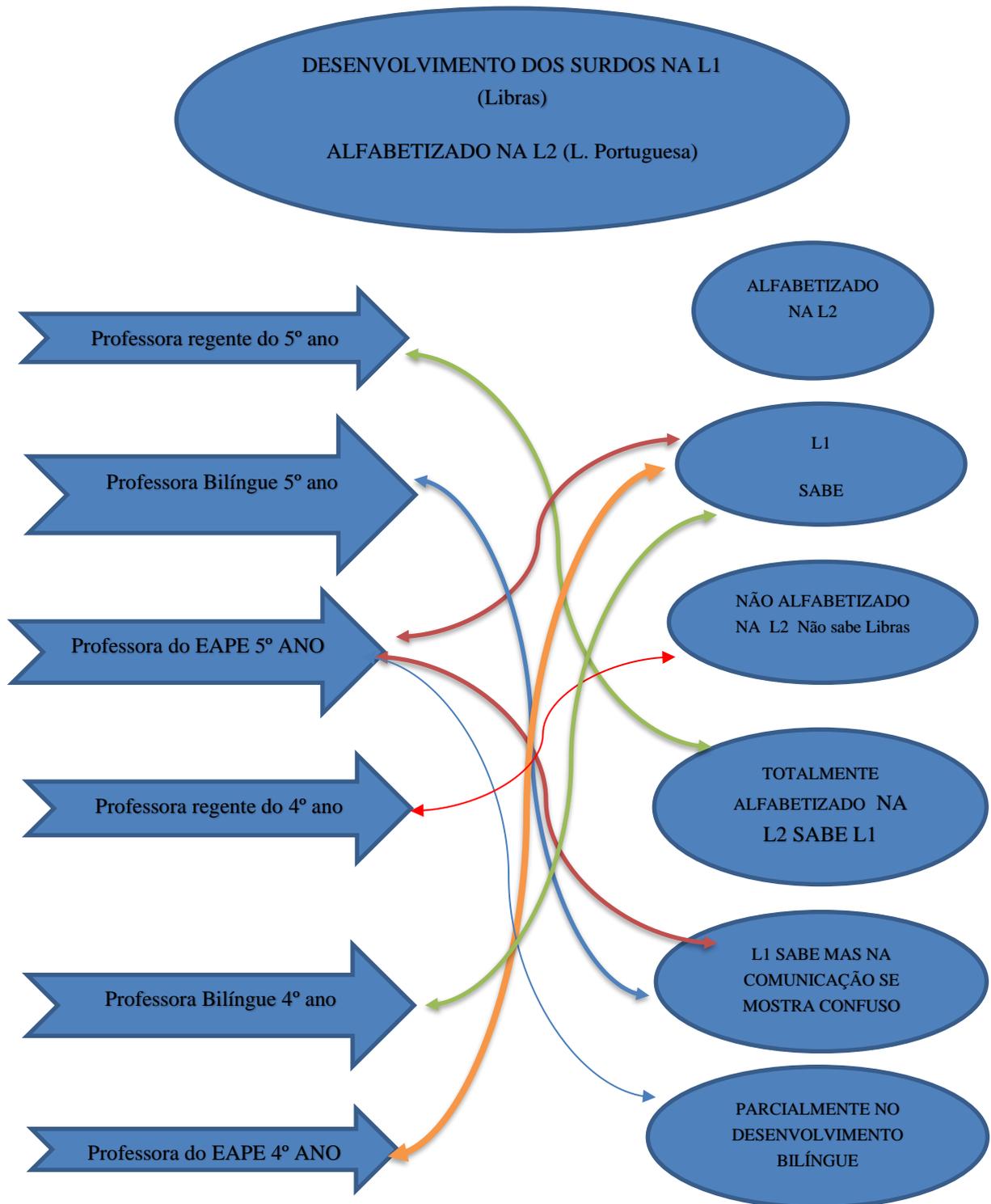
O autor relata a importância do professor bilíngue (Libras/língua portuguesa) para desenvolver a comunicação bilíngue na escola e a relevância da modalidade escrita da L2 utilizada no desenvolvimento de todo o processo educativo dos alunos surdos.

Todos os sujeitos pesquisados relataram que pretendem fazer especialização em Libras e que um dos maiores desafios na rotina escolar é a comunicação por sinais, principalmente com os funcionários da instituição, pois embora a Secretaria de Educação do município tenha oferecido cursos gratuitos para o ensino básico de Libras, nem todos os funcionários o fizeram.

Os professores regentes não conseguem entender o que é solicitado pelos alunos surdos no dia a dia, necessitando da intercessão dos professores bilíngues para que ocorra a comunicação entre as partes, então este professor o responsável por mediar informações das crianças surdas com os funcionários, quando solicitado.

Quando questionados se os alunos surdos estavam totalmente alfabetizados na L2, e quanto ao desenvolvimento bilíngue (Libras/língua portuguesa), houve respostas diferentes tanto dos professores regentes quanto dos professores bilíngues e da professora especialista do EAPE, pois cada participante relatou com base em seu olhar pedagógico e particular quanto à aprendizagem dos alunos surdos no ano de 2019.

Figura 5: Mapa mental – desenvolvimento na L1 e alfabetização na L2.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Sobre a concepção de aprendizagem, Zabala (1998) afirma que “não é possível ensinarmos sem nos determos nas referências de como os alunos aprendem”, chamando a

atenção para as particularidades dos processos de aprendizagem de cada aluno, referindo-se à forma como cada aluno aprende. Quando perguntado aos participantes da pesquisa qual a forma de comunicação adotada nas aulas, todos relataram que é realizada com o intérprete de Libras, o que indica a importância desses profissionais na vida escolar dos dois alunos surdos. Percebe-se que o intérprete de Libras tem grande importância nas interações entre surdos e ouvintes.

Para Gesser (2009), existem crenças sobre o surdo ter dificuldades de escrever e de se relacionar com os ouvintes pelo fato de não oralizar; e em relação à escrita, o autor relata que é uma habilidade cognitiva que demanda esforço de todos e que geralmente é desenvolvida quando se recebe instrução formal. Gesser comenta ainda a relação entre a língua escrita e a oral: “Entretanto, o fato de a escrita ter uma relação fônica com a língua oral pode e de fato estabelece outro desafio para o surdo: reconhecer uma realidade fônica que não lhe é familiar acusticamente” (Gesser, 2009, p. 56).

Embora a língua portuguesa não se constitua língua estrangeira para os alunos surdos, ela acaba sendo uma língua estrangeira, dadas as relações que eles vivenciam em seu cotidiano, e o português, quando compreendido como segunda língua, não pode ser tratado ideologicamente como algo vazio, pois a linguagem escrita da língua portuguesa precisa ser vivenciada em sua forma viva, ser posta em diálogo com a L1 (Libras) dos aprendizes em sua dinâmica dialógica e interdiscursiva, a fim de que os processos socioculturais, históricos e ideológicos que lhes são constitutivos possam ser ressignificados.

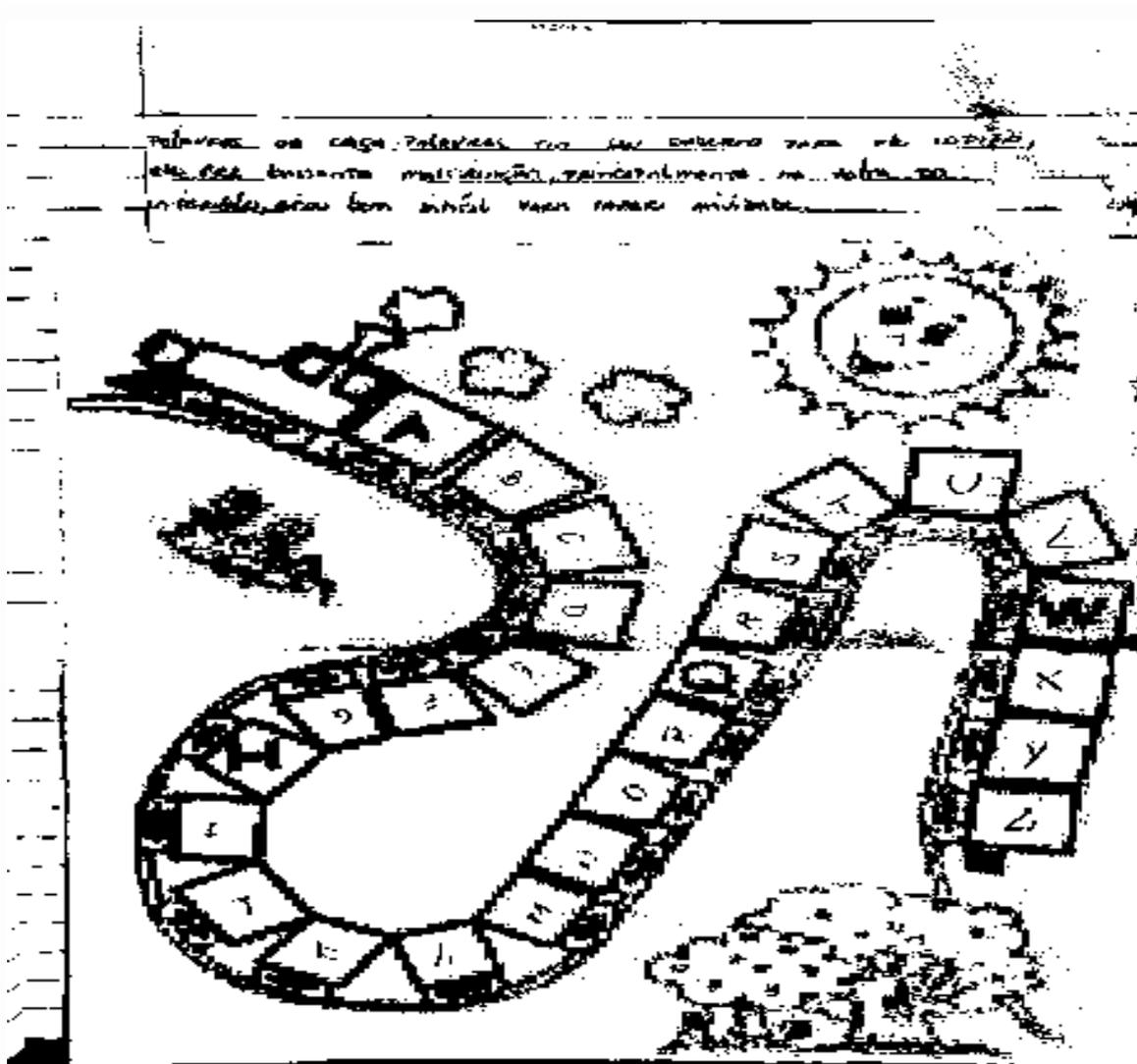
4.6 Recursos didáticos expostos nos cadernos de registro

Para Perrenoud (2000), o ofício de professor está se transformando, ou seja, tornando-se trabalho de equipe e por projetos, com autonomia e responsabilidades crescentes, pedagogias diferenciadas, centralização sobre os dispositivos e as situações de aprendizagem, surgindo novas competências para ensinar, organizar e dirigir situações de aprendizagens com mudanças constantes.

Quanto à análise dos cadernos de registro de atividades, foi possível observar as estratégias utilizadas em sala de aula com relação à alfabetização e desenvolvimento na abordagem bilíngue na L1 e L2 das crianças surdas, de acordo com os paradigmas relatados pelos autores. Os registros apontaram uma aprendizagem dinâmica e diversificada com as duas línguas, ora sendo realizadas atividades em Libras, ora sendo desenvolvidas atividades somente em português.

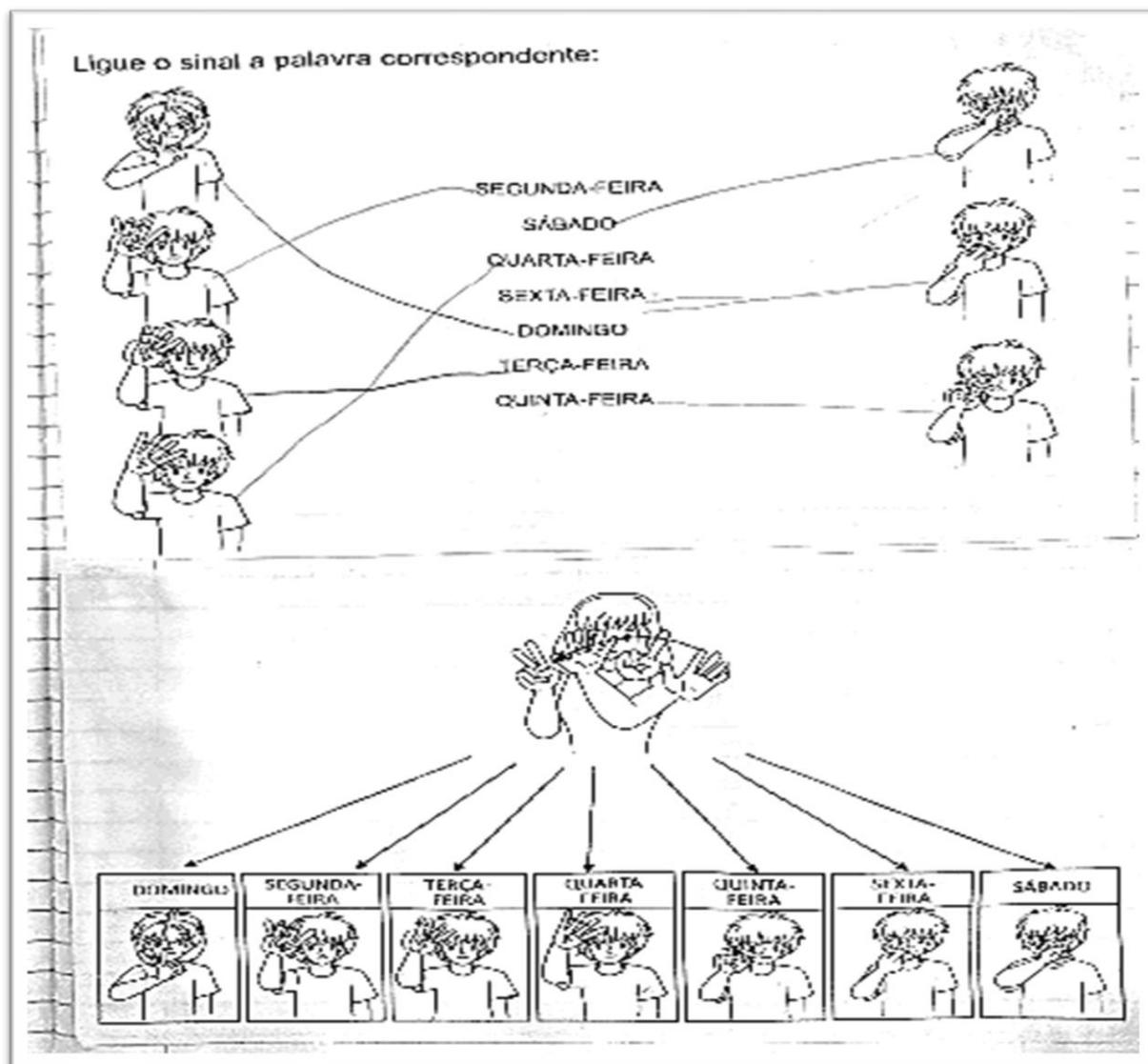
A análise indicou que na maioria das atividades realizadas no 1º e 2º ano houve intervenções na escrita por parte dos professores bilíngues (Libras/língua portuguesa), como, por exemplo, nas atividades representadas na figura abaixo. Na ocasião dessas atividades, os relatórios apontavam que as crianças surdas demonstravam estar desmotivadas e faltavam muito às aulas por motivos diversos.

Figura 6: Caderno de registro, desenvolvimento da escrita do aluno surdo 1, nas séries iniciais.



Aluno 1-1º ano

Figura 7: Caderno de registro, desenvolvimento da escrita do aluno surdo 2, nas séries iniciais.



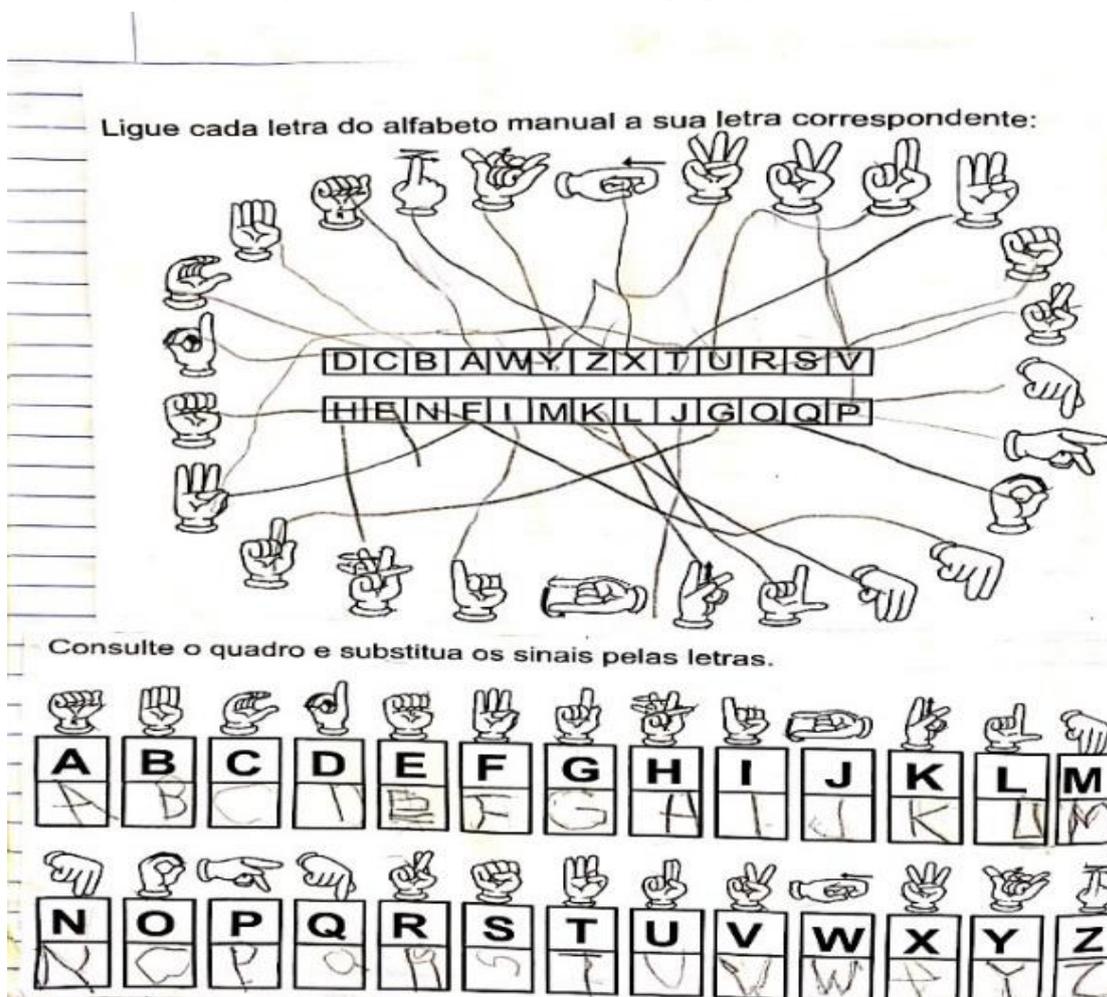
Aluno 2- 2º ano

O Aluno 1 conforme atividade na figura 6 é a criança surda que em 2019 concluiu o 4º ano do Ensino Fundamental. É possível observar (na representação) que a atividade foi realizada pela professora, pois as letras não são do aluno. Conforme relato da professora bilíngue, esta atividade foi desenvolvida para alfabetizar e desenvolver o conhecimento bilíngue dos alunos surdos na L1 e L2. Já a escrita da professora foi feita com o intuito de mostrar como seria a escrita dos sinais na L2, atividade desenvolvida pela criança no 2º ano.

A atividade representada referente ao Aluno 2 na figura 7, que em 2019 concluiu o 5º ano do Ensino Fundamental. De acordo com a professora bilíngue, a atividade foi realizada visando ensinar os dias da semana em sinais, já que diariamente fazem o calendário na L2 desenvolvendo a noção espaço/tempo.

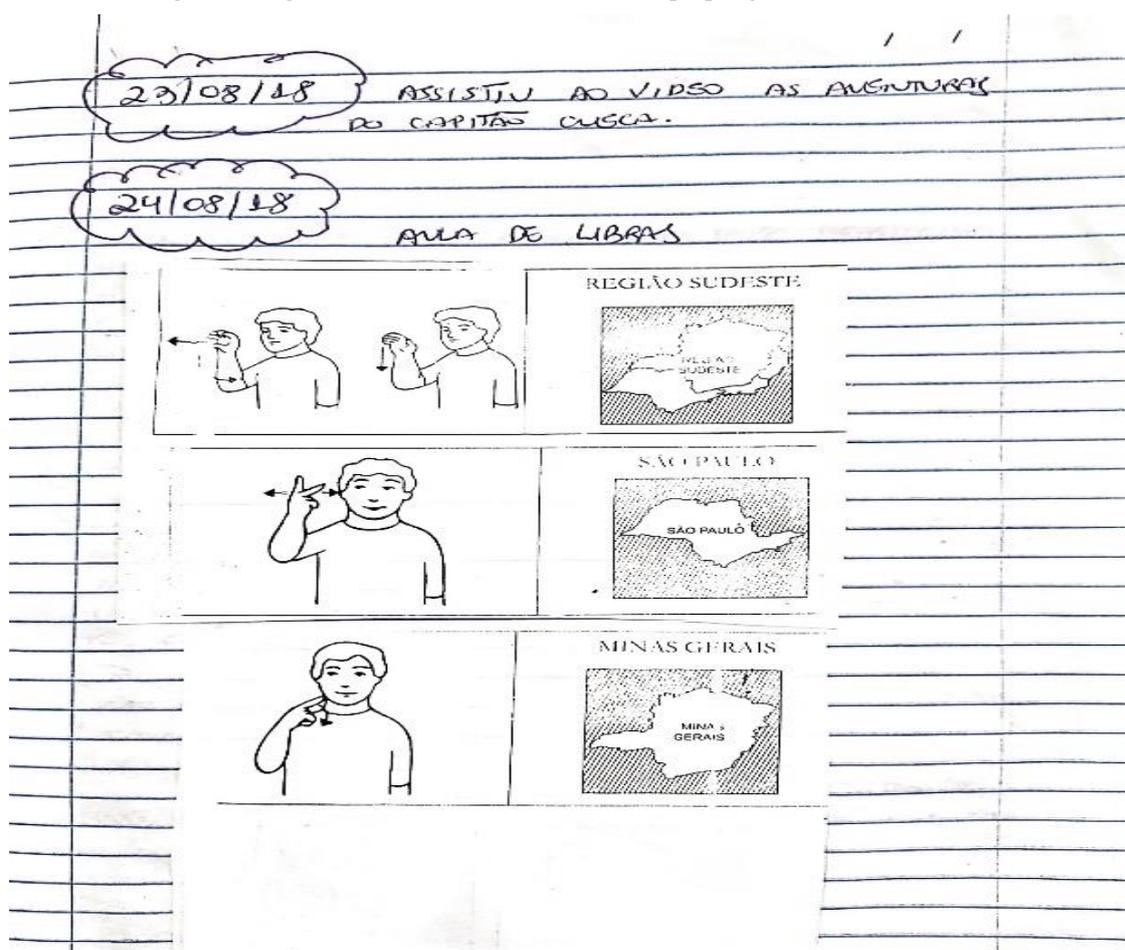
Quanto ao desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem dos dois alunos surdos na L1 e L2 no 3º, 4º e 5º anos, pode-se observar a evolução quanto à escrita e ao processo de alfabetização nas duas línguas, conforme observado nos cadernos de registros. Pode-se observar que o Aluno 2 esteve de acordo com o nível de aprendizagem relacionado às crianças do 3º ano nos registros analisados e pelas atividades do caderno. O bilinguismo é sempre ofertado nas atividades. Os alunos demonstram estar entendendo o processo de aprendizagem nas duas línguas. A identificação de traços distintivos nos sinais no processo de alfabetização da L2 há influência do professor bilíngue em diversas atividades desenvolvidas no decorrer da vida acadêmica dos dois alunos surdos. O registro de atividades relacionadas à apropriação da escrita pelos dois alunos surdos pode ser visto nas figuras a seguir:

Figura 8: Registro de atividades relacionadas à apropriação da escrita do aluno surdo 1.



Aluno 1 – 4º ano

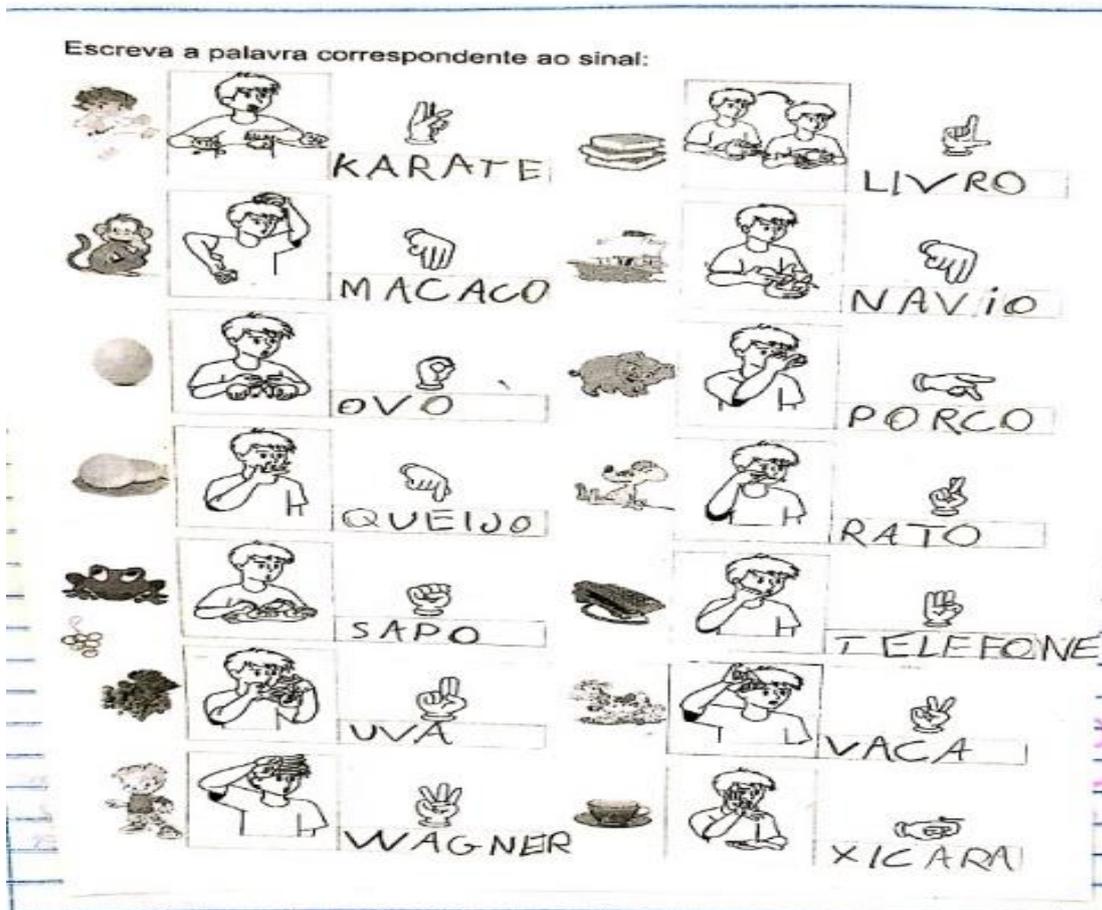
Figura 9: Registro de atividades relacionadas à apropriação da escrita do aluno surdo 2.



Aluno 2 – 4º ano

No que respeita à apropriação da escrita e o desenvolvimento bilíngue dos alunos surdos, as atividades representadas nas figuras 8 e 9, mostram que a Libras e a língua portuguesa são utilizadas no desenvolvimento das atividades escritas e que é proporcionado a aprendizagem da L1 e L2. É possível perceber que a alfabetização dos dois alunos surdos tem caráter contínuo e que foram ofertados todos os recursos visuais e de escrita neste processo.

Figura 10: Registro da atividade do aluno surdo 2 no 5º ano.



Aluno 2 – 5º ano

A figura acima mostra que o aluno surdo demonstra evolução na língua de sinais e na escrita da língua portuguesa. De acordo com Soares (1985), a alfabetização é um processo contínuo, em que não é possível definir uma linha de corte que permita dizer que em um determinado momento uma criança está alfabetizada; isso vai depender do conceito de alfabetização que se adota, ou seja, se a criança está alfabética, ou se descobriu que escreve com letras e que as letras representadas são as representações dos sinais; neste caso, pode-se considerar essa criança alfabetizada, ainda que seja pouco, mas ela está alfabetizada.

A escola é a responsável pela aquisição e desenvolvimento da língua própria dos surdos. A maioria das crianças surdas chega ao ambiente escolar sem uma língua constituída, são crianças que vão ter contato com sua primeira língua somente na escola, devido ao fato de os pais serem ouvintes; assim, se na escola ou no convívio diário elas não dispõem da língua de sinais para desenvolvê-la, também não terão como desenvolver a modalidade oral.

Isto vai ao encontro do que afirmam Quadros (1997a) e Karnopp (2004) acerca da instituição escolar; ela tem como funções criar um ambiente linguístico apropriado, considerando o desenvolvimento cognitivo e as condições físicas das crianças surdas; assegurar o desenvolvimento socioemocional dos indivíduos surdos e de seus pais, mantendo sempre o contato entre eles; garantir a possibilidade de a criança construir sua teoria de mundo através de suas experiências diárias e do diálogo com pessoas que a rodeiam; e oportunizar o acesso à informação curricular e cultural. A base de todo o processo educacional é consolidada através das interações sociais; a língua, então, passa a ser o instrumento que traduz todas as relações e intenções do processo.

4.7 Análise dos relatórios dos professores de apoio dos alunos surdos e do EAPE

As relações interpessoais entre professor regente, professores bilíngues (Libras/língua portuguesa), professor especialista do EAPE (Espaço de Apoio Pedagógico Especializado) e alunos surdos são um construto para uma sala de aula com respaldo na afetividade, interação e mediação. Essa interação inicia-se desde a acolhida na chegada dos alunos surdos até o término da aula, já que utilizam da comunicação em sinais para serem entendidos, na sala de aula se constroem competências, que trata-se de um lugar de confirmação de habilidades, um espaço de desafios e inovação.

É na sala de aula que acontece a construção do saber; esse espaço deve ser estabelecido como um lugar de troca de conhecimentos, e não somente um lugar de transmissão de conhecimentos. Sendo assim, de nada adiantam metodologias na didática de ensino se o professor não tiver a consciência de que o objetivo maior é a construção do saber. Todos os saberes desenvolvidos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental dos dois alunos surdos foram registrados nos cadernos de registro de atividades e nos relatórios; estes documentos deixam bem claro o processo de alfabetização e como foram a utilização e o desenvolvimento bilíngue na L1 e na aquisição da escrita da L2. No quadro abaixo, as fases do processo da alfabetização, conforme relatado pelos professores especialistas, podem ser observadas:

Quadro 9: Alfabetização dos dois alunos surdos na L2.

| Relatório dos professores bilíngues do Ensino Fundamental I | | | | | |
|-------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|---------------------------|---------------------|----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1º ao 4º ano | | | | | |
| Aluno 1 | Pessoa X – perda bilateral neurossensorial | | | | |
| | 1º ano | 2º ano | 3º ano | 4º ano | |
| Em L1, o aluno sabe | leitura labial | alfabeto, objetos e cores | verbos | sabe Libras/comunicação confusa | |
| Desenvolvimento na L2 | Não | Não | Verbos e consoantes | parcialmente: sabe o alfabeto e vogais | |
| Relaciona L1 e L2 | Não | Não | não | parcialmente | |
| 1º ao 5º ano | | | | | |
| Aluno 2 | Pessoa Y – surdez profunda bilateral | | | | |
| | 1º ano | 2º ano | 3º ano | 4º ano | 5º ano |
| EmL1 o aluno sabe | leitura labial | alfabeto, objetos e cores | verbos e adjetivos | alfabetizado | Sabe Libras, precisa do apoio do professor de Libras para interpretar e fazer-se entendido |
| Desenvolvimento na L2 | Não | Não | nome | nome completo | Sabe o alfabeto e vogais utilizando datilologia com apoio |
| Relaciona L1 e L2 | Não | Parcialmente | pré-silábico na L2 | silábico alfabético na L2 | Está silábico alfabético, mas precisa do apoio do professor de Libras |

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme relatado no quadro acima, e de acordo com a análise documental, os alunos surdos desenvolveram a aprendizagem em Libras; no entanto, comunicam-se muitas vezes de forma confusa na construção de frases ou tentando dar sentido aos sinais que fazem para se fazerem entendidos; utilizam sinais caseiros; são filhos de pais ouvintes, o que talvez dificulte o entendimento e desenvolvimento na L1. Os discursos em uma determinada língua foram organizados e, também, determinados pela língua utilizada como a língua de instrução, sendo esta em uma dimensão visual-motora que não é captada por uma língua oral-auditiva.

Na linha de análise de Góes (2000), é interessante mencionar a problematização a respeito da constituição da subjetividade/identidade surda ao analisar os casos dos alunos surdos matriculados em sala de ouvintes, adquirindo a língua de sinais com pessoas ouvintes, sendo estes, neste caso, os professores bilíngues (Libras-língua portuguesa) de Libras (casos típicos em escolas especiais e escolas regulares onde há uma preocupação com a língua de sinais). A autora aponta que esse processo é constituído de forma cruzada, híbrida, em que a língua de sinais é misturada com o português:

(...) Os interlocutores ouvintes apresentam grande heterogeneidade na capacidade de usar a língua de sinais, mas geralmente constroem, nos diálogos, formas híbridas de linguagem, compostas de elementos das duas línguas, em enunciados subordinados às regras da língua majoritária, além de se apoiarem em vários recursos gestuais. Ocorre, então, uma certa diluição dos sinais numa *Gestalt* de realizações linguísticas, que interfere na aquisição em processo e na compreensão de que se trata de uma língua, distinta da língua oral (Góes, 2000, p. 41-42).

Assim sendo, a atenção ao processo de aquisição da língua requer também a observância, por parte dos intérpretes de Libras, de que a criança surda terá que interagir na língua de sinais na escola, sendo estes também responsáveis pela alfabetização e desenvolvimento das duas línguas.

Quando se reflete sobre a língua que a criança surda usa – a língua brasileira de sinais, é possível observar que os alunos surdos estão sendo alfabetizados através de um processo similar ao utilizado com as crianças ouvintes, que dispõem do português como língua materna. Os professores regentes desconhecem a experiência visual surda e suas formas de pensamento, expressas através de uma língua visual-espacial: a língua de sinais, ficando esta incumbência para o professor bilíngue. Em relação à aquisição da leitura e escrita, os alunos surdos passam pelos diferentes níveis desse processo mediante interação com a escrita conforme a o desenvolvimento de cada aluno, construindo hipóteses e estabelecendo relações de significação que parecem ser comuns a todas as crianças (Ferreiro e Teberosky, 1985). Esse mesmo processo deve acontecer com as crianças surdas. Entretanto, as crianças surdas devem estabelecer visualmente relações de significação com a escrita no processo educacional.

Considerando a escrita da língua de sinais, na sua forma escrita esta é constituída por unidades que correspondem aos parâmetros da Libras: às configurações de mão, aos movimentos e às expressões faciais gramaticais em diferentes pontos de articulação, que formam palavras mediante algumas combinações com a orientação e direção.

Segundo Quadros (1997) e Skliar (1997, 1998), a língua de sinais é utilizada como meio para ensinar a língua portuguesa, e não enquanto razão que se justifica por si só: direito de a pessoa surda usar a sua língua, uma língua que traduz a experiência visual.

As línguas de sinais, nos contextos em que são usadas pelas pessoas surdas em sala de ouvintes, apresentam diferentes vieses de uma possível pedagogia, a pedagogia visual. Podemos brincar, podemos ler, podemos sentir, podemos perceber o mundo, podemos aprender, podemos ensinar através do visual que organiza todos os olhares de forma não auditiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que, embora a inclusão escolar tenha se consolidado no cenário da educação formal, ainda há questões de ordem atitudinal que colocam estudantes e professores frente a frente com suas fragilidades; e sendo assim, ambos saem derrotados, visto que o dialógico é suplantado pela falsa ideologia dominante da normalização.

Os dados coletados nesta pesquisa por meio dos cadernos de registro e relatórios dos especialistas relatam como ocorreram as práticas educativas quanto ao processo de alfabetização e à utilização e desenvolvimento na abordagem bilíngue na L1 e na L2 com relação aos dois alunos surdos matriculados em salas de ouvintes do Ensino Fundamental, um do 4º e outro do 5º ano, em uma escola da rede pública de um município no Litoral Norte Paulista; tais alunos estavam matriculados nessa mesma escola desde o 1º ano.

As afirmações a partir da análise dos quadros instigam novos olhares diante dos diferentes campos de investigação. Pensar em diferentes formas de ensinar e aprender, considerando diferentes modos de expressar, de ver o outro, nos redimensiona e nos provoca no sentido de busca e de encontro, provocam novos olhares sobre a pedagogia. Como foi afirmado acima, as línguas de sinais, nos contextos em que são usadas pelas pessoas surdas, apresentam diferentes vieses de uma possível pedagogia, a pedagogia visual.

Durante a análise do questionário, ficou evidenciada a necessidade de a gestão e os professores regentes realizarem capacitação em Libras; todos os envolvidos sentem-se partícipes de esforços em prol da qualidade na educação.

Em relação às metodologias, notou-se que os professores regentes proporcionaram aos alunos surdos atividades nas duas línguas com os sinais representados nos desenhos do caderno de registro e na escrita do sinal, foram desenvolvidas conforme os relatórios dos professores de apoio dos surdos, as leituras de diversos gêneros textuais, instigando a escrita por meio da prática da leitura, disponibilizando os mais variados recursos didáticos, além da interação com histórias, usando a criatividade como pilar na construção do conhecimento, tudo sendo mediado pelos professores bilíngues (Libras/língua portuguesa), porém não consta a eficiência deste processo quanto a aprendizagem dos alunos surdos.

O domínio do conhecimento da língua brasileira de sinais é o elo no processo ensino-aprendizagem da L1 e L2, pois, para que de fato ocorra a aquisição do conhecimento, devem ocorrer também a mediação e priorização da aprendizagem pelo professor, a sistematização do planejamento, o desenvolvimento e avaliação das atividades, a valorização da liberdade com

responsabilidade e também a participação ativa do aluno surdo no processo de aprendizagem, para que este desenvolva sua autonomia. Algumas considerações objetivaram esclarecer, por exemplo, que o desenvolvimento das ações para alfabetizar tem como aliado a ludicidade, aspecto característico dessa etapa do desenvolvimento dos alunos surdos das séries iniciais do Ensino Fundamental, conforme consta nas atividades realizadas pelas crianças surdas, as quais tornam possível a elas compreender o código escrito como atividade de comunicação visual, expressão facial e corporal, além dos registros das experiências vivenciadas.

Os resultados obtidos do questionário dos professores participantes, apontaram que os docentes têm consciência de que devem ser reflexivos em suas ações pedagógicas, que a comunicação por sinais é primordial para a socialização dos surdos na escola, que é necessário fazer cursos para que haja a comunicação com toda a equipe escolar, acreditam ser corretos em sua prática de ensino já que os alunos surdos tem um professor de apoio em Libras e que a defasagem é devido a forma com que os alunos surdos se comunicam e que muitas das vezes acontece por não ter o apoio da família para desenvolver a escrita da língua portuguesa.

A partir dos estudos documentais analisados, embasados teoricamente pelos autores citados neste trabalho, foi possível constatar a existência de aspectos variados que interferem na compreensão dos professores regentes, professores bilíngues (Libras/língua portuguesa) e professora do EAPE, sobre o desenvolvimento do trabalho em conjunto, com o objetivo de alfabetizar na L2 de modo efetivo e sistemático no âmbito escolar.

Zabala (1998) defende a ideia de que para aprender torna-se indispensável que haja um ambiente adequado, um clima favorável às situações de ensino e de aprendizagem, a qual se potencializa na convergência de condições estimulantes entre o trabalho e o esforço. Segundo o autor, a adequação do ambiente para a aprendizagem deve oferecer aos alunos a oportunidade de efetiva participação no desenvolvimento das atividades propostas pelo professor no decorrer do ano letivo.

A pesquisa também pretendeu contribuir com os profissionais que buscam conhecimento a respeito dos processos de alfabetização e desenvolvimento na abordagem bilíngue na L1 e L2 de alunos surdos incluídos no Ensino Fundamental. Objetivou também a obtenção de respostas para questões relativas ao processo de ensino-aprendizagem dos surdos quanto à Libras e língua portuguesa.

Finalmente, no Anexo C encontra-se uma proposta de práticas pedagógicas com alunos surdos e ouvintes, visando a melhorar a socialização, o processo ensino-aprendizagem e a alfabetização dos alunos surdos na L1 e L2.

REFERÊNCIAS

ALVES, Carla Barbosa; FERREIRA, Josimario de Paula; DAMAZIO, Mirlene Macedo. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010.

ALVES, M. R. F. **Multiculturalismo e formação de professores: um estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 3ª ed. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV, V. N.). **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 9ª ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIZIO, Lucimar. **O modo de relação do surdo com a língua portuguesa escrita**. Tese de Doutorado em Linguística Aplicada e Estudo da Linguagem. PUC-SP, 2015.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Trad. Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF; Senado, 1988: atualizada até a emenda constitucional nº 41, de 19/12/2003. 33ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF. Fernando Haddad, 2005.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em 21/09/2019

BRASIL. **Lei Federal nº 10.436/2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/>.
Acesso em 18/09/2019

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm>.
Acesso em 21/10/2019

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivo/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2012

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm>.
Acesso em 11/12/2019

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF.
Acesso em 19/11/2019

BRASIL. **Ministério da Educação. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.** Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva, Brasília, DF, 2008. Acesso em; 21/06/2019

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira.** São Paulo: EDUC; FAPESP, 2004.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

COSTA-RENDERS, E. C; OLIVEIRA, A. C. **Os desafios da abordagem bilíngue no espaço-tempo escolar:** mediações sógnicas acessíveis para surdos. Revista Tempos e Espaços em Educação, Universidade de Sergipe. São Cristóvão, SE. v. 13, n. 32, e-0000, jan.-dez. 2020. ISSN 2358-1425.

Doi: <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v13i32>.

Acesso em; 25/05/2019

COUTINHO, Laura Maria. **Audiovisuais: arte, técnica e linguagem.** Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

DOLCI, S. M. C. Viabilização da proposta “Apae Educadora: a escola que buscamos”. In: LEBEDEFF, T. B; PEREIRA, I. L.S. (Orgs.). **Educação especial: olhares interdisciplinares.** Passo Fundo: Ed. UPF, 2005.

DOURADO, L. F. **Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica:** concepções e desafios. Revista Educação e Sociedade. Campinas, v. 36, n. 131, p. 299-324, abr.-jun., 2015. Artigo.

DUARTE, R. **Pesquisa qualitativa:** reflexões sobre trabalho de campo. Cadernos de Pesquisa. Campinas, n. 115, p. 139-154, jul. 2001.

FERNANDES, Eulália. **Surdez e bilinguismo:** leitura de mundo e mundo da leitura. [S.l., s.n., [21--]]. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/inês_livros/13/13_principal.htm>. Acesso em: 23 jul. 2013.

FERREIRA BRITO, L. **Integração social & educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre a alfabetização**. 24^a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCHI, Eglê P. **Pedagogia do alfabetizar letrando: da oralidade à escrita**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

FREIRE, P. **Da leitura de palavras à leitura de mundo. Leitura: teoria e prática**. Campinas, 1:3-9. Novembro, 1982

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 6^a ed. São Paulo: Autores Associados, 1984.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 44^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GESSER, Audrei. **Libras: que língua é essa?** São Paulo: Parábola, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓES, M. C. R. Com quem as crianças surdas dialogam em sinais? In: LACERDA, C. B. F.; GÓES, M. C. R. (Orgs.). **Em surdez: processos educativos e subjetividade**. Lovise: São Paulo, 2000.

HOFFMANN, Jussara. Prefácio. In: CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

Disponível em:

<http://sulp-surdosusuariosdalinguaportuguesa.blogspot.com.br/2011/05/quantos-surdos-existem-no-brasil.html>.

JEREMIAS, Daiana. A. **Alfabetização de surdos: por uma prática alinhada ao modelo ideológico de letramento**. Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Revista Linguagens & Letramentos. Cajazeiras, PB. v. 3, n.1, jan.-jun., 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 2^a ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7^a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAROCCA, P.; AZZI, R. G.; URT., S. Entrelaçando estudos: psicologia na pós-graduação: ensino, pesquisa, orientação e produção. In: AZZI, R. G. (Org.). **Estudos sobre o programa de pós-graduação em Educação da FE/Unicamp**. Campinas, SP: Graf. FE, p. 91-98, 2002.

Libras em contexto:

Disponível em: <<http://www.feneis.org.br/page/libasemcontexto.asp>>.

Acesso em 18/10/2019

LODI, Ana Claudia Balieiro; MUTTÃO, Melaine Duarte Ribeiro. **Formação de professores e educação de surdos**: revisão sistemática de teses e dissertações. Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto, SP, Brasil, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2018/044>.

Acesso em 16/09/2019

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

MANTOAN, Maria T. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2006

MARTINS, D. **Alfabetização e letramento**: métodos e práticas escolares. Revista Eventos Pedagógicos. v. 6, n. 4 (17ª ed.), número regular, p. 66-76, nov.-dez. 2015. Disponível em: <<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/2018/1602>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MIMESSI, Soraya D'Angelo (somimessi@yahoo.com.br), especialista em Educação pela Universidade de Taubaté (UNITAU) e mestre em Desenvolvimento, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)

MORAN, J. M. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 5ª ed. Campinas: Papirus, 2014.

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **Surdos: educação, direito e cidadania**. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

NUNES, Sylvia da Silveira (sylviasnunes@yahoo.com.br; sylvia.nunes@unifal-mg.edu.br), doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP) e Docente da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)

Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações curriculares/Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

PAROLIN, Isabel C. Hierro. A inclusão escolar: um cenário atual. In: **Aprendendo a incluir e incluindo para aprender**. São José dos Campos: Pulso, 2006.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. **Leitura, escrita e surdez**. 2ª ed. São Paulo, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.

SAIA, Ana Lúcia (anasaia@projesom.com.br), especialista em Gestão de Pessoas e Projetos Sociais pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI).

SARDAGNA, Helena Venites. **Educação para todos: uma política do mundo global**. Revista Liberato. Novo Hamburgo, RS, 2006.

Disponível em: <<http://www.liberato.com.br/upload/arquivos/0131010717390616.pdf>>.
Acesso em 22/10/2019

SILVA, Larissa Jorge (amielarissa@gmail.com), assistente social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI).

SILVA Simone. G. L. **Ensino de língua portuguesa para surdos: das políticas às práticas pedagógicas**. Florianópolis, 2008. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina.

SKLIAR, C. (Org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

SMITH, D. D. **Introdução à educação especial: ensinar em tempo de inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SOARES, M. B. **As muitas facetas da alfabetização**. Cadernos de Pesquisa. [S. l.], n. 52, p. 135, fev. 1985.

SOARES, M. B. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Anual da ANPED, Minas Gerais, 2003.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes, 2005.

TSUKAMOTO, N. M. S. **Educação inclusiva em ambiente virtual de aprendizagem: uma proposta para a formação de professores**. Dissertação de Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2010

VIEIRA, Claudia. R. **Educação bilíngue para surdos: reflexões a partir de uma experiência pedagógica**. 2-17. 236 f. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2017.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 2^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (e-book).

YIN, R. K. **Applications of case study research**. Beverly Hills, CA: Sage Publishing, 1993.

YIN, R. K. Pesquisa estudo de caso: desenho e métodos. 2^a ed. Porto Alegre: Bookman, 1994.

YIN, Robert K. Pesquisa estudo de caso: planejamento e métodos. 5^a ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Disponível em: <https://www.books.google.com.br/books>. (Falta “Acesso”)

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ZANATA, E. M. **Práticas pedagógicas inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa**. Tese de Doutorado em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2004.

APÊNDICE I – OFÍCIO

Taubaté, _____ de _____ de 2019

Prezado(a) Senhor(a):

Somos presentes a V. S^a para solicitar permissão de realização de pesquisa pelo(a) aluno(a) LUCIANA RIBEIRO DE MELO, do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté, trabalho a ser desenvolvido durante o corrente ano de 2019, intitulado “**Alfabetização dos surdos na abordagem bilíngue**”. O estudo será realizado através da análise dos cadernos dos dois alunos surdos matriculados no ensino fundamental, sendo um do 4^o ano e outro do 5^o ano num município de uma cidade do Litoral Norte Paulista, duas professoras regentes sendo uma do 4^o e outra do 5^o ano as professoras bilíngues (Libras/língua portuguesa), a professora especialista, duas coordenadoras e a diretora, totalizando 8 (oito) participantes, sob a orientação da Prof^a Dr^a Juliana Marcondes Bussolotti.

Para tal, será realizada Leitura de documentos escolares, dos questionários, Leitura de documentos elaborados por profissionais especialistas, por meio de um instrumento elaborado para este fim, junto à população a ser pesquisada. Será mantido o anonimato da instituição e dos participantes.

Ressaltamos que a dissertação passou por análise e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté e foi aprovada sob o CEP/UNITAU CAAE: 26502019.4.0000.5501 (ANEXO B).

Certos de que poderemos contar com sua colaboração, colocamo-nos à disposição para mais esclarecimentos no Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté, no endereço Rua Visconde do Rio Branco, 210, CEP 12.080-000, telefone (12) 3625-4100, ou com LUCIANA RIBEIRO DE MELO, telefone (12) 3862-2952 residencial ou (12) 981883043, e solicitamos a gentileza da devolução do Termo de Autorização da Instituição devidamente preenchido.

No aguardo de sua resposta, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Edna Maria Querido Oliveira Chamon
Coordenadora do Curso de Pós-graduação

APÊNDICE II – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Taubaté, _____ de _____ de 2019

De acordo com as informações do ofício 0499/2017, encaminhado à Secretária Adjunta da Educação de São Sebastião, sobre a natureza da pesquisa “**Alfabetização dos surdos na abordagem bilíngue**”, com propósito de trabalho a ser executado pelo(a) aluno(a) LUCIANA RIBEIRO DE MELO, do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté, e, após a análise do conteúdo do projeto da pesquisa, a Instituição que represento autoriza a realização do estudo, que será realizado com dois alunos surdos matriculados, sendo um do 4º ano e outro do 5º ano do Ensino Fundamental, num município de uma cidade do Litoral Norte Paulista, duas professoras regentes, sendo uma do 4º ano e outra do 5º ano, duas professoras bilíngues (Libras/língua portuguesa), uma professora especialista, duas coordenadoras e diretora, totalizando 8 (oito) participantes, sob a orientação da Profª Drª Juliana Marcondes Bussolotti, que atuam neste local, sendo mantido o anonimato da Instituição e dos profissionais.

Atenciosamente,

Sra. Vivian Monteiro Augusto
Secretaria de Educação de São Sebastião
Rua Prefeito Mansueto Pieroti, 391 – Centro – Edifício Lucinda – 2º andar
São Sebastião, SP
Prefeitura Municipal de São Sebastião SP
CNPJ 46.384.111/0124-07

APÊNDICE III- MEMORANDO nº 001/2019



Universidade de Taubaté
Autarquia Municipal de Regime Especial
Reconhecida pelo Dec. Fed. Nº 78.924/76
Recredenciada pela Portaria CEE/GP nº 241/13
CNPJ 45.176.153/0001-22

PRPPG-Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro Taubaté-S
12020-040
Tel.: (12) 3625-4217 Fax: (12) 3632-2947
prppg@unitau.br

Taubaté, 24 de junho de 2019

Memorando nº 001/2019

De: Luciana Ribeiro de Melo

Para: Vivian Monteiro Augusto

Secretária Adjunta da Educação de São Sebastião

ASSUNTO: Prorrogação do Ofício nº 0499/2017

Venho através desta solicitar a V.Sa. permissão para realização de pesquisa pela aluna Luciana Ribeiro de Melo, do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté, trabalho a ser desenvolvido durante o ano corrente de 2019, intitulado **“Alfabetização dos surdos na abordagem bilíngue”**, sob a orientação da Prof^a Dra. JULIANA MARCONDES BUSSOLOTI.

Para tal, será realizada coleta de dados em uma escola deste Município onde alunos surdos estão inclusos no Ensino Fundamental I, analisando documentos de registro escolar, os questionários com a gestão escolar, Especialista do EAPE, professores regentes e professoras bilíngues (Libras/língua portuguesa). Será mantido o anonimato da instituição e dos participantes.

Certos de que poderemos contar com sua colaboração, colocamo-nos à disposição para mais esclarecimentos no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Taubaté, no endereço Rua Visconde do Rio Branco, 210, CEP: 12080-000, telefone (12) 3625-4100, ou com LUCIANA RIBEIRO DE MELO, telefone (12) 997273936 ou (12) 98188-3043. Prorrogando a data para realizar a pesquisa de campo neste Município, conforme ofício nº PPGEDH- 045/2017.

No aguardo de sua resposta, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

LUCIANA RIBEIRO DE MELO
Mestranda profissional em educação

Prof^a Dr^a. JULIANA MARCONDES BUSSOLOTI.
Professora Orientadora

Secretaria de Educação de São Sebastião
Rua Prefeito Mansueto Pieroti, 391 – Centro – Edifício Lucinda – 2º andar
São Sebastião, SP

APÊNDICE IV – MEMORANDO 181/2019 – PRORROGAÇÃO



UNITAU

Universidade de Taubaté
Autarquia Municipal de Regime Especial
Reconhecida pelo Dec. Fed. nº 78.924/76
Recredenciada pela Portaria CEE/GP nº 241/13
CNPJ 45.176.153/0001-22

PRPPG-Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro Taubaté-SP
12020-040
Tel.: (12) 3625-4217 Fax: (12) 3632-2947
prppg@unitau.br

Taubaté, 13 de dezembro de 2019

Memorando nº 181/2019

De: Luciana Ribeiro de Melo

Para: Vivian Monteiro Augusto

Secretária Adjunta da Educação de São Sebastião

ASSUNTO: Prorrogação do Ofício nº 0499/2017 para 2020

Venho através desta, solicitar a V.Sa. permissão para realização de pesquisa pela aluna Luciana Ribeiro de Melo, do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté, trabalho a ser desenvolvido durante o ano corrente de 2019/2020, intitulado **“Alfabetização dos surdos na abordagem bilíngue”**, sob a orientação da Prof^a Dra. JULIANA MARCONDES BUSSOLOTI.

Para tal, será realizada coleta de dados em uma escola deste Município onde alunos surdos estão inclusos no Ensino Fundamental I, analisando documentos de registro escolar, questionários com a gestão escolar, Especialista do EAPE, pais e alunos surdos. Será mantido o anonimato da instituição e dos participantes.

Certos de que poderemos contar com sua colaboração, colocamo-nos à disposição para mais esclarecimentos no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Taubaté, no endereço Rua Visconde do Rio Branco, 210, CEP: 12080-000, telefone (12) 3625-4100, ou com LUCIANA RIBEIRO DE MELO, telefone (12) 997273936 ou (12) 98188-3043. Prorrogando a data para realizar a pesquisa de campo neste Município conforme ofício nº PPGEDH- 045/2017.

No aguardo de sua resposta, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

LUCIANA RIBEIRO DE MELO
Mestranda profissional em educação

Prof^a Dr^a. JULIANA MARCONDES BUSSOLOTI.
Professora Orientadora

Secretaria de Educação de São Sebastião
Rua Prefeito Mansueto Pieroti, 391 – Centro – Edifício Lucinda – 2º andar
São Sebastião, SP

APÊNDICE V- INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Parte I

Dados Gerais

Profissão/formação: _____

Grau de instrução: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Tempo na Instituição: _____

Área de atuação: _____

Questionário Diretora e Coordenadoras

1. Quantos anos você trabalhou como docente / turma antes de exercer a função de diretor “caso seja”?
 Menos de 3 anos
 3-5 anos
 6-10 anos
 11-15 anos
 Mais de 15 anos
 2. Quantos anos de experiência você possui trabalhando como diretor, vice-diretor ou coordenador?
 Este é meu primeiro ano
 1-2 anos
 3-4 anos
 Mais de 4 anos
 3. Quando você foi admitido na instituição como diretor escolar, recebeu algum treinamento?
 Sim
 Não
 Está em andamento
 4. Possui formação na área de Gestão Escolar (como por exemplo, Pedagogia ou pós-graduação na área de Gestão Escolar)?
 Sim. Qual? _____
 Não
 Está em andamento. Qual? _____
 5. A instituição ofereceu formação continuada (cursos, encontros, seminários etc.) relacionada à Gestão Escolar nos últimos dois anos?
 Sim
 Não
 6. Qual o número de alunos matriculados? _____
 7. Quantos alunos matriculados são surdos? _____
 8. Qual a filosofia educacional que a escola adota em relação a esse aluno surdo?
 Oralismo Comunicação Total Bilinguismo – português e Libras
 9. A escola dispõe de recursos especiais para atender esses alunos surdos?
 Sim Não
- Caso a resposta seja Sim, de quais recursos a escola dispõe?
- Intérprete de Libras
 - Professores que dominam Libras
 - Materiais adaptados em Libras

() Outros: _____

10. Os alunos surdos estão:

- () Agrupados em uma única turma
() Distribuídos em salas com alunos ouvintes

11. Esses alunos surdos dominam a Libras?

- () Sim () Não

Caso a resposta seja Sim, qual a porcentagem? _____

12. A escola está preparada para receber esses alunos surdos com uma equipe que conhece sua língua e cultura própria?

- () Sim () Não

13. Qual a finalidade primordial da escola em relação aos alunos surdos, em sua opinião?

- () Trabalhar sua comunicação natural (Libras) e a aprendizagem do currículo educacional
() Integrá-los com os alunos ouvintes e outras crianças surdas
() Tentar fazê-los iguais aos alunos ouvintes em todos os aspectos

14. Quais são as principais dificuldades que a escola enfrenta ao receber esses alunos surdos?

15. Se a Lei não obrigasse o recebimento das matrículas desses alunos surdos, a escola os receberia?

- () Sim () Não

Justifique sua resposta: _____

Parte II

Questionário professores regentes e intérpretes de Libras

Profissão/formação: _____

Grau de instrução: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Tempo na instituição: _____

Área de atuação: _____

1. Como você realizou a sua formação inicial*?

*Entende-se por formação inicial a primeira graduação/licenciatura.

- () Presencial
() Semipresencial
() A distância

2. Em qual área você realizou sua formação inicial?

- () Humanas
() Exatas
() Biológicas

3. Qual a sua formação inicial? _____

4. Em que ano concluiu a formação inicial? _____

5. Qual o nível mais elevado de educação formal que você concluiu? (Por favor, marque

apenas uma alternativa.) Qual o nome do curso? _____ Universidade e ano? _____
() Nível Superior () Especialização () Mestrado () Doutorado

6. Quais as principais dificuldades que você encontrou no exercício da docência?

Conseguiu superá-las?

() Sim () Não

7. Em sua formação inicial você adquiriu algum conhecimento na área de Inclusão de Alunos Surdos?

() Sim () Não

8. Quais os principais desafios relacionados à inclusão dos alunos surdos?

9. Você realiza adaptação dos conteúdos desenvolvidos nas aulas para os alunos surdos?

() Sim () Não

10. Quanto à alfabetização em Libras, o aluno está alfabetizado?

() Sim () Não

11. Em relação à alfabetização na L2 e à abordagem em Libras:

- () Sabe Libras
- () Sabe parcialmente Libras
- () Sabe Libras, mas não se comunica por sinais
- () Não sabe Libras

12. Quanto à alfabetização na língua portuguesa:

- () Alfabetizado
- () Parcialmente alfabetizado
- () Não alfabetizado

13. Qual é a forma de comunicação adotada nas aulas?

() Mímica () Com professor bilíngue de Libras/português () Escrita () Não há

14. Você tem especialização em Libras?

() Sim () Não

15. Pretende fazer especialização em Libras?

() Sim () Não

16. Gostaria de acrescentar alguma informação?

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa **“Alfabetização dos surdos na abordagem bilíngue”**, sob a responsabilidade do pesquisador **“Luciana Ribeiro de Melo”**. Nesta pesquisa pretendemos **“Investigar relatórios, os cadernos de registros, avaliações e os demais documentos que houverem na escola sobre a efetivação da alfabetização e abordagem bilíngue na L1 (Libras) e L2 (língua portuguesa), de duas crianças surdas incluídas em sala de ouvintes do Ensino Fundamental Regular em uma escola num Município do Litoral Norte de São Paulo”**, por meio de **“Leitura de documentos escolares, Questionários, Leitura de documentos elaborados por profissionais especialistas”**.

Há benefícios e riscos decorrentes de sua participação na pesquisa. Os benefícios esperados com o desenvolvimento da pesquisa serão de fato oferecer aos participantes e comunidade acadêmica mais informações e conhecimentos acerca dos aspectos que compõem a alfabetização e a abordagem bilíngue dos surdos no Ensino Fundamental I, e os possíveis riscos que a pesquisa poderá causar aos voluntários são que os mesmos poderão se sentir desconfortáveis, inseguros ou não desejarem fornecer alguma informação pessoal solicitada pelo pesquisador, por meio da pesquisa. Entretanto, para evitar que ocorram danos aos participantes, ficam-lhes garantidos os direitos ao anonimato; de abandonarem a qualquer momento a pesquisa; de deixarem de responder qualquer pergunta que achem por bem assim proceder; bem como solicitarem que os dados por eles fornecidos durante a coleta não sejam utilizados. Caso haja algum dano a um participante, serão garantidos ao mesmo procedimentos que visem à reparação e o direito à indenização (por dano) causado pelo instrumento ou técnica de coleta de dados.

Para participar deste estudo, o(a) Sr.(a) LUCIANA RIBEIRO DE MELO não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. a pesquisadora será a responsável pelos dados originais coletados por meio dos questionários, da observação e do grupo focal, permanecendo de posse dos mesmos por um período não inferior a 5 (cinco) anos, quando então os mesmos serão destruídos. Os dados originais serão guardados, tomando-se todo o cuidado necessário para garantir o anonimato dos participantes. As informações coletadas no decorrer da pesquisa, bem como os conhecimentos gerados a partir dos mesmos não serão utilizadas em prejuízo das pessoas ou da instituição onde o pesquisa será realizada. Os dados coletados por meio do questionário, cadernos de registros e relatórios, serão utilizados para a elaboração da dissertação a ser apresentada ao Mestrado em Educação e Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté (SP), bem como para divulgar os dados.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. A escola não será identificada em nenhuma fase da pesquisa e nem em publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a). Para qualquer outra informação, a pesquisadora é mestranda da turma 2017/2019 do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté (SP) **Luciana Ribeiro de Melo**, poderá entrar em contato por telefone **(12) 38622952 residencial (12) 981883043 celular, “inclusive ligações a cobrar”, ou e-mail (luemau@gmail.com)**. Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, a Secretaria de Educação do Município a ser pesquisado poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br

O pesquisador responsável declara que a pesquisa segue a Resolução CNS 466/12.

Rubricas: pesquisador responsável _____ participante _____

Pesquisador: **Luciana Ribeiro de Melo**

Consentimento pós-informação

Eu, LUCIANA RIBEIRO DE MELO, portadora do documento de identidade 30106731-4, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “**Alfabetização dos surdos na abordagem bilíngue**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações sobre a pesquisa e me retirar da mesma sem prejuízo ou penalidade. Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Taubaté, 05 de agosto de 2019

Assinatura do(a) participante

DECLARAÇÃO:

Declaro que li e que compreendi todas as informações contidas neste documento, sanei todas as minhas dúvidas, junto ao pesquisador, quanto a minha participação no presente estudo, ficando-me claros quais são os propósitos da presente pesquisa, os procedimentos a serem realizados, os possíveis desconfortos e riscos, as garantias de não utilização das informações em prejuízo das pessoas no decorrer e na conclusão do trabalho e da possibilidade de obter esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que a minha participação não será paga, bem como não terei despesas, inclusive se decidir em desistir de participar da pesquisa.

Concordo em participar desse estudo, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento, sem necessidade de justificar o motivo da desistência, antes ou durante a pesquisa, sem penalidades, prejuízo ou perda de qualquer benefício que possa ter adquirido.

Taubaté, 05 de agosto de 2019

Assinatura do participante

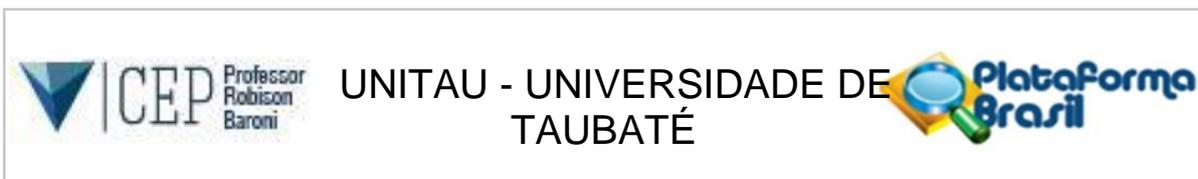
Nome do participante:

LUCIANA RIBEIRO DE MELO
Pesquisador(a) Responsável

Declaramos que assistimos à explicação do(a) pesquisador(a) ao participante, que as suas explicações deixaram claros os objetivos do estudo, bem como todos os procedimentos e a metodologia que serão adotados no decorrer da pesquisa.

Testemunha

Testemunha



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ALFABETIZAÇÃO DOS SURDOS NA ABORDAGEM BILÍNGUE

Pesquisador: LUCIANA RIBEIRO DE MELO

Área Temática:

Inclusão e Diversidade Sociocultural

Versão: 2

CAAE: 26502019.4.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.784.127

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um estudo qualitativo sobre a alfabetização dos surdos na abordagem bilíngue.

Objetivo da Pesquisa:

Adequado.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Adequados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Solicitações foram atendidas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

As solicitações sobre o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e sobre a Folha de Rosto foram atendidas, a declaração de infra-estrutura será postada na Plataforma via notificação, tão logo a pesquisadora, obtenha a aprovação junto ao estabelecimento de ensino.

Recomendações:

Rever gramática e ortografia.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cep@unitau.br

**Continuação do Parecer: 3.784.127****Considerações Finais a critério do CEP:**

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião realizada no dia 13/12/2019, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa:

APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|---------------------|-------------------------|----------|
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | INFRAESTRUTURA.pdf | 19/12/2019 13:47:43 | José Roberto Cortelli | Aceito |
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1405605.pdf | 17/12/2019 17:51:43 | | Aceito |
| Outros | Resposta.pdf | 17/12/2019 17:44:00 | LUCIANA RIBEIRO DE MELO | Aceito |
| Folha de Rosto | FR.pdf | 17/12/2019 17:42:24 | LUCIANA RIBEIRO DE MELO | Aceito |
| Outros | memorando.pdf | 17/12/2019 17:07:48 | LUCIANA RIBEIRO DE MELO | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto.docx | 17/12/2019 17:05:05 | LUCIANA RIBEIRO DE MELO | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE.pdf | 17/12/2019 17:04:09 | LUCIANA RIBEIRO DE MELO | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | Termo.pdf | 03/12/2019 16:41:52 | LUCIANA RIBEIRO DE MELO | Aceito |
| Cronograma | CRONOGRAMA.pdf | 26/11/2019 20:56:58 | LUCIANA RIBEIRO DE MELO | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210

Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040

UF: SP **Município:** TAUBATE

Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cep@unitau.br

TAUBATE, 19 de Dezembro de 2019

Assinado por:
José Roberto Cortelli
(Coordenador(a))

| |
|---------------------------------------------------------------------------------------|
| Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210 |
| Bairro: Centro CEP: 12.020-040 |
| UF: SP Município: TAUBATE |
| Telefone: (12)3635-1233 Fax: (12)3635-1233 E-mail: cep@unitau.br |

ANEXO C- PROPOSTA PEDAGÓGICA

Abordagem Bilíngue: Socialização, alfabetização e pedagogia visual na educação dos surdos.

Resumo

Considerando que a linguagem é o meio de comunicação e o maior recurso que o homem possui para viver em sociedade, é através dela que influenciemos e provocamos as mudanças necessárias para construir um mundo melhor. Como a linguagem é muito utilizada pelas pessoas ouvintes, os surdos dependem de um meio de comunicação diferente, sendo esta comunicação de forma visual motora, utilizando a língua de sinais para serem compreendidos e entendidos na sociedade, além de aprenderem de forma diferente, a alfabetização nas duas línguas precisam ocorrer. A Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa são idiomas oficial do Brasil, com estruturas e regras próprias. Ao pensar na educação de surdos é importante refletir sobre o ‘método’ de ensino e recursos para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos. Diante de uma prática de sucesso em uma escola da cidade de São Sebastião, localizada litoral norte de São Paulo, como realizar a disseminação de tais práticas à outras profissionais bilíngues (Libras/Português)?

Palavras chave: Alfabetização, Pedagogia Visual, Surdos

Introdução

Diversas pesquisas na última década, tem se dedicado a estudar as práticas de alfabetização dos surdos desenvolvendo a abordagem bilíngue na L1(Libras) e L2 (Língua Portuguesa) no contexto escolar. Segundo o Decreto de Libras, bem como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), na educação de crianças com surdez deve-se privilegiar o ensino da língua portuguesa na modalidade escrita. Sendo assim se faz necessário reelaborar as estratégias de ensino no sentido do uso da modalidade escrita no processo de alfabetização dos alunos surdos.

Os esforços para aprender Libras ainda está mais centrado nos grupos e locais onde há maior contato com pessoas portadoras de deficiência auditiva, como igrejas e/ou escolas, que também na maioria das vezes elegem um familiar ouvinte ou um intérprete fluente de Libras para interceder na comunicação.

Contudo, despertar o interesse em alunos ouvintes no ambiente escolar para aprender uma língua adicional requer a estratégia de trabalhar a Libras com que envolva situações comunicativas do cotidiano, além de discutir sobre a identidade e cultura surda com

informações que desmitifique crenças e preconceitos sobre as pessoas surdas e sobre a língua de sinais (GESSER, 2009).

1 Abordagem bilíngue L1 e L2 e a pedagogia visual

O professor de alunos surdos que conhecer a língua de sinais certamente terá ampliada a capacidade de interação verbal com seus alunos, em todas as situações de aprendizagem. Há inúmeras estratégias para que essa seja, de fato, uma língua compartilhada entre surdos e ouvintes e temos conhecimento de experiências significativas, nesse sentido, precisamos repensar sobre as propostas pedagógicas para desenvolver a socialização e alfabetização numa abordagem bilíngue no contexto escolar a começar pela rotina.

Para Quadros:

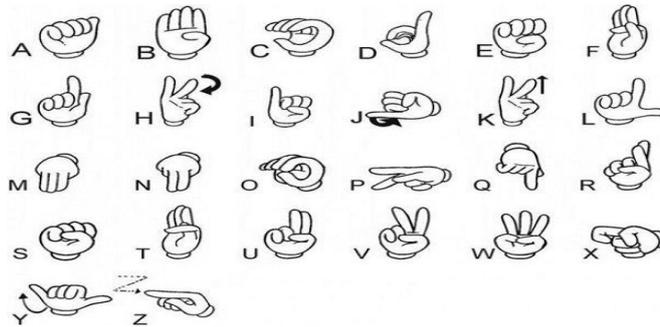
Parece que se superficializa a temática sobre o processo de integração/inclusão do surdo na escola regular, quando se limita o que sejam as ações necessárias para sua integração/inclusão, ao fato de colocá-los fisicamente nas escolas regulares, optando-se pelos modelos pedagógicos que expressam a herança que a instituição direta ou indiretamente, deixou para os educadores atuais – um modelo clínico oralista e assistencialista na educação de surdos. Esse modelo ainda hegemônico, em síntese, pauta-se por uma atitude “normalizadora” em que diversas formas de educação de surdos tem a intenção de “ouvintizar”, ou seja, de fazê-los parecer como ouvinte. (2006, p. 41).

O processo de Alfabetização do aluno surdo é muito objetivo, pois os métodos variam de acordo com cada necessidade do aluno. O método para se alfabetizar em Libras é na maioria dos casos por memorização.

Além da língua de sinais, meio privilegiado de interação simbólica, diferentes formas de comunicação que utilizam outros códigos visuais que deverão estar presentes na sala de aula e no dia a dia, estabelecendo a relação entre professor/alunos surdos e demais alunos:

O alfabeto manual: a datilologia é um recurso utilizado pelos surdos para ‘soletrar’ nomes próprios ou palavras do português para as quais não há equivalente em língua de sinais. Vale lembrar que de nada adiantará a soletração pelo professor se o significado da palavra for desconhecido para o aluno.

Figura 2: Alfabeto em Libras



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/745627282029265177/>

A mímica/dramatização/classificadores: são recursos possíveis na comunicação, que poderão acompanhar ou enriquecer os conteúdos discutidos em sala de aula e que, embora não exerçam a função simbólica de uma língua, dão conta de constituir significados mais relacionados ao aqui e agora. As expressões visuais desempenham papel de suma importância na conversação, deixando tanto o emissor como receptor cientes do contexto e da intensidade do que se “fala”.

Figura 1: Expressões faciais



Fonte: <http://ensaiando.com>

Os desenhos/ilustrações/fotografias: poderão ser aliados importantes, pois trazem, concretamente, a referência ao tema que se apresenta. Toda a pista visual pictográfica enriquece o conteúdo e estimula o hemisfério cerebral não-linguístico, tornando-se um recurso precioso

de memorização para todos os alunos. A língua de sinais capta as experiências visuais dos sujeitos surdos. De acordo com Quadros (1997 apud STROBEL, 2008) a criança Surda pode até adquirir a língua portuguesa, porém, nunca será de forma natural e espontânea, como ocorre com a língua de sinais. No mundo todo temos pelo menos uma língua de sinais com suas variações regionais usada pelo povo Surdo de cada país.

Indicação:

Figura 3: Literatura surda – Produções Culturais de Surdos em Língua de Sinais



Fonte: <https://pt.scribd.com/document/241438917/Literatura-Surda-Producoes-Culturais-de-Surdos-Em-Lingua-de-Sinais>

Os recursos tecnológicos (vídeo/TV, retroprojeter, computador, slides, entre outros) – constituem instrumentos ricos e atuais para se trabalhar com novos códigos e linguagens em sala de aula. A preferência deve ser por filmes legendados, pois isto facilita o acompanhamento pelos surdos. No entanto, é sempre bom estar discutindo, esclarecendo aos alunos surdos, previamente, a temática a ser desenvolvida, o enredo, os personagens envolvidos, pois caso a legenda não seja totalmente compreendida devido as defasagens na aprendizagem, ou por conta

do desconhecimento de algumas palavras pelos alunos surdos, não haverá prejuízo quanto à interiorização do conteúdo tratado.

Os surdos desenvolvem muitas criações artísticas que sintetizam suas emoções, suas histórias, sua subjetividade e sua cultura explorando seus modos de olhar e interpretar o mundo. “Dentro” deste artefato temos desenhos, pinturas, esculturas e outras formas de manifestações artísticas que devem ser exploradas no desenvolvimento da aprendizagem.

A língua portuguesa escrita: apresenta-se como uma possibilidade visual de estar representando as informações veiculadas em sala de aula. O professor poderá estar organizando um roteiro do conteúdo a ser abordado, com palavras-chave, no quadro ou no retroprojetor, recorrendo, sempre, a seus apontamentos como forma de organizar sua explanação. Mais uma vez, é bom lembrar que palavras desconhecidas devem ter seu conteúdo clarificado para os alunos, sob o risco de tornarem-se um indicador sem efeito.

Muitos Surdos, poetas e escritores, registram suas expressões literárias em língua portuguesa.

A literatura Surda também envolve as piadas que exploram a expressão facial e corporal, o domínio da língua de sinais e a maneira própria de cada um de contar. Em geral, os Surdos são considerados extraordinários contadores de histórias. As piadas Surdas, bem como as demais representações literárias deste povo, expressam muito da Cultura Surda.

A língua portuguesa oral / leitura labial: a língua oral desenvolvida com os surdos até hoje é baseada, fundamentalmente, no treino fonoarticulatório/ estimulação auditiva.

Geralmente, o professor costuma acreditar que sentar o aluno na primeira carteira, falar de frente e pausadamente basta para que ele compreenda sua mensagem, mas nem sempre ocorre a aprendizagem devido dificuldade dos alunos surdos entenderem ou desenvolverem a leitura labial.

Mesmo com a presença do professor de língua de sinais há uma série de variáveis no processo de ensino aprendizagem pelo fato de nem todos os alunos serem usuários da Libras, tendo então que ensinar esta como primeira língua e a língua portuguesa como segunda língua na modalidade escrita.

Os povos Surdos usaram e usam inúmeros meios de se comunicar através da língua de sinais, desenhos, expressões faciais, corporais e imagens visuais. No processo de ensino aprendizagem como afirma Gauthier (2014), a escola precisa proporcionar um aprendizado que compreenda duas grandes funções: a da gestão da classe que se refere à inculcação de valores e comportamentos e a da gestão da aprendizagem que compreende a transmissão de conteúdo

ou à aprendizagem de conteúdo. Sendo assim, o professor em sua atuação, no espaço escolar, frente as suas atividades pedagógicas, atuará com estas duas funções continuamente, pois elas são complementares.

2 Prática pedagógica na rotina escolar

Uma atividade desenvolvida diariamente na rotina escolar em que alunos surdos em sala de ouvintes, dentro de uma perspectiva bilíngue se deu após observar que o calendário diário era desenvolvido pela professora regente, surgiu pela professora bilíngue (Libras/Português) a começar com a sugestão de fazer todo o calendário impresso em sinais que além de desenvolver uma música que falasse sobre os dias da semana ensinaria ouvintes e surdos as duas línguas. Todos os dias a professora bilíngue desenvolveu a música abordando os dias da semana em sinais, o sinal de cada mês, sinal de ano, sinais dos numerais numa abordagem bilíngue, além de desenvolver a socialização e a inclusão efetiva dos alunos surdos houve a aprendizagem das noções temporais em sala de aula diariamente.

A intenção neste primeiro momento foi de incentivar a comunicação em Libras e criar uma rotina para que alunos ouvintes aprendessem os sinais desenvolvendo a comunicação e socialização do aluno surdo.

Figura 4: Calendário em Sinais



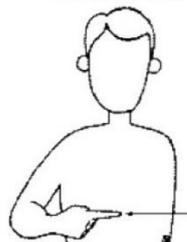
Fonte: elaborado pela autora conforme modelo

Conforme as imagens acima, percebe-se que foi feita uma adaptação ao calendário modelo, pois no calendário elaborado pela autora tem todos os meses, ano, semana, alfabeto, ou seja tem várias informações para desenvolver a noção de espaço/tempo com os alunos surdos e ouvintes. Foi proposto diariamente a música dos dias da semana em Libras.

Música:

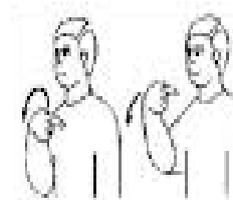
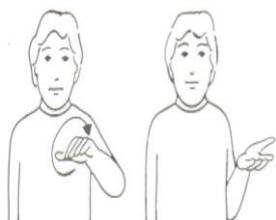
Sete semana dia tem

SEMANA



TER

Quando um acaba, logo outro vem



Domingo, segunda, terça, quarta,



quinta, sexta, sábado.





Figura 5: Compartilhando Libras com os alunos de todas as turmas do período do aluno surdo



Fonte: elaborado pela autora. Alunos ensinando outras turmas

O projeto foi realizado de forma interdisciplinar, visto que diversas áreas do conhecimento foram trabalhadas, como linguagem oral e escrita, artes, a música, bem como as habilidades já delineadas neste artigo e que contemplam a Base Nacional Comum Curricular. Segundo Salgado e Souza (2018) a fragmentação dos conhecimentos trabalhados separadamente, dificultam o entendimento dos alunos da importância de determinadas disciplinas.

Para Moran (2018), é preciso ainda levar em conta que a aprendizagem se constrói num processo equilibrado entre três movimentos principais o individual, onde o aluno irá percorrer

seu caminho, a grupal onde ele irá aprender com os pares, com potencial semelhantes ao dele, e o orientado que é alguém mais experiente e/ou um especialista, como o professor.

Quando se trabalha com os alunos em diferentes momentos e com diferentes formas de compartilhar ideias, eles aprendem a estar mais abertos e ampliam seus horizontes de conhecimentos e aprendizagens, tornando-se protagonistas diante das múltiplas possibilidades que lhe são oferecidas e ao mesmo tempo corresponsáveis pelo próprio ensino-aprendizagem.

Também é relevante tornar o aprendizado flexível, dinâmico desafiador, de modo que os alunos sejam cada vez mais instigados, sendo assim deixa de ser previsível como no ensino tradicional.

Conclusão

O professor, portanto, deve ao escolher suas estratégias de ensino e aprendizagem possibilitar que os alunos tenham experiências diversificadas e diferenciadas, que toquem afetivamente os alunos, e as tornem marcantes, de modo a consolidar o conhecimento de maneira positiva.

As memórias adquiridas em estado de alerta e com certa carga emocional ou afetiva são melhor lembradas que as memórias de fatos inexpressivos ou adquiridas em estado de sonolência, assim como, é importante ressaltar que as memórias são melhor consolidadas durante o sono, ou seja, a noite seu cérebro processa o que foi mais importante e faz uma seleção das experiências vividas ao longo do dia, e posteriormente gera a memória duradoura. A aprendizagem, portanto, envolve não apenas fatores externos, mas também a memória e capacidade do indivíduo de reter conteúdo.

Todos os alunos desta escola aprenderam a música desenvolvida na rotina escolar. O ensino explícito, conforme Gauthier (2014) apresenta, considera que o aluno é capaz de reter informações e que o professor deverá aplicar estratégias para trabalhar de forma que a retenção dos conteúdos e dos comportamentos sejam não apenas armazenados na memória de trabalho ou memória de curto prazo, que se torna facilmente sobrecarregada e assim dificultando novas aprendizagens. O ideal é reter as informações na memória de longo prazo, onde os conteúdos e comportamentos são organizados e poderão ser acessados sempre que forem necessários.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAUTHIER, C.; BISSONETTE, S.; RICHARD, M. *Ensino explícito e desempenho dos alunos*. Petrópolis, Vozes: 2014. Cap. 6 e 7

GAUTHIER, C.; BISSONETTE, S.; RICHARD, M. *Ensino explícito e desempenho dos alunos*. Petrópolis, Vozes: 2014. Cap. 4 e 5

GESSER, A. *Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. Ed: Parábola. São Paulo, 2009.

MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, L.; MORAN, J. (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.p.1-25.

Souza, Mariana Aranha de. [Org.] **Currículo e suas diversidades de práticas e de abordagens** / Mariana Aranha de Souza (Org.), Suzana Lopes Salgado Ribeiro (Org.) - Taubaté/SP: Ed Unitau, 2018. 320p.